

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e

Documentação – FACE

Departamento de Economia

Pós-Graduação em Economia

Gabriel José Campos Ervilha

A Selectorate Theory e sua aplicação ao Brasil

Brasília, 2008

Gabriel José Campos Ervilha

A Selectorate Theory e sua aplicação ao Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de
Economia da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do grau de Mestre em
Economia

Orientador: Professor Dr. Bernardo Mueller

Brasília, 2008

Gabriel José Campos Ervilha

A Selectorate Theory e sua aplicação ao Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do grau de Mestre em Economia

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Dr. Bernardo Mueller – Departamento de Economia UnB – Orientador

Professor Dr. José Roberto Novaes de Almeida – Departamento de Economia UnB

Professor Dr. Paulo Carlos Du Pin Calmon – IPOL UnB

Agradecimentos

Agradeço a meus pais, **Rômulo e Maria do Carmo**, pelo apoio e amor de sempre.

Agradeço à minha **família e amigos** pelos momentos de alegria.

Agradeço à minha namorada **Tatiana** pela ajuda, paciência e carinho nos momentos difíceis.

Agradeço à secretária **Weruska** da Pós-Graduação do Departamento de Economia pela disponibilidade para sempre ajudar.

Agradeço ao meu orientador, **Professor Bernardo Mueller**, por ter me apresentado a idéia para a Dissertação de Mestrado, guiado o trabalho e ajudado com sugestões e críticas.

Agradeço ao **Professor José Roberto Novaes de Almeida** pela ajuda sempre que requisitada e por ter me passado sua vasta experiência nesses anos de convivência dos quais me orgulho muito.

Agradeço ao **Professor Paulo Calmon** por ter aceitado participar dessa banca no Departamento de Economia e pela solicitude em sempre ajudar com seus comentários.

Por final, agradeço a **Deus** pela vida maravilhosa que sempre tive e pela oportunidade de estar concluindo esta etapa.

Resumo

Neste trabalho é apresentada a *Selectorate Theory* e aplicada sua lógica aos fatos e dados brasileiros. Inicialmente são abordadas a construção do modelo e sua apresentação formal. São apresentados também os aspectos empíricos da teoria e sua aplicação ao Brasil. Por final, são realizados estudos de casos aplicando a *Selectorate Theory* à história brasileira e o trabalho é fechado com uma estimativa alternativa das variáveis importantes do modelo e sua subsequente aplicação.

Abstract

In this work the Selectorate Theory is presented and its logic is taken to Brazilian facts and data. Initially the subject is the construction of the model and its formal presentation. The empirical aspects of the theory and its application to Brazil are addressed too. To conclude, case studies are carried out applying the Selectorate Theory to Brazilian history and the work is finished with alternative estimation of the model's main variables and their further application.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
<i>Abstract</i>	iii
Introdução.....	3
Capítulo 1 - <i>Selectorate Theory</i>	7
1.1 - Instituições e Crescimento	7
1.2 - <i>Selectorate Theory</i>	9
1.2.1- Principais Grupos	9
1.2.2 – Líder e Desafiante.....	9
1.2.3 – Os Residentes	11
1.2.4 – <i>O selectorate</i>	11
1.2.5 – <i>Winning coalition (W)</i>	12
1.2.6 - <i>Selectorate Theory</i> e Paz Democrática.....	13
1.3– Principais Definições.....	15
1.3.1– Impostos e Despesas.....	16
1.3.2– O Problema do <i>Challenger</i> : Comprometimento.....	17
1.3.3– Afinidade	18
1.3.4 – Regra de Lealdade	19
1.3.5 – A Regra de Deposição	21
1.4 – O Modelo de <i>Selectorate Theory</i>	22

1.4.1 – Equilíbrio Markoviano Perfeito.....	24
1.4.2 – A Escolha da Coalizão do Líder.....	29
1.5 – Como as instituições estruturam incentivos	29
1.6 – Outras Implicações	33
Apêndice Matemático.....	35
Capítulo 2 – Análise Empírica	50
2.1 – Construção das variáveis	50
2.2 – Testes empíricos e principais resultados	56
2.2.1 – Crescimento Econômico.....	56
2.3 – Estudos de Casos	64
2.3.1 – Esparta em 404 A.C.....	64
2.3.2 – Leopoldo II	67
2.3.3 – Soldados Mamelucos no Egito	70
2.3.4 – Tailândia e <i>Cameroon</i>	73
Capítulo 3 – Análise dos Dados Brasileiros	77
Período 1: 1890 a 1892.....	79
Período 2: 1893-1894	84
Período 3: 1909-1910	85
Período 4: 1918 - 1919	86
Período 5: 1929 – 1930.....	87
Período 6: 1932-1933	89
Período 7: 1936-1937	90
Período 8 : 1939-1940	91
Período 9: 1945-1946	92

Período 10: 1963-1965	93
Período 11: 1967 a 1969.....	96
Período 12: 1973 e 1974.....	98
Período 13: 1984 a 1985.....	99
Capítulo 4 – Versão brasileira da <i>Selectorate Theory</i>	102
4.1 – Estudo de Casos.....	102
4.1.1 – Seleção dos períodos	103
4.1.2 – Narrativas Analíticas	106
4.1.3 – Metodologia.....	107
4.1.4 – Getúlio Vargas e a <i>Selectorate Theory</i>	108
4.1.4.1 – Período 1: Introdução	108
4.1.4.2 - O Pré-Golpe: 1935-1937	110
4.1.4.3 - O Estado Novo: 1937-1943.....	117
4.1.4.4 - A Queda de Getúlio Vargas: 1943-1945	124
Considerações finais.....	134
4.1.4.5 - Período 2: Introdução.....	138
4.1.4.6 - A volta de Vargas.....	140
4.1.4.7 - Nova era Vargas	148
4.1.4.8 - Últimos momentos de Vargas	159
Considerações Finais	168
4.2 – Estimativas das variáveis: S e W.....	172
4.3 – Aplicação das variáveis	178
Conclusão.....	183
Referências Bibliográficas.....	188

Introdução

Segundo os desenvolvedores da *Selectorate Theory* - Bruce Bueno De Mesquita, Alastair Smith, Randolph Siverson e James Morrow – ao tentar resolver um dilema político recorrente: por que líderes que produzem paz e prosperidade governam por pouco tempo enquanto líderes que produzem corrupção, guerra e miséria permanecem por muito tempo no poder, foi desenvolvida a teoria que relaciona dois fatores políticos na escolha de líderes a decisões sobre gastos e tributação, alternância de lideranças políticas, bem-estar social e mudanças institucionais.

A *Selectorate Theory* se fundamenta, inicialmente, como uma alternativa à divisão entre democracias e não-democracias na modelagem política de conflitos entre países. De Mesquita e Siverson (1997) relacionam as ações de líderes em situações de conflito às variáveis institucionais *selectorate* e *winning coalition*.

A aplicação da teoria ultrapassa as questões internacionais de conflitos e encontra sua maior fundamentação na permanência de líderes no poder. De Mesquita *et al.* (1999a) introduzem a relação entre as variáveis institucionais citadas acima e questões políticas em âmbito nacional. No entanto, a obra mais completa e elucidativa acerca do tema, que serve como base para este trabalho, é o livro *The Logic of Political Survival*, referenciado como De Mesquita *et al.* (2003), onde se encontra toda argumentação, fundamentação teórica, trabalhos empíricos e extensões do modelo.

A motivação inicial do presente trabalho é apresentar formalmente a *Selectorate Theory*, já que é uma abordagem nova e não há registros acadêmicos de sua aplicação no País. Ademais,

tem-se também como objetivo a aplicação da teoria a fatos e dados brasileiros, constatando, assim, a generalidade de suas previsões.

O primeiro capítulo do trabalho traz a conceituação da *Selectorate Theory*. Inicialmente, é realizada uma exposição dos trabalhos que atribuem a aspectos institucionais as variações na taxa de crescimento econômico para introduzir os principais grupos representativos da *Selectorate Theory*. São definidos, portanto, o *selectorate*, como o grupo de pessoas que têm a capacidade de se fazer ouvir nas decisões sobre o líder, e a *winning coalition*: o subconjunto dos membros do *selectorate* cujo apoio concede ao líder (ou liderança) poder político sobre o restante da sociedade.

A partir da definição desses dois grupos se desenvolve toda argumentação da teoria em questão. A relação com as demais variáveis econômicas, tais como carga tributária, gastos públicos e crescimento econômico, assim como as considerações políticas atribuídas à variação do *selectorate* e da *winning coalition* quais sejam: a permanência de líderes no poder, regra de lealdade e deposição. Ao final do capítulo a *Selectorate Theory* tem sua formalização no Apêndice Matemático, que demonstra, com a utilização da Teoria dos Jogos, especificamente por um Equilíbrio Markoviano Perfeito, as considerações teóricas inicialmente formuladas textualmente.

Ainda no intuito de conceituar a *Selectorate Theory* e abordar suas implicações, o Capítulo 2 do presente trabalho tem como tema os aspectos empíricos relacionados à teoria. Na primeira seção, é documentada a metodologia utilizada em De Mesquita *et al.* (2003) para levar as implicações teóricas à luz dos testes econométricos. Levantou-se a construção da base de dados, o modelo econométrico e os principais resultados. Procurou-se dar maior ênfase aos testes acerca da relação entre as variáveis institucionais e a variação do crescimento econômico. Por

final, são relatados, com uma ilustração da aplicação da *Selectorate Theory*, três estudos de casos retirados de De Mesquita *et al.* (2003).

O terceiro capítulo inicia a análise da aplicação da teoria tema deste trabalho à história do Brasil. Ao levantar a base de dados para a implementação dos testes empíricos em nível mundial os autores de De Mesquita *et al.* (2003) consideraram o Brasil em sua amostra e criaram uma série para os tamanhos do *selectorate* e da *winning coalition*, principais variáveis do trabalho. No Capítulo 3 é empreendida uma revisão da formação dessa base de dados paralelamente aos fatos da história brasileira republicana. Assim, procurou-se aferir se os dados levantados para o Brasil condizem com a realidade histórica do País.

No capítulo final deste trabalho a *Selectorate Theory* é aplicada diretamente aos fatos históricos brasileiros. A primeira parte do capítulo traz a aplicação da teoria a dois episódios distintos institucionalmente, entretanto, que possuíram o mesmo governante. É feita, assim, a abordagem dos períodos em que Getúlio Vargas governou o Brasil sob regimes opostos. Inicialmente é considerada a metodologia para escolha dos períodos assim como a abordagem teórica dos fatos, com a utilização de Narrativas Analíticas.

O primeiro período estudado são os anos de Estado Novo, quando Getúlio foi o líder de uma ditadura guiada sob a égide do Exército brasileiro. Já o segundo período tem como tema o primeiro governo em que Vargas foi escolhido pelo povo, após 15 anos como mandatário maior da nação. São realizados sumários analíticos para cada momento e, ao final do capítulo, são feitas considerações finais sobre a aplicação da *Selectorate Theory* à história brasileira.

A segunda seção do Capítulo 4 traz uma abordagem alternativa para levantamentos das variáveis institucionais relevantes para a teoria tema deste trabalho. São propostos valores para os tamanhos do *selectorate* e da *winning coalition* brasileiras e, ao final, são realizadas constatações

sobre a relação entre estas variáveis e crescimento econômico, gastos públicos e a permanência de líderes no poder, como previstos pela *Selectorate Theory*.

Ao final do trabalho são apresentadas as principais conclusões e considerações finais sobre a aplicação da *Selectorate Theory* ao Brasil e as referências bibliográficas utilizadas para a construção dos capítulos.

Capítulo 1 - *Selectorate Theory*

1.1 - Instituições e Crescimento

Como explicar as diferenças econômicas, principalmente relacionadas à renda, entre os países? Modelos de crescimento econômico tradicionais apostam em capital, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, entre outros. Embora essas características citadas definam boa parte das condições de desenvolvimento de uma nação, algumas diferenças entre países podem ser vistas de forma bem mais sutil.

Acemoglu (2003) cita a geografia e as instituições como principais candidatos para explicar essas diferenças. Especificamente em relação ao segundo fator, tema principal deste trabalho, o que seriam boas instituições, ou seja, como o aparato institucional de uma nação pode favorecer a prosperidade ao invés da pobreza? Respondendo a pergunta, três seriam os fatores que moldariam boas instituições em geral: direitos de propriedade bem definidos e respeitados; restrições nas ações e influências de grupos de poderosos, políticos ou qualquer tipo de elite social; e, finalmente, um nível aceitável de oportunidades para grande parte da sociedade, de forma que os indivíduos possam empreender investimentos, especialmente em capital humano, e participar, em alguma instância, do processo produtivo.

Esses três fatores, talvez direitos de propriedade em menor escala, estão diretamente relacionados ao escopo que a *selectorate theory* pretende abordar, de forma que, determinar o modo como instituições políticas moldam o desenvolvimento de uma nação representa uma boa síntese para esta teoria.

Rodrik e Subramanian (2003) apresentam a taxonomia das instituições quando ligadas a questões de desenvolvimento econômico. Eles argumentam que a maioria do trabalho recente em instituições e crescimento econômico tem focado no grupo de instituições que protegem os direitos de propriedade e asseguram o cumprimento dos contratos. São chamadas de instituições “criadoras de mercado”, já que sem sua presença os mercados não existem ou operam de forma incipiente.

Há também outros tipos de instituições, são elas as “reguladoras de mercado”, que se relacionam com externalidades, economias de escala e informação imperfeita. São exemplos as agências reguladoras em transportes, telecomunicações e serviços financeiros.

Outros tipos de instituições intimamente relacionadas ao desenvolvimento de longo prazo são chamadas de “estabilizadoras de mercado”, o nome provém da capacidade de assegurar baixas taxas de inflação, minimização de volatilidades macroeconômicas e evitar crises financeiras. Exemplos incluem os bancos centrais, regimes de taxa de câmbio e regras fiscais e orçamentárias.

Por final existem as instituições “legitimadoras de mercado”, capazes de prover proteção social e assegurar redistribuição e gerenciamento de conflitos. São exemplos o sistema previdenciário, esforços antidesemprego, e outros fundos sociais.

Um sem número de trabalhos empíricos teve como tema as instituições e o crescimento econômico. Podem-se citar Hall e Jones (1999) que documentaram como as diferenças na produção de trabalhadores são provenientes de diferenças em políticas governamentais e instituições. Glaeser *et al.* (2004) adentram o debate sobre quando instituições causam crescimento ou quando o crescimento econômico cria boas instituições.

Na área de direitos de propriedade, cabe destacar o trabalho de Besley (1995) que revê e melhora o arcabouço teórico para a relação entre direitos de propriedade e incentivos a investir. Ao estudar a relação fundiária em Gana chega-se a conclusão de que direitos sobre a terra bem

definidos facilitam e aumentam os investimentos. Carter e Olinto (2000) concluem a partir da análise empírica no Paraguai que incertezas sobre direitos de propriedade desincentivam investimentos irreversíveis.

Outro ponto importante nessa teoria é a relação entre instituições e corrupção. Bardhan (1997) discute questões sobre corrupção e desenvolvimento, incluindo definições e efeitos de corrupção e impactos no crescimento econômico.

1.2 - *Selectorate Theory*

1.2.1- Principais Grupos

Ressalta-se que a *Selectorate Theory* foi desenvolvida pelo grupo de autores Bruce Bueno de Mesquita, James Morrow, Randolph Siverson e Alastair Smith nos trabalhos já citados na introdução. Por não haver perfeita precisão na tradução dos termos da linguagem original para o português, optou-se, neste trabalho, por utilizar os termos em inglês na mesma denominação desenvolvida pelos autores supracitados.

Nesta seção são apresentados os principais agentes da *Selectorate Theory*. Aborda-se aqui o papel de cada um deles, os limites na atuação e os principais incentivos.

1.2.2 – Líder e Desafiante

A característica marcante para se definir um líder ou uma liderança é a capacidade de exigir uma arrecadação e alocar esses recursos entre os diferentes bens providos por um Estado. Em regimes absolutistas ou autoritários a liderança se notabiliza por ser unipessoal, no entanto, no arcabouço teórico deste trabalho, nada impede que um pequeno grupo exerça as decisões sobre arrecadação e gastos. De Mesquita *et al* (2003) citam, por exemplo, que nos Estados Unidos a liderança pode ser pensada como o presidente, representante do Executivo, e o líder da maioria no senado, representando o Legislativo.

Os líderes emergem, necessariamente, dos representantes do *selectorate*. Dessa forma, vários são os rivais políticos com capacidade de desafiar sua liderança. Estes rivais, *challengers*, são os indivíduos ou grupos que tentam retirar do líder atual esse *status* por meio das “regras” políticas e, assim, poder desfrutar da decisão discricionária de taxaço e gastos. Obviamente, um processo democrático não é regra quando traçamos um olhar geral sobre a história política como um todo, levando em consideração um espaço de tempo muito grande em várias localizações do globo. Golpes de Estado, execuções, e deposições também são incorporadas ao que diz a teoria.

Embora todos os líderes e *challengers* pertençam ao *selectorate*, nem todos os seus membros são líderes em potencial. Assume-se, então, a existência de um grupo seletivo de indivíduos que podem vir a ocupar o poder, todos provenientes do *selectorate*.

No modelo, a principal diferença entre um *challenger* e um líder está no fato de que este último tem vantagens de informações que o desafiante não tem. Apesar da diferença citada, os dois são equivalentes entre si, o que resulta em um problema para o líder atual: como prevenir sua substituição por outro desafiante qualquer. Essa, de fato, é a principal premissa do modelo, os líderes querem sua permanência no poder.

1.2.3 – Os Residentes

Sobre um número total de N residentes de um grupo social há uma divisão entre os membros do *selectorate* e os que não são membros desse grupo, chamados *disenfranchised*, por não possuírem alguns direitos civis, dentre esses, o de participação na escolha de seus líderes. Tradicionalmente, a história mostra que o grupo de excluídos representa o elemento provocador de revoluções e guerras, ou seja, os de fora querem substituir os membros do *selectorate*. Ao considerarmos a evolução política ao longo da história percebemos que o tamanho dos *disenfranchised* vem sendo cada vez menor.

Desde a Grécia antiga, quando poucos tinham o direito de escolha sobre governantes e grande parte da população se compunha de escravos, até a Idade Média, quando servos e homens livres não eram necessariamente escravos, no entanto, não participavam dos processos políticos, o *selectorate* teve uma trajetória crescente. Aos poucos a história caminhou para um crescimento desse grupo. A revolução americana reduziu significativamente o grupo dos *disenfranchised* e os regimes democráticos seguiram a tendência com a permissão de mulheres exercerem o direito ao voto a tal ponto que, hoje em dia, apenas as crianças são totalmente impedidas de votar.

1.2.4 – O *selectorate*

Apesar de os tipos de regimes políticos serem recorrentes, tais como democracia, oligarquia, autocracia, junta militar ou monarquia, De Mesquita *et al* (2003) afirma que nunca dois regimes políticos são exatamente iguais. No entanto, para fins do modelo desenvolvido, apenas dois grupos interessam: o *selectorate* e a *winning coalition*. Dessa forma, é possível

trabalhar, com apenas duas variáveis, um modelo analítico que incorpora qualquer regime político conhecido.

O *selectorate*, denotado por S , representa o grupo de pessoas que têm a capacidade de se fazer ouvir nas decisões sobre o líder. A característica mais importante de um membro deste grupo está na possibilidade de vir a ser um membro da *winning coalition* (W), apresentada em seguida. Necessariamente, membros de W fazem parte de S .

Historicamente, certas condições determinaram a escassez ou não de membros de S , algumas delas representavam barreiras consideradas naturais (local de nascimento) e outras artificiais (profissões restritas). De Mesquita *et al* (2003) citam as mais relevantes ao longo do tempo: (i) origem pessoal, local de nascimento e linhagem; (ii) proficiência, habilidades, crenças e/ou conhecimento; (iii) riqueza; e (iv) sexo e/ou idade.

1.2.5 – *Winning coalition* (W)

Define-se a *winning coalition* como um subconjunto dos membros de S cujo apoio concede ao líder (ou liderança) poder político sobre o restante da sociedade. O número de membros necessários para formar W depende dos requisitos para se tornar membro dessa coalizão e do tipo de relação que esses requisitos detêm com os demais membros do *selectorate*. Em troca do apoio, os membros de W recebem, cada um, sua parcela de benefícios privados presenteados pelo líder.

Ao se tomar a monarquia como um exemplo, pode-se encontrar na nobreza e aristocracia os membros do *selectorate*, subconjunto definido pela linhagem. No entanto, W deve conter apenas uma maioria simples daqueles com a linhagem necessária, ou seja, membros relevantes da aristocracia que assegurem a permanência de um monarca em um sistema estritamente hereditário. Assim, tanto o tamanho de S quanto de W são pequenos.

Em juntas militares o tamanho de S é extremamente reduzido, no entanto, para se chegar ao poder é necessário o apoio de somente alguns generais graduados que, sozinhos, controlam grande parte dos soldados e das armas. A *winning coalition* não é nem metade do, já pequeno, S .

Outro exemplo são os países com sistemas eleitorais viesados. A União Soviética era um desses países. O *selectorate* era formado basicamente pela população adulta, no entanto, apenas cerca de 10% da população conseguia fazer parte do Partido Comunista. Em 1988, os membros do partido eram 19,5 milhões enquanto a população era de 281 milhões, segundo dados retirados de De Mesquita *et al* (2003). Qualquer pessoa poderia, potencialmente, fazer parte do partido, efetivamente, poucos eram escolhidos. Estima-se que o líder necessitava de apenas metade dos membros do partido, ou seja, embora os membros potenciais representassem um grupo enorme, algo em torno de 3 a 5% da população era suficiente para manter uma liderança. É a tendência que se tira de processos eleitorais viesados: um *selectorate* muito grande acompanhado de uma *winning coalition* ínfima.

Em regimes competitivos democráticos presidenciais, por exemplo, a lógica não é a mesma. O sufrágio universal dá ao *selectorate* uma expressão considerável na sociedade, e as regras de maioria fazem o tamanho de W ser aproximadamente a metade de S . São essas sutis diferenças que os autores têm a intenção de mostrar, revelando que há muito mais a se dizer do que as divisões tradicionais entre democracia, junta, monarquia, etc.

1.2.6 - *Selectorate Theory* e Paz Democrática

Antes de adentrar a discussão sobre como a *selectorate theory* é utilizada para explicar o jogo da permanência de líderes no poder, serão expostos os argumentos deste mesmo arcabouço que baseiam a chamada teoria da “paz democrática”.

De Mesquita *et al.* (1999), ao introduzirem a motivação acerca da teoria, trazem alguns postulados de relações internacionais, especialmente relacionados a conflitos bélicos, listados abaixo: (1) Nem todas as democracias estão imunes de lutar guerras contra “não-democracias”. (2) Democracias tendem a vencer a grande maioria das guerras que participam. (3) Quando a disputa realmente se inicia, líderes democráticos escolhem processos de negociação mais pacíficos do que líderes de outros tipos de regimes. (4) Democracias são muito mais propensas a iniciar conflitos contra autocracias do que o inverso. (5) Nas guerras que iniciam, as nações democráticas pagam um menor custo em termos de vidas humanas e, também, permanecem menos tempo em conflito do que as “não-democracias”. (6) Democracias “de transição” são mais propensas aos conflitos armados do que regimes mais estáveis. (7) Democracias maiores possuem maiores restrições a adentrar guerras do que pequenas democracias.

A *selectorate theory* aplicada à teoria da paz democrática parte do pressuposto que os incentivos comportamentais, chamados de normas, são variáveis endógenas para certas instituições políticas e interesses que os sustentam. Ademais, pressupõe-se também que a maior motivação dos líderes é permanecer no poder.

Utilizando os mesmos grupos políticos já abordados, *selectorate* e *winning coalition*, tem-se a seguinte noção: todos os líderes políticos devem satisfazer uma *winning coalition* para se manter no poder, ou seja, passar ao grupo que o suporta alguma parcela de ganhos, almejando o apoio dessas pessoas e, assim, permanecer no posto. Nesse sentido, essa necessidade de agradar os apoiadores afetaria como os líderes atuam nas guerras e também na escolha de quais guerras eles adentrariam. A *selectorate theory* aplicada à noção de paz democrática pressupõe, então, que

quanto maior o grupo de apoiadores do governo, a *winning coalition*, mais importante será o sucesso em política externa para que o líder permaneça no topo.

Líderes de regimes autocráticos, normalmente dependentes de pequenas coalizões, reservam recursos de esforço de guerra para distribuir entre seus apoiadores e, assim, garantir a permanência nos comandos do governo. Já líderes democráticos, relacionados a grandes *winning coalitions*, destinam todos os recursos disponíveis para alcançar vitória em conflitos, mesmo os recursos que seriam destinados a sustentar seus aliados, porque para este tipo de líder, a vitória na guerra representa a única possibilidade de permanência no cargo. Enquanto para um líder autocrático, relacionado à pequena coalizão, uma derrota pode ser tolerada, já que os seus apoiadores estão bem remunerados pelo seu suporte. Por essa lógica, então, líderes democráticos escolhem as guerras que adentram com mais cuidado e, após terem entrado, se esforçam mais para conseguir a vitória. Finalmente, conclui-se que uma democracia raramente ataca outra democracia, pelo conhecimento mútuo do grau de esforço empenhado por essas nações. Dessa constatação que surgiu o argumento da “paz democrática”.

1.3– Principais Definições

Apresentados os principais grupos que formam o arcabouço teórico e a primeira aplicação da *selectorate theory*, a teoria da Paz Democrática, nesta seção será apresentado o funcionamento lógico do modelo. Inicialmente, dar-se-á ênfase em algumas definições utilizadas na argumentação e como elas se encaixam no desenvolvimento da teoria.

1.3.1– Impostos e Despesas

Como em todo governo, os líderes têm acesso a receitas provenientes de impostos e a partir de suas decisões discricionárias são alocados gastos nos diversos setores econômicos beneficiando a população como um todo e, da mesma forma, este líder tem o poder de gastar de forma a beneficiar um grupo de poucos indivíduos e, indiretamente, se beneficiar. No modelo, à disposição dos líderes estão os gastos em bens públicos (indivisíveis e não-excludentes, trazem benefício a toda população) ou bens privados (direcionados apenas aos membros da *winning coalition*). Assume-se também que tanto os privados quanto os públicos são bens normais, ou seja, quanto maior for a quantidade provida maior será a utilidade dos que deles se beneficiam.

Cabe ressaltar que a questão levantada pela teoria se refere apenas a quanto o líder gasta em bens públicos e quanto é gasto em bens destinados ao bem-estar de seus apoiadores. Essa quota de gastos dependerá de restrições institucionais impostas pelo modelo e, claro, também de questões orçamentárias. Como levantado, as receitas públicas provêm unicamente de impostos, no entanto, a carga tributária do modelo é endógena, representa o total de recursos extraídos dos residentes pelo governo.

O montante arrecadado é função do esforço produtivo da população, assim, a taxa de impostos determina como os indivíduos alocarão seu tempo entre atividades produtivas (trabalho) e lazer (consumo pessoal). Portanto, quanto maior o trabalho dos indivíduos, maior será o produto gerado e, assim, maior será o montante arrecadado pelos cofres públicos. Por outro lado, governos que expropriam a renda do trabalhador por meio de altas taxas de impostos trarão um efeito inibidor ao trabalho, não há distinção entre efeito-renda e efeito-substituição.

A hipótese simplificadora do modelo traz a relação monotônica de que quanto maior a carga tributária, menor será o nível de esforço da população e conseqüentemente menor será a arrecadação. Pelas características do modelo de *selectorate theory* as decisões dos líderes serão moldadas pelos aspectos institucionais formalizados pelos atores políticos.

Hipótese 1: O nível de esforço produtivo da sociedade e conseqüentemente a arrecadação do governo dependem diretamente da carga tributária.

1.3.2– O Problema do *Challenger*: Comprometimento

Pelo modelo, para tirar o líder do poder a tarefa do *challenger* é convencer um número suficiente de membros de *W* a debandar para seu grupo político. Para tanto, bastaria aos desafiantes do líder prometer um ganho maior de bens privados aos membros da *winning coalition* atual e o problema estaria resolvido, o *challenger* formaria sua própria *winning coalition*.

No entanto, ao indivíduo que já faz parte de *W* a proposta do *challenger* tem um sério problema de comprometimento. O apoiador do governo sabe de sua condição privilegiada na sociedade, ele recebe bens públicos regularmente para manter-se como apoiador da liderança atual. Caso este indivíduo migre para o outro lado, ele sabe que só continuará recebendo bens privados se o *challenger* o agraciar com a sua inserção na nova *winning coalition*. Ora, para o membro de *W* a seguinte questão surge à mente: até que ponto o *challenger* suprirá de bens privados um indivíduo que desertou a *winning coalition* e apoiou um desafiante? Essa dúvida faz

com que haja maior sustentabilidade à base de apoio do líder atual e soa como uma grande vantagem à permanência deste.

O *incumbent* não sofre desse problema de credibilidade, pois seus apoiadores reconhecem a dependência mútua que há entre eles, e sabem que enquanto este permanecer no poder, haverá ganhos privados.

Hipótese 2: Por ter suas preferências perfeitamente relevadas, o líder encontra maior credibilidade em suas propostas, enquanto o desafiante não consegue dar aos membros do *selectorate* a certeza de participação em uma futura *winning coalition*.

1.3.3– Afinidade

A questão da afinidade se refere ao fato de o *incumbent* (ou *challenger*) ter maior apreço por alguns membros do *selectorate* do que por outros. Bueno de Mesquita *et al* (2003) levantam como fatores definidores das afinidades as preferências étnicas, religiosas ou preferências por personalidades, ideologias, identificação partidária, experiência, laços familiares ou carisma. Para fins de modelagem, essa natureza é irrelevante.

No modelo matemático, a afinidade é utilizada somente como fator de desempate, quando todas as demais considerações forem idênticas. Portanto, questões relacionadas ao recebimento de bens preponderam sobre questões de afinidade.

Do ponto-de-vista do *incumbent* pode-se dividir os membros de S em três grupos distintos quanto à afinidade: aqueles em que se pode dizer que há uma forte relação de afinidade com o líder, aqueles em que não se pode dizer que há uma forte relação com o líder e, finalmente, o

indivíduo que define a fronteira entre esse dois grupos, isto é, o apoiador necessário com o W -ésimo membro de uma *winning coalition* de tamanho W . Do ponto-de-vista do *challenger* também há três grupos, no entanto, as fronteiras entre eles são menos conhecidas: pode-se identificar alguns membros do *selectorate* que são claramente a favor, outros que são claramente contra. No entanto, o desafiante não tem certeza sobre a W -ésima pessoa cujo apoio é necessário para formar uma *winning coalition* de tamanho W .

Assim, com todos os outros fatores permanecendo os mesmos, o líder formará a coalizão com os indivíduos que tiver maior afinidade, no entanto, a prioridade está em formar a coalizão mais barata possível.

Por outro lado, o *challenger* aceita toda e qualquer ajuda, mesmo não tendo certeza quanto a questões de afinidade. Do ponto-de-vista dos membros de S fica a incerteza quanto a quais serão as afinidades do *challenger* se ele chegar ao poder, principalmente ao potencial desertor da atual coalizão. Essa diferença de conhecimento mútuo sobre afinidades gera ao líder atual uma vantagem, que será grande ou pequena dependendo de quão importante representa a permanência na *winning coalition*.

1.3.4 – Regra de Lealdade

De acordo com Bueno de Mesquita *et al.* (2003) a *selectorate theory* sugere uma conexão entre o número de pessoas que formam W e S e as possibilidades de permanência no poder. Tal conexão se expressa pela preocupação dos membros da coalizão de não fazerem parte de uma futura *winning coalition*.

Do arcabouço teórico tem-se o seguinte resultado: cada membro do *selectorate* tem a mesma probabilidade de fazer parte de uma nova coalizão, esta probabilidade se traduz por $\frac{W}{S}$, considerando W o número de membros da coalizão e S o número de membros do *selectorate*.

Suponhamos o seguinte, uma quantidade suficiente de membros da coalizão atual apóia o desafiante a ponto de o líder atual ser removido do poder. Nessa situação, o novo governante tem a liberdade de formar sua coalizão. Dentre os S membros do *selectorate* ele escolherá W membros para a nova cúpula. Como, em regra, W é menor que S , supõe-se que alguns dos desertores do ex-líder ficarão de fora da mais recente coalizão, mesmo tendo sido responsáveis pela transição de governos. Portanto, como se pode perceber, há um risco e um custo em desertar a *winning coalition*. Há a possibilidade de não ser considerado para a nova coalizão.

À medida que W fica menor e S fica maior, para o *challenger* há a necessidade de um número mais reduzido de pessoas para formar uma coalizão vitoriosa. Por outro lado, se o tamanho da *winning coalition* cai e o *selectorate* aumenta a decisão de desertar se torna ainda mais arriscada. Resultado: quanto maior o risco de deserção maior será a lealdade ao líder atual. O risco mensurado de não se fazer mais parte da coalizão e, assim, não mais receber o ganho de bens privados é de $(1 - \frac{W}{S})$. Pode-se dizer, então, que num cenário onde S representa um pequeno grupo e W não é muito menor que S o líder terá sérios problemas de lealdade.

Os autores argumentam que, embora possa parecer irreal, a hipótese da homogeneidade de probabilidade de se fazer parte de W tem sua lógica. O exemplo tomado é o seguinte, um indivíduo que tem maiores chances de permanecer em futuras coalizões teria, necessariamente, menor lealdade ao líder atual. Sabedor dessa condição, o líder deve usar a única forma de aumentar a lealdade deste membro, conceder maiores benefícios e vantagens em troca de apoio. Ora, indivíduos como este são muito mais custosos ao líder, portanto, no momento de escolher

sua coalizão, o *incumbent* irá preferir exclusivamente outros membros do *selectorate*. Essa última constatação viola a hipótese de que esse indivíduo teria maiores chances de sempre estar entre os escolhidos de *W*. Assim, assume-se que a probabilidade de estar na coalizão de um possível sucessor é homogênea entre os membros de *S* e de valor W/S .

Se retornarmos ao exemplo da União Soviética, com *S* grande, representado por quase a totalidade dos adultos e *W* pequeno, representado por pouco mais da metade dos membros do partido comunista, constatamos que nesses países onde o processo eleitoral é viesado há uma situação especial de grande lealdade ao líder.

Hipótese 3: A regra de lealdade implica que em grupos sociais cujo *selectorate* representa um grupo muito maior que a *winning coalition* encontram-se o maior nível de lealdade. Por outro lado, quando *S* e *W* têm tamanhos semelhantes a possibilidade de deserção é mais provável.

1.3.5 – A Regra de Deposição

O foco do modelo teórico é a permanência no poder, portanto, o processo de deposição tem grande relevância. A regra aplicada é bastante simples, batizada por De Mesquita *et al.* (2003) como *constructive vote of no confidence*, representada pela Hipótese 4 do modelo.

Hipótese 4: O desafiante deve ter o trabalho de tirar alguns membros da coalizão do líder atual deixando-a menor que *W*. Além disso, ele deve montar sua própria *winning coalition* com pelo menos *W* membros.

1.4 – O Modelo de *Selectorate Theory*

Apresentados os principais grupos e definições acerca da teoria, nesta seção será abordado o modelo utilizado em De Mesquita *et al.* (2003). A lógica do modelo é explicada, inicialmente, no entanto, as questões formais estarão contidas no apêndice que sucede a explicação.

O modelo nada mais é que um jogo repetido indefinidamente, significando que os atores políticos apresentados fazem movimentos mútuos em cada rodada do jogo. O líder, denotado por L se mantém no poder apoiado por uma *winning coalition* com W membros, cada um dos membros possui peso igual de contribuição. O líder enfrenta seu desafiante, denotado por C .

Uma jogada se inicia com o *incumbent* escolhendo uma coalizão W_L com W membros. Um *challenger* é selecionado aleatoriamente, ambos, o líder e o desafiante simultaneamente propõem carga tributária, e a alocação das receitas entre bens públicos e bens privados. O *challenger*, então, escolhe uma coalizão W_C . Por definição, os gastos propostos não podem exceder a arrecadação, não é possível, em um primeiro instante, o financiamento por déficit. Qualquer receita não gasta pelo governante em bens públicos ou privados permanece como um fundo particular para gastos discricionários.

Após os dois agentes políticos anunciarem suas políticas fiscais, os membros do *selectorate* escolherão entre o *incumbent* e o *challenger*. O líder será deposto se, e somente se, o desafiante receber o apoio de no mínimo W membros de sua coalizão W_C e o W_L tiver menos que W membros.

Cada membro (N) da sociedade, levando em consideração a carga tributária imposta pelo governante, aloca seus recursos entre atividades economicamente produtivas e lazer.

Sejam r a taxa cobrada de impostos, x a quantidade de bens públicos provida e g o mesmo para bens privados. A atividade de lazer do indivíduo i é representada por l_i , onde $0 \leq l_i \leq 1$ e a atividade produtiva, na maioria das vezes classificada como trabalho, $(1-l_i)$.

A parcela do trabalho que permanece com o indivíduo após os impostos é $(1-r)$, assim, o nível de produto econômico pessoal é $(1-l_i)(1-r)$, algumas vezes denotado, também por y . A atividade econômica como um todo é representada por $E = \sum_{i \in N} (1-l_i)$ e a receita do governo $R = rE$.

Quanto aos custos, cada bem público gera um gasto de p ao erário. Já para os bens privados todos os membros da coalizão recebem a mesma quantidade e, conseqüentemente, o tamanho da coalizão do líder efetivamente significa um preço para os bens privados. Assim, dado que o *incumbent* provê x_L de bens públicos e g_L de bens privados, seus gastos são $px_L + |W_L|g_L$.

No período em que sobrevive no cargo, o *payoff* do *incumbent* é $\Psi + R_L - M_L$, onde R_L se refere à receita total do governo e M_L aos gastos totais em bens públicos e privados, ambos já tratados anteriormente. O termo Ψ representa o valor inerente de permanecer no cargo, pode ser considerado como simbólico ou psicológico e este é maior ou igual a zero. Se o *incumbent* falha em permanecer no cargo, seu *payoff* é zero. Um aspecto importante da utilidade do líder é o termo $R_L - M_L$ que representa o fundo próprio discricionário ou para corrupção.

Para o caso do *challenger*, os *payoffs* são similares, com $\Psi + R_C - M_C$ em caso de vitória, onde $R_C = r_C \sum_{i \in N} (1-l_i)$ e $M_C = px_C + |W_C|g_C$. Após o período de transição o *challenger* se torna *incumbent* e recebe o *payoff* do líder, caso fracasse em chegar ao poder, o ganho é zero. O líder,

enquanto *incumbent* anterior ou o novo *challenger* que acessa o cargo, aprende sua afinidade para com os membros do *selectorate*.

1.4.1 – Equilíbrio Markoviano Perfeito

Nesta seção, o foco está em mostrar quais são as escolhas ótimas de políticas resultantes do esforço do líder em permanecer no posto. Especificamente, as variáveis de interesse são carga tributária, provisão de bens públicos, provisão de bens privados, níveis totais de gastos, e esforço em trabalho de cada indivíduo. O outro ponto relevante da seção é mostrar qual a relação das escolhas ótimas dessas variáveis com o tamanho do *selectorate* e da *winning coalition*.

No Equilíbrio Markoviano Perfeito – EMP, além de cada jogador escolher a estratégia que maximiza sua utilidade dada a estratégia dos demais, ele também condicionará sua estratégia a uma variável de estado, no caso, esta variável será a preferência do líder em relação aos membros de S , ou seja, as afinidades do líder e nenhum outro aspecto da história do jogo será levado em consideração. Isso significa que ao formar sua coalizão o líder escolhe os *selectors* de maior afinidade. Cabe ressaltar, também, que o EMP exige perfeição em subjogos em cada rodada.

A questão relevante no modelo é que o líder conhece suas afinidades com cada *selector*, no entanto, para o *challenger* no período de transição até o período 1 suas afinidades em relação aos membros do *selectorate* e mesmo em relação aos membros de W_C são desconhecidas. Seria o mesmo que dizer, de uma maneira mais realista, que o líder, devido a sua convivência com os membros de S durante o período em que esteve no poder, teve a oportunidade de conhecer seus

membros. Para o desafiante, essa experiência não foi possível, por isso ele vai conhecer suas afinidades com os integrantes do *selectorate* apenas após chegar ao poder.

Antes de conhecer suas afinidades, o *challenger* e cada membro de S têm em mente uma chance equiprovável de estar na *winning coalition*. Isso significa que cada *selector*, incluindo aqueles que fizeram parte de W_C , se defrontam com uma probabilidade igual a $\left(1 - \frac{W}{S}\right)$ de ser excluído da coalizão quando o desafiante vencedor passa pelo período de transição e se torna o novo líder.

Assim, o custo esperado de desertar a coalizão do líder e apoiar o desafiante depende de três fatores: (i) o grau com que ganhos futuros são descontados, isto é, a paciência de cada indivíduo representada pela taxa de desconto δ ; (ii) a quantidade de bens privados cedidos aos membros da *winning coalition* e; (iii) a probabilidade de ser excluído da coalizão, $\left(1 - \frac{W}{S}\right)$. Membros da coalizão do líder têm a certeza de que se fazem parte deste grupo, então estão entre os detentores de maior afinidade com o líder e, além do mais, sabem que, enquanto este líder permanecer governando, eles receberão suas parcelas de bens privados. Assumindo, claro, que as afinidades se mantêm constantes após conhecidas.

A intenção do modelo, nessa argumentação, é demonstrar que o *challenger*, antes de destituir o líder e chegar ao poder, não é capaz de assumir um compromisso crível de favorecimento a seus correligionários. Para De Mesquita *et al.* (2003), o que acontece no mundo real é exatamente isto. Portanto, quanto maior for $\left(1 - \frac{W}{S}\right)$, maior será a lealdade ao líder. A partir da argumentação empregada, chega-se ao primeiro resultado formal do modelo, cuja prova se encontra no apêndice:

Proposição 1: Se $W \leq \frac{(S+1)}{2}$, então existe um EMP deste jogo em que o nível de equilíbrio da carga tributária, provisão de bens públicos e lazer são ótimos, onde a otimização depende do tamanho da *winning coalition* e do *selectorate*.

A proposição acima revela que se a coalizão é menor ou igual a uma maioria simples do *selectorate*, então haverá um equilíbrio no jogo e as demais escolhas de políticas serão ótimas. A descrição da proposição 1 depende de seis equações apresentadas de forma verbal abaixo, formalmente demonstradas no apêndice:

1. Condição de Liderança: O líder iguala a melhor oferta possível do desafiante em relação a impostos e nível de gastos.
2. Restrição Orçamentária: Gastos não excedem a receita.
3. Política do Líder: A escolha de política do *incumbent* é uma combinação ótima de gastos em bens públicos e privados, dada a restrição orçamentária.
4. Política do Desafiante: O *challenger* também terá sua política ótima no intuito de atrair os incentivadores.
5. Carga Tributária do Líder. A taxa de impostos escolhida é ótima.
6. Carga Tributária do Desafiante: Também é uma escolha ótima de taxa tributária.

Encontrado o equilíbrio do modelo, falta agora mostrar como o tamanho dos grupos relevantes e a relação entre eles afetam as decisões ótimas dos membros do *selectorate* e também dos dois rivais em conquistar o poder.

Deve-se levar em consideração, inicialmente, que, a partir da regra de deposição, o número de pessoas relevantes para a deposição ou manutenção do líder nunca é maior que $2W$.

Para derrubar o líder, o desafiante deve montar uma coalizão de W integrantes, com pelo menos um integrante de W_L . Espera-se que indivíduos participantes apenas da coalizão do

challenger dêem apoio somente para este. O mesmo se espera de indivíduos incluídos apenas na coalizão do *incumbent*. Assim, os que chegam ao poder dependem de indivíduos que são membros tanto de W_L quanto W_C , ou seja, dos indecisos.

Apenas oferecendo a esses indivíduos um pacote de ganhos que vale mais do que eles ganham com o *incumbent* é que o *challenger* pode chegar ao poder. Conseqüentemente, o problema de decisão do desafiante está em encontrar as políticas de arrecadação e gastos que maximizam o bem-estar de sua coalizão.

O primeiro ponto a se notar ao tratarmos das influências institucionais nessas escolhas é que a oferta do *challenger* envolve gasto total da receita arrecada: $R_C = M_C$. Das decisões do desafiante constata-se que quanto maior W , maior será o foco na provisão de bens públicos.

A razão disso está no fato de se W for pequeno será muito mais vantajoso prover, aos poucos membros da coalizão que pode vir a sustentá-lo no poder, bens privados. No entanto, se o tamanho da coalizão cresce, os custos de provisão de bens privados também crescem. A melhor opção para agradar tanto os membros de W_C quanto o resto da população parece ser os bens públicos.

Outro fato relevante decorre da vontade do desafiante de a carga tributária implementada maximizar o bem-estar dos membros de sua coalizão. Ora, o *challenger* deve preferir a carga tributária que maximize a arrecadação, mas isso tem efeitos prejudiciais em toda a população e até mesmo para os membros de sua coalizão, que se vêem expropriados pelo Estado em suas atividades produtivas. No entanto, se W_C é pequena em número, o desafiante pode sinalizar uma taxa de impostos alta e, ao mesmo tempo, uma compensação em termos de benefícios privados aos membros de seu grupo de suporte.

Por outro lado, se W_C se compõe de muitos elementos, ficaria impossível compensar as perdas de todos os seus membros devido à tributação expropriatória. Assim, aspirantes a líderes de grandes coalizões escolhem um baixo nível de carga tributária.

Então, podemos concluir que, pela ótica do desafiante, uma coalizão grande acarreta uma maior provisão de bens públicos e uma menor taxa de impostos.

O mesmo exercício lógico pode ser feito pela ótica do líder atual. Para permanecer no poder, o líder deve, no mínimo, igualar a melhor proposta do *challenger*. Seu problema de otimização é encontrar gasto e arrecadação que maximizem o seu ganho discricionário, sujeito a restrição de igualar, no mínimo, o mesmo nível de ganhos oferecidos pelo desafiante em sua melhor oferta. Em equilíbrio, o líder pode sempre permanecer no poder e reter recursos para seu fundo pessoal.

O argumento-chave para entender este resultado está no fato de o *incumbent* sempre poder oferecer o mesmo nível de ganhos que o *challenger* pode. Além disso, a promessa do líder é determinística enquanto os ganhos que o desafiante promete são probabilísticos (W/S).

Ao maximizar os ganhos discricionários, sujeitos à melhor proposta do desafiante, o líder escolhe a política de arrecadação e gastos que mais eficientemente recompensa seus incentivadores. Assim, se W cresce, o preço efetivo por bens privados cresce, levando o *incumbent* a mudar para uma parcela maior de bens públicos providos a toda população.

Querendo maximizar a renda dos fundos discricionários, à medida que a taxa r aumenta, o líder tem que compensar seus correligionários pelas perdas. Se W é muito grande esta tarefa se torna muito mais improvável. Como consequência, em regimes de W grande, os líderes tendem a reduzir a carga tributária.

1.4.2 – A Escolha da Coalizão do Líder

Por questões de credibilidade, o líder escolhe seus W_L integrantes de maior afinidade e os mantém em todos os períodos de sua permanência no poder. A razão para isso é o fato de que se tirar incentivadores em algum período o líder será deposto. Suponhamos que algum membro da coalizão seja deposto, os demais incentivadores não terão mais a certeza de permanecer em W_L no período posterior, assim, vão comparar essa possibilidade de estar fora com a probabilidade (W/S) de fazer parte da coalizão do *challenger*. Portanto, mudar os membros da coalizão representa suicídio político.

1.5 – Como as instituições estruturam incentivos

Para cada nível de gastos, M_L , o *incumbent* quer maximizar o ganhos dos membros da coalizão otimizando a provisão de bens públicos e privados. O tamanho de W determina efetivamente o preço que o líder deve pagar pela provisão de bens privados, quanto maior a coalizão maior será o custo de prover esse tipo de bens. Assim, líderes convergem para um comportamento mais coletivo na presença de W grande.

Conclusão 1: Quanto maior a *winning coalition* maior será a propensão dos governantes em prover bens públicos à toda sociedade.

Enquanto, pela *selectorate theory*, carga tributária e o tamanho de W são inversamente correlacionados, temos que a renda per cápita (função da relação lazer-trabalho) é diretamente

proporcional ao tamanho da coalizão, hipótese corroborada pelos dados contidos em De Mesquita *et al.* (2003).

O indivíduo de dentro da coalizão sempre recebe mais do que o de fora, porém, quando W é pequeno, essa diferença é maior, e quando W cresce, a diferença entre os dois grupos cai por dois motivos: *i*) o valor dos bens privados cai pelo aumento na divisão e, *ii*) quando W cresce, a proporção gasta em bens públicos é maior. Essa motivação indica que o valor de estar em W aumenta à medida que este grupo diminui. Podemos estabelecer, então, que autocracias promovem maior lealdade, enquanto democracias, ao contrário, estão relacionadas à menor lealdade. Em relação a sistemas de governo, De Mesquita *et al.* (2003) argumentam que sistemas parlamentares de partido único requerem uma menor *winning coalition* quando comparados aos sistemas presidencialistas. Assim, a lealdade estará mais presente no parlamentarismo.

A relação do tamanho da coalizão com o bem-estar da população em geral passa pela questão, já abordada, da carga tributária ótima que o líder escolherá. Se W é grande, há um impedimento em estabelecer altos níveis de taxaço.

Conclusão 2: Maiores *winning coalitions* estão relacionadas a sociedades com menor carga tributária e maior nível de renda per cápita.

No entanto, essa argumentação lógica vai por água abaixo quando tratamos de países abundantes em recursos naturais, por quê?

Quando o país tem grandes reservas de recursos naturais, como petróleo, os líderes não necessitam da produtividade do trabalho da sociedade para manter o alto nível de recompensas a seus correligionários. Sem a questão do trabalho-lazer ótimos, líderes podem tentar expropriar toda a renda para si. Desastres econômicos, como a Nigéria, são mais propícios a ocorrer.

A consequência econômica dos recursos naturais depende das condições institucionais de cada país. Se considerarmos um W grande, r deve ser pequeno pela lógica do modelo, nesse caso a renda proveniente de recursos naturais seria destinada à provisão de bens públicos, que representam maior parte da destinação de gastos em condições como esta. Por outro lado, se W é pequeno a lealdade é grande, líderes expropriam recursos da sociedade utilizando uma carga tributária alta, pagam sua coalizão com os montantes provenientes de recursos naturais e mantêm o que sobra para si.

Conclusão 3: Em situações de abundância de recursos naturais, *winning coalitions* pequenas são mais propícias à expropriação do líder, enquanto em países institucionalmente estruturados, com grandes *winning coalitions*, há maior provisão de bens públicos e diminuição da carga tributárias na presença de riquezas naturais.

Podemos relacionar, também, o tamanho da coalizão com o nível ótimo de gastos totais que um líder despense. Dois efeitos podem ser destacados: primeiro, quanto maior W , menos leais são os correligionários do líder, assim, maiores serão os níveis de recursos gastos com a coalizão. Segundo, quanto maior W , maior será a importância relativa de bens públicos providos à sociedade. Desses dois efeitos percebe-se que um número maior de membros na coalizão significa maiores gastos no orçamento do líder, menos sobras para recursos espúrios guardados.

O tamanho do *selectorate* também influencia os gastos totais em bens públicos e privados. À medida que S aumenta, os líderes diminuem seus gastos. A principal razão está na regra de lealdade (W/S) , ou seja, quanto maior o *selectorate* menor será a chance de se fazer parte de um

eventual grupo de escolhidos do líder subsequente e, assim, menor o esforço do *incumbent* em favorecer sua coalizão.

Conclusão 4: Quanto maior a *winning coalition* maiores serão os gastos totais do líder, o que propicia menor desvio de recursos públicos.

Obviamente, o montante total de receitas também influencia o quanto é gasto em bens públicos e privados, no entanto, a variável de desconto δ , que sinaliza a paciência dos agentes tem um efeito menos trivial.

Em equilíbrio, o líder gasta o montante ótimo que lhe possibilita permanecer no poder e retirar uma parte para si. Diferentemente, o desafiante oferece gastar toda a arrecadação no primeiro período, no entanto, nos períodos subsequentes volta aos níveis de líder. Quando os indivíduos escolhem entre líderes, não têm certeza sobre sua participação, ou não, na próxima coalizão. Como vimos, o *incumbent* tem maior credibilidade em sua promessa de ganhos futuros aos membros da *coalition*. O fator de desconto pondera a importância desses ganhos futuros a valor presente. Quanto aos cidadãos pacientes (δ alto), a vantagem de credibilidade do líder em prover bens privados conta fortemente nos cálculos dos seus apoiadores. Isso significa que no período atual, o líder pode oferecer um valor menor do que o desafiante está disposto a oferecer e ainda assim parecer uma oferta mais atrativa. Se, por outro lado, os indivíduos fossem mais impacientes, os líderes teriam que gastar mais nos períodos atuais. Segundo De Mesquita *et al.* (2003), esta constatação contrasta com a maioria da literatura em cooperação e regimes políticos (Axelrod, 1984, 1986).

1.6 – Outras Implicações

Nesta seção daremos continuação à relação dos aspectos institucionais providos pela *selectorate theory* com outros fatores sobre os quais o modelo atua, tais como a longevidade dos líderes, a provisão de políticas públicas e bens privados, crescimento econômico e corrupção.

Quanto á sobrevivência política dos líderes, o modelo indica que em países com uma coalizão pequena e grande *selectorate*, *e.g.*, autocracias, encontram maior facilidade de permanecer no poder após o período inicial de transição, enquanto em países de ambos *S* e *W* grandes (democracia) há maior dificuldade de permanência na liderança. Pode-se dizer que enquanto em estruturas de coalizões grandes os líderes competem em termos de melhor provisão de bens públicos, temos os países de *W* pequeno, onde há competição entre a melhor provisão de bens privados.

Conclusão 5: Países com *winning coalitions* menores são identificados com a maior permanência de líderes no poder.

Se compararmos, dentro de regimes democráticos, o sistema presidencialista de eleições nacionais (*W* relativamente grande) com o sistema parlamentarista distrital (*W* relativamente pequeno) percebemos que no primeiro há menor indução à lealdade enquanto no último a lealdade entre membros da coalizão é incentivada.

A comparação entre regimes e seus tamanhos de coalizão se estende para o nível de provisão de bens públicos. É de se esperar que maiores coalizões, como as democracias, favoreçam a distribuição de bens públicos, como foi argumentado anteriormente no modelo.

Outros trabalhos que focaram em políticas públicas corroboram essa hipótese de que democratas são melhores provedores públicos que autocratas (Lake e Baum, 2001).

O crescimento econômico representa mais uma correlação propiciada pela *selectorate theory*. Espera-se que diferenças entre as configurações institucionais ajudem a explicar variações nos produtos das economias em questão. Segundo De Mesquita *et al.* (2003) aspectos concernentes unicamente à democracia, independentes do tamanho de W , não influenciam a variação da taxa de crescimento, no entanto, a *winning coalition* contribui para o assunto.

A relação entre a coalizão e o crescimento é simples, da mesma forma que a teoria prediz que W grande está relacionada a carga tributária modesta, e maior provisão de bens públicos, espera-se que também esteja relacionada a proteção de direitos de propriedade, cumprimento da lei, segurança nacional, melhor educação, proteção dos direitos humanos, além de sistemas de livre comércio, menores mercados-negros sobre o câmbio, menos corrupção, opressão e repressão, e um orçamento mais equilibrado. Vários desses fatores já foram citados como facilitadores ou impulsionadores do crescimento econômico, portanto, indiretamente, vinculam-se sistemas políticas de grandes coalizões com melhor desempenho econômico.

Conclusão 6: Países com maiores *winning coalitions* são relacionados a melhores desempenhos econômicos do que países de W pequeno.

Quanto à corrupção, a teoria enumera três motivos que, associados a uma *winning coalition* pequena, tenderão a propiciar governos mais desonestos. *i)* sabe-se que W pequenos favorecem a entrega de bens privados aos membros da coalizão e que a luta contra a corrupção se enquadra como um benefício público, assim, os líderes terão pouco incentivo em prover esse tipo de atitude em favor da legalidade. *ii)* Os líderes devem fechar os olhos para a corrupção como um

meio de recompensar seus correligionários. *iii*) Finalmente, sabemos que em sistemas com uma coalizão pequena, resultantes em alta lealdade, o próprio líder tem grande incentivos em maximizar a parte da arrecadação que permanece em seus cofres particulares.

Conclusão 7: Países com menores *winning coalitions* são relacionados com maiores níveis de corrupção.

Apêndice Matemático

Neste anexo será apresentado o modelo da *selectorate theory* em seus aspectos formais. Como abordado anteriormente, o jogo é repetido infinitamente, no entanto, somente uma rodada será demonstrada aqui. Vale lembrar que os *payoffs* dos jogadores são descontados pela taxa δ .

Relembrando o modelo em linhas gerais: o jogo se inicia com o líder escolhendo sua coalizão, W_L , de tamanho W , tal que $W_L \in S$. Um desafiante é escolhido aleatoriamente, e simultaneamente ambos os jogadores propõem suas cargas tributárias, e provisão de bens. O *challenger* propõe à sua coalizão $W_C \subset S$, sua carga tributária, r_C , provisão de x_C bens públicos e g_C bens privados. O líder faz o mesmo, propõe r_L , x_L e g_L .

Cada *selector* escolhe entre as duas opções de governantes. Pela regra de deposição, o líder somente é removido se o desafiante formar uma coalizão de, no mínimo, W membros e o líder não conseguir manter o número mínimo de membros em sua própria coalizão, também de W membros. Cada pessoa aloca seus recursos entre lazer e atividades economicamente produtivas (trabalho), tal que o lazer do indivíduo i , l_i , $\in [0,1]$ e o trabalho seria, então, $(1 - l_i)$.

Há de se ressaltar também que o nível de gastos escolhidos pelo líder pode não ser viável, caso seja, será implementado, caso contrário, todos receberão um *payoff* reserva, um *caretaker* de v_0 . Uma política é dita viável quando $r_L \sum_{i \in N} (1-l_i) - px_L - |W_L|g_L \geq 0$. (I.1)

Os jogadores recebem do novo líder, o antigo *challenger* ou antigo *incumbent*, o ordenamento das afinidades, B , que são, então, reveladas. Assume-se que a afinidade do líder pelos membros de sua coalizão são estritamente lexicográficas. Seja B_L o conjunto que representa as preferências do líder sobre os membros de sua coalizão, assim, $i = 1$ representa o indivíduo cuja afinidade com o líder é a maior. O *challenger* também tem a mesma forma de expressar suas preferências, no entanto, o ordenamento de B_C permanece desconhecido até o momento em que o desafiante toma o poder, todos os ordenamentos possíveis têm iguais probabilidades.

$$\text{Assim: } \Pr(B_C = b) = \Pr(B_C = b') = \left(\frac{1}{S!} \right), \text{ para todo } b, b'. \quad (\text{I.2})$$

Em relação às atividades econômicas, $(1-l_i)$ representa o nível de esforço produtivo individual e dada uma carga tributária de r , a porção dos ganhos mantido em poder de cada indivíduo é $(1-r)$. Portanto, os ganhos econômicos destes são $(1-l_i)(1-r) = y$. (I.3)

$$\text{Já o total produzido pela economia como um todo é representado por } E = \sum_{i \in N} (1-l_i) \quad (\text{I.4}) \text{ e as}$$

$$\text{receitas do governo, } rE = R_L. \quad (\text{I.5})$$

$$\text{Sabe-se que o custo de provisão do líder é dado por } px_L + |W_L|g_L = M_L. \quad (\text{I.6})$$

Assim, seu *payoff* será $\Psi + R_L - M_L$ (I.7) se permanecer no poder e 0 caso seja deposto. Para o

desafiante, chegar ao poder representa um ganho de $\Psi + R_C - M_C$ (I.8),

$$\text{onde } R_C = r_C \sum_{i \in N} (1 - l_i) \quad (\text{I.9})$$

$$\text{e } M_C = px_C + |W_C|g_C, \quad (\text{I.10})$$

caso falhe no seu propósito receberá 0.

Os cidadãos, por sua vez, recebem ganhos de quatro diferentes fontes: bens públicos (x), bens privados do governo (g), atividades produtivas (y) e lazer (l). A função-utilidade de cada indivíduo será $V(x, g, y, l)$, onde $V(\)$ é uma função aditivamente separável, duas vezes diferenciável, crescente e côncava em cada componente. Se o líder permanece no poder, o *payoff* de cada indivíduo será $V(x_L, (l_{WL,i})g_L, (1 - r_L)(1 - l_i), l_i)$ onde $(l_{WL,i})$ é um indicador que tem valor 1 se o indivíduo i está dentro da coalizão do líder, W_L , e 0 caso contrário. A função utilizada pelos autores, em particular, é $V(x, g, y, l) = \sqrt{x} + \sqrt{g} + \sqrt{y} + \sqrt{l}$ e o valor do *caretaker*, $v_0 = 0$.

O líder atual recebe um *payoff* de $\Psi + R_L - M_L$ (I.7), onde R_L representa as receitas totais do governo e M_L representa seus gastos totais ($M_L = px_L + |W_L|g_L$), (I.6) se o líder sobrevive no cargo, e 0 caso contrário. $\Psi > 0$ representa o valor inerente de estar no poder e $R_L - M_L$ são os recursos excedentes que o líder pode manter sob sua própria discricão. Se o desafiante consegue chegar ao poder, seu ganho no período será de $\Psi + R_C - M_C$, onde $R_C = r_C \sum_{i \in N} (1 - l_i)$ e $M_C = px_C + |W_C|g_C$ (I.10). Nos períodos subsequentes ele se torna o líder. No entanto, se o desafiante falha em sua tentativa seu *payoff* será 0.

Equilíbrio Markoviano Perfeito

Inicialmente, a forma do jogo restringe a escolha do tamanho da coalizão do líder em W . Observando a regra de que $W_L \subset S$, o desafiante, por sua vez, escolhe uma coalizão de tamanho $W_C \subset S$, uma taxa de juros de $r_c \in [0,1]$, um nível $x_c \in \mathfrak{R}^+$ e um nível de provisão de bens privados $g_c \in \mathfrak{R}^+$. O líder escolhe o valor dessas mesmas variáveis em $r_L \in [0,1]$, $x_L \in \mathfrak{R}^+$ e $g_L \in \mathfrak{R}^+$. Dadas todas as coalizões anunciadas, taxas de juros e políticas públicas, todos os membros do *selectorate* escolhem entre o líder e o desafiante. Para evitar o problema de todos os votos serem para um mesmo candidato, assume-se que as preferências dos votantes são estratégias fracamente não-dominadas. Seguindo a escolha de um líder, cada cidadão escolhe entre lazer e trabalho tal que $l_i \in [0,1]$.

Caracteriza-se um equilíbrio Markoviano perfeito em que o líder sobrevive em todos os períodos, formando uma coalizão W_L com seus membros preferidos do *selectorate* na ordem B_L , isto é, $W_L = \{1, \dots, W\}$. Neste equilíbrio, em cada período os níveis de carga tributária e provisão de bens do desafiante e do líder são, respectivamente, $\{r_c^*, x_c^*, g_c^*\}$ e $\{r_L^*, x_L^*, g_L^*\}$ e também, o nível de lazer de cada indivíduo em todos os períodos é l^* . No equilíbrio Markoviano perfeito, os jogadores condicionam suas estratégias a uma variável de estado. Neste caso em particular, a variável de estado são as preferências do líder pelos membros do *selectorate*. Assim, além dos requisitos padrões de equilíbrio de que cada jogador maximiza sua utilidade dada a estratégia dos outros jogadores este tipo de equilíbrio admite que os jogadores condicionem suas estratégias apenas a uma variável de estado e nenhum outro aspecto da história do jogo.

Neste equilíbrio, a produção total da economia é $E = N(1-l^*)$. As receitas do governo são $r_L E$ e dado este equilíbrio, se o líder sobrevive no cargo então o valor do jogo começando no período seguinte será:

$$Z_{L,i} = \frac{1}{1-\delta} V(x^*_L, (1_{\{1,\dots,W\},i})g^*_L, (1-r^*_l)(1-l^*), l^*) \quad (\text{I.11})$$

Onde $(1_{\{1,\dots,W\},i})$ representa uma função indicadora que toma o valor 1 se i é um dos membros do *selectorate* pelos quais o líder tem maior afinidade e 0 caso contrário. Por ser igualmente provável a todos os membros de S estarem entre os escolhidos do líder, a probabilidade de fazer parte do grupo dos que tem maior afinidade do líder é (W/S) . Por outro lado, a probabilidade de estar de fora desse grupo é de $(1-(W/S))$, isto é, a probabilidade de ser excluído do grupo dos preferidos do desafiante para os próximos períodos. Assim, o valor do jogo começando com o desafiante tirando o líder do poder é:

$$Z_{C,i} = \frac{1}{1-\delta} \left(\frac{W}{S} V(x^*_L, g^*_L, (1-l^*), l^*) + \left(1 - \frac{W}{S}\right) V(x^*_L, 0, (1-l^*), l^*) \right) \quad (\text{I.12})$$

O argumento chave para a teoria está na constatação de que para $i \in \{1, \dots, W\}$, $Z_{L,i} > Z_{C,i}$. Isto é, o líder pode prometer bens privados a seus membros da coalizão com credibilidade em todos os períodos futuros, enquanto o desafiante pode oferecer esse tipo de bem apenas probabilisticamente. A *selectorate theory* analisa como esse resultado afeta as questões de carga tributária e provisão de políticas públicas à medida que as instituições variam. Os principais resultados podem ser assim colocados:

A função $l = l(r)$ descreve o valor de l_i que satisfaz a seguinte equação:

$$-(1-r)V_y(\dots, (1-r)(1-l_i), l_i) + V_L(\dots, (1-r)(1-l_i), l_i) = 0 \quad (\text{I.13})$$

E ainda:

$$\frac{dl}{dr} = \frac{V_y((1-r)(1-l)) + (1-r)(1-l)V_{yy}((1-r)(1-l))}{(1-r)^2 V_{yy}((1-r)(1-l)) + V_{ll}(l)} \quad (\text{I.14})$$

Para a função de utilidade escolhida neste apêndice, esse resultado implica que

$$l = \frac{1}{2-r} \quad (\text{I.15}) \quad \text{e} \quad \frac{dl}{dr} = \frac{1}{(2-r)^2} \quad (\text{I.16}).$$

PROPOSIÇÃO Se $W \leq \frac{(S+1)}{2}$, então haverá um equilíbrio Markoviano perfeito do jogo em que os valores de $\{r^*_L, x^*_L, g^*_L\}$ e $\{r^*_C, x^*_C, g^*_C\}$, além da decisão lazer/trabalho ótima (l^*) resolverão as seis equações abaixo:

1. Condição de Liderança

$$I1 = V(x_c, g_c, (1-r_c)(1-l_c), l_c) - V(x_L, g_L, (1-r_L)(1-l), l) - \delta Z_{L,i} + \delta Z_{C,i} = 0 \quad (\text{I.17})$$

$$\text{Onde } Z_{L,i} = (1/(1-\delta))V(x_L, g_L, (1-r_L)(1-l), l) \text{ e} \quad (\text{I.11})$$

$$Z_{C,i} = \frac{1}{1-\delta} \left(\frac{W}{S} V(x_L, g_L, (1-l), l) + \left(1 - \frac{W}{S} \right) V(x_L, 0, (1-l), l) \right) \quad (\text{I.12})$$

E l iguala-se a $l(r)$ quando avaliada em r_L e l_C se iguala a $l(r)$ quando avaliada em r_C .

2. Restrição Orçamentária

$$I2 = r_c N(1-l) - px_c - Wg_c = 0 \quad (\text{I.18})$$

3. Política Ótima do Líder

$$I3 = pV_g(x_L, g_L, (1-r_L)(1-l), l) - WV_x(x_L, g_L, (1-r_L)(1-l), l) = 0 \quad (I.19)$$

4. Política Ótima do Desafiante

$$I4 = pV_g(x_C, g_C, (1-r_C)(1-l_C), l_C) - WV_x(x_C, g_C, (1-r_C)(1-l_C), l_C) = 0 \quad (I.20)$$

5. Política Tributária Ótima do Líder

$$I5 = -\frac{dl}{dr_L} r_L N + N(1-l) + \frac{p}{V_x(x_L)} \left(\left(-1(1-l) - (1-r) \frac{dl}{dr_L} \right) V_y((1-r_L)(1-l)) + \frac{dl}{dr_L} V_l(l) \right) = 0$$

(I.21)

5. Política Tributária Ótima do Desafiante

$$I6 = -\frac{dl}{dr_C} r_C N + N(1-l) + \frac{p}{V_x(x_C)} \left(\left(-1(1-l) - (1-r) \frac{dl}{dr_C} \right) V_y((1-r_C)(1-l)) + \frac{dl}{dr_C} V_l(l) \right) = 0$$

(I.22)

PROVA DA PROPOSIÇÃO Dado que o caminho equilíbrio em todos os períodos futuros será dado $\{r^*_L, x^*_L, g^*_L\}$, $\{r^*_C, x^*_C, g^*_C\}$ e l^* , e assim pelas funções-valor $Z_{L,i}$ e $Z_{C,i}$, caracteriza-se assim a melhor resposta para cada jogador em cada nó. Dada a seqüência natural de movimentos, calculemos as estratégias ótimas por indução retroativa.

Lazer/Trabalho

Dada a carga tributária e as políticas do líder (r, x, g) , seja ele o *incumbent* ou o desafiante, os cidadãos escolhem o nível de lazer que maximiza o seu bem estar. Supondo que a política é viável, então as condições de primeira ordem implicam:

$$-(1-r_i)W_y(X_L, (1_{WL,i})g_L, (1-r_L)(1-l_i), l_i) + V_L(X_L, (1_{WL,i})g_L, (1-r_L)(1-l_i), l_i) = 0 \quad (I.23)$$

Note que dada a função utilidade aditivamente separável l não depende de x ou g :
especificamente, $l = \frac{1}{2-r}$ (I.15). Por derivação implícita:

$$\frac{dl}{dr} = \frac{-V_y((1-r)(1-l)) + (1-r)(1-l)V_{yy}((1-r)(1-l))}{(1-r)^2}$$

$$V_{yy}((1-r)(1-l)) + V_{ll}(l) = \frac{1}{(2-r)^2} \quad (\text{I.16})$$

Se $rN(1-l) - px - gW + l < 0$ (I.24), então a estratégia $l_i = l(r)$ é a melhor resposta para todos os cidadãos desde que nenhum desvio torne a política viável.

Se $rN(1-l) - px - gW < 0 < rN(1-l) - px - gW + (1-l)$ (I.25), então a estratégia dos cidadãos é para $N-1$ cidadãos escolherem $l_i = l(r)$ e um único cidadão escolher $l_i = r(N-1)(1-l) - px - gW - 1$. Por conveniência, suponha que o indivíduo que contribua com esforço extra seja um elemento de $W_L \cap \{1, \dots, W\} \cap W_C$ se esse conjunto é não-vazio e é um membro de $W_L \cap W_C$ caso contrário. Isso define a escolha lazer/trabalho para qualquer conjunto de cargas tributárias e políticas.

Escolha dos membros do *selectorate*

Se o líder permanece no cargo, então o *payoff* do indivíduo i será:

$$(I.26) \quad U_i(L \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) =$$

$V(x_L, (1-r_L)(1-l_i) + g_L(1_{W_{L,i}}, l_i) + \delta Z_{L,i})$	se	$r_L \sum_{j \in N} (1-l_j) - px_L - W_L g_L \geq 0$
---	----	--

$v_0 + \delta Z_{L,i}$	se	$r_L \sum_{j \in N} (1 - l_j) - px_L - W_L g_L < 0$
------------------------	----	---

Se o desafiante vence o *incumbent*, então o indivíduo i recebe:

$$(I.27) \quad U_i(C \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) =$$

$V(x_C, (1 - r_C)(1 - l_i) + g_C(l_{W_C,i}), l_i) + \delta Z_{C,i}$	se	$r_C \sum_{j \in N} (1 - l_j) - px_C - W_C g_C \geq 0$
$v_0 + \delta Z_{C,i}$	se	$r_C \sum_{j \in N} (1 - l_j) - px_C - W_C g_C < 0$

Seja $\Xi_i(W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i)$ o mapa de estratégias do indivíduo i para cada

líder ou desafiante. Nas melhores estratégias não dominadas, i escolhe L se:

$$(I.28) \quad U_i(L \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) > U_i(C \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i)$$

E escolhe C se:

$$(I.29) \quad U_i(C \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) > U_i(L \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i)$$

Para evitar a necessidade de se introduzir um conceito *epsilon* de solução, dividem-se as indiferenças num cenário onde C gasta todos os seus recursos possíveis. Portanto, se:

$$(I.28) \quad U_i(L \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) > U_i(C \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i)$$

ou

$$(I.30) \quad U_i(L \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = U_i(C \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i)$$

$$\text{e } M_C = r_C E, \text{ então } \Xi_i(W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = L \quad (I.31)$$

Caso contrário, i apóia C , $\Xi_i(W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = C$

Escolhas da coalizão, impostos e políticas do desafiante

Para tirar o líder do posto, o desafiante deve construir uma coalizão de W membros e atrair membros da coalizão do líder de modo que este último retenha menos de W membros entre seus apoiadores. Especificamente:

$$(I.32) \left\{ \{i \in W_C \mid \Xi(W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = C\} \right\} = W \text{ e};$$

$$(I.33) \left\{ \{i \in W_C \mid \Xi(W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = L\} \right\} < W$$

Dada a coalizão do líder, W_L , e supondo que sua estratégia seja r_L, x_L, g_L e os cidadãos escolham lazer de l_i , as melhores respostas do desafiante serão:

LEMA

A. Escolha da coalizão

Caso 1. Se $W_L = \{1, \dots, W\}$ então W_C contém um indivíduo, k , de W_L e quaisquer outros $W - 1$ indivíduos: W_C tal que $|W_C| = W$ e existe algum $k \in W_L \cap W_C$.

Caso 2. Se $|W_L \cap \{1, \dots, W\}| < W$ então $W_C (|W_C| = W)$ contém no mínimo um indivíduo, k , de $W_L \setminus \{1, \dots, W\}$ e $W - 1$ outros indivíduos em que nenhum deles está em $|W_L \cap \{1, \dots, W\}|$ e nenhum deles está em $\{1, \dots, W\} \setminus W_L$ se para $j \in W_L \setminus \{1, \dots, W\}$ e $j' \in \{1, \dots, W \setminus W\}$, $U_j(L \setminus \cdot) < U_{j'}(L \setminus \cdot)$.

B. Escolhas de carga tributária e políticas

Se viável, então a estratégia do desafiante será $(r_C, x_L, g_L) \in \arg \max_{r_C \in [0,1], x_L \in \mathfrak{R}^+, g_L \in \mathfrak{R}^+} r_C N(1 - l_i) - p x_C - W g_C$ sujeito a $U_k(L \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = U_k(C \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i)$ (I.33) onde o indivíduo k é o membro do *selectorate* identificado na seção A acima. Se nenhuma estratégia viável existir, então $(r_C, x_L, g_L) \in \arg \max_{r_C \in [0,1], x_L \in \mathfrak{R}^+, g_L \in \mathfrak{R}^+} U_k(C \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i)$ tal que essas políticas são viáveis.

Prova. A prova se inicia com a observação de que dado o perfil de estratégias, ou o desafiante não pode derrubar o líder ou a restrição

$$U_k(L \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = U_k(C \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) \quad (I.33)$$

vincula-se para algum indivíduo i pertencente a S . No primeiro caso, quaisquer estratégias são melhores respostas, o último caso será verdade desde que não seja verdade que o desafiante poderia sempre reduzir seus gastos e derrotar o líder.

Desde que o *payoff* do desafiante é $\Psi + r_C \sum_{i \in N} (1 - l_i) - px_C - |W_C|g_C$ (I.10) se ele derrota o

líder e 0 caso o contrário, seu problema de programação é:

$$\max_{W_C \subset S, r_C \in [0,1], x_L \in \mathfrak{R}^+, g_L \in \mathfrak{R}^+} \Psi + r_C \sum_{i \in N} (1 - l_i) - px_C - |W_C|g_C \text{ sujeito a (I.34)}$$

$$(I.35) \left\{ \left\{ i \in W_C \mid \Xi(W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = C \right\} \right\} = W \text{ e;}$$

$$(I.36) \left\{ \left\{ i \in W_C \mid \Xi(W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = L \right\} \right\} < W$$

Note que a primeira restrição implica que $(|W_C| = W)$ (I.37).

Desde que $(|W_L| = W)$ (I.38) para satisfazê-la o desafiante necessita atrair o apoio de no mínimo um membro de W_L .

Primeiro, mostra-se que a restrição $U_i(L \setminus \cdot) = U_i(C \setminus \cdot)$, ou (I.26) = (I.27), não vincula apenas para i pertencente a W_C , nem vincula para algum j pertencente a W_L . Suponha que o desafiante forme a coalizão W'_C com as políticas (r_C, x_C, g_C) tais que a restrição $U_i(L \setminus \cdot) = U_i(C \setminus \cdot)$ vincula o conjunto de indivíduos A . Se A é tal que $i \in A$ implica que $i \notin W_C$, então existe outra coalizão W''_C que difere de W'_C em que os $|A|$ membros da coalizão original são substituídos por A . Se C implementa a mesma política (r_C, x_C, g_C) , então todo $i \in A$ que era anteriormente indiferente entre L e C agora preferirá C . Mas desde que a restrição $U_i(L \setminus \cdot) = U_i(C \setminus \cdot)$ é relaxada, C pode reduzir gastos. Portanto, ou $g_C = 0$ ou a restrição

$U_i(L \setminus \cdot) = U_i(C \setminus \cdot)$ vincula para algum $i \in W_C$. Repetindo essa prova por contradição com $j \in A$ implicando $j \notin W_L$ prova que $U_i(L \setminus \cdot) = U_i(C \setminus \cdot)$ vincula algum $j \in W_L$.

Segundo, para qualquer perfil de estratégias (r_L, x_L, g_L) , $U_i(L \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i)$ (I.27) é maior para $i \in |W_L \cap \{1, \dots, W\}|$, e menor para $i \notin W_L \cup \{1, \dots, W\}$. A ordem para as possibilidades restantes $i \in W_L \setminus \{1, \dots, W\}$ e $i \in \{1, \dots, W\} \setminus W_L$ depende dos parâmetros precisos. Suponha $W_L = \{1, \dots, W\}$ (caso 1). Para satisfazer a segunda restrição (*i.e.*, deixar L com menos do que W apoiadores), C inclui $k \in |W_L \cap \{1, \dots, W\}|$ em sua coalizão. O argumento segue do mostrado acima: Se k fosse excluído de W_C então C poderia substituir algum membro de sua coalizão por k e assim reduzir gastos.

Dado que $k \in |W_L \cap \{1, \dots, W\}|$, então $U_i(L \setminus \cdot) = U_k(L \setminus \cdot)$ (I.39) para $i \in W_L$ para todo W_L que inclui k . Desde que $U_i(C \setminus \cdot)$ seja o mesmo para todo $i \in W_C$, se $\Xi_k(W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = C$ (I.40), então $\Xi_i(W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = C$ (I.41) para $i \in W_C$, para todo W_C que inclui k .

Suponha $|W_L \cap \{1, \dots, W\}| < W$ (caso 2), então $i \in W_C$ implica que $i \notin W_L \cap \{1, \dots, W\}$. Suponha que não: C forma uma coalizão W'_C com provisões de política (r_C, x_C, g_C) tais que $(i \in S : i \in W_L \cap \{1, \dots, W\} \cap W_C) \neq 0$. No próximo passo considere uma coalizão alternativa, W''_C , construída da seguinte maneira: W''_C contém $W_L \setminus \{1, \dots, W\}$ mais $W - |W_L \setminus \{1, \dots, W\}|$ indivíduos de $S \setminus \{1, \dots, W\}$. Desde que $W \leq ((S+1)/2)$ tal que uma coalizão pode sempre ser formada. Desde que $\max_{i \in W_C'} U_i(L \setminus \cdot) > \max_{i \in W_C''} U_i(L \setminus \cdot)$, formar a coalizão W''_C habilita C a diminuir seus gastos e ainda derrotar o líder. Portanto, $(W_L \cap \{1, \dots, W\} \cap W_C) = \emptyset$ (I.42).

Terceiro, os resultados acima mostram que C forma uma coalizão de tamanho W , que inclui os indivíduos $k \in W_L$ com o valor mais baixo para $U_i(L \setminus \cdot)$ para os indivíduos dentro de W_L . Se k prefere C a L , então fazem o mesmo todos os membros de W_C , e assim, C recebe o suporte de W membros de W_C e L é deixado sem W apoiadores de W_L . Portanto, o problema de programação de C se reduz a atrair um indivíduo k . Isto implica o problema de programação em B.

O problema do desafiante será $\max_{r_c, x_c, g_c} R - M_C = r_c E - p x_c - W g_c$ sujeito a (I.43)

$$U_k(C \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) - U_k(L \setminus W_L, W_C, B_L, r_L, x_L, g_L, r_C, x_C, g_C, l_i) = 0 \quad (\text{I.44})$$

$$e \ r_c \sum (1 - l(r_c)) - p x_c - W g_c = 0 \quad (\text{I.45})$$

Formando o Lagrangiano:

$$L = r_c \sum (1 - l(r_c)) - p x_c - W g_c + \lambda (V(x_c, g_c, (1 - r_c)(1 - l_k), l_k) + \delta Z_{C,i} - U(L \setminus \cdot)) \quad (\text{I.46})$$

As condições de primeira ordem são:

$$L_{x_c} = -p + \lambda V_x(x_c) = 0 \quad (\text{I.47})$$

$$L_{g_c} = -W + \lambda V_g(g_c) = 0 \quad (\text{I.48})$$

$$L_\lambda = V(x_c, g_c, (1 - r_c)(1 - l_i), l_i) + \delta Z_{C,i} - V(x_L, g_L, (1 - r_L)(1 - l_i), l_i) - \delta Z_{L,i} = 0 \quad (\text{I.49})$$

$$L_{r_c} = N(1 - l) - r_c N \frac{dl}{dr_c} + \lambda \left(\left(-(1 - l) - \frac{dl}{dr_c} (1 - r_c) \right) V_y((1 - r_c)(1 - l)) \right) + \lambda \frac{dl}{dr_c} V_l(l) \quad (\text{I.50})$$

$$\text{Se } r_c N(1 - l) - p x_c - |W_C| g_c \geq 0 \text{ e } L_{r_c} < 0 \quad (\text{I.51})$$

$$\text{Se } r_c N(1 - l) - p x_c - |W_C| g_c + l \geq 0 > r_c N(1 - l) - p x_c - |W_C| g_c \quad (\text{I.52})$$

Rearranjando as equações, chegamos a I4 e I6 (Equações I.20 a I.22). Essas equações caracterizam cargas tributárias e políticas ótimas para o desafiante que o permitem derrubar o líder.

Escolhas da coalizão, impostos e políticas do líder

O problema de programação do líder é:

$$\max r_L \sum (1-l(r_L)) - px_L - |W_L|g_L \quad (\text{I.53})$$

$$\text{sujeito a } V(x_C, g_C, (1-r_C)(1-l_i), l_i) + \delta Z_{C,k} - V(x_L, g_L, (1-r_L)(1-l_i), l_i) - \delta Z_{L,k} = 0 \quad (\text{I.54})$$

$$\text{e } r_C E - px_C - Wg_C = 0 \quad (\text{I.55})$$

Essa restrição pode ser reescrita como

$$V(x_L, g_L, (1-r_L)(1-l_i), l_i) + \delta Z_{L,k} - v - \delta Z_{C,i} = V(x_L, g_L, (1-r_L)(1-l_i), l_i) + Y = 0 \quad (\text{I.56})$$

$$\text{Onde } v = V(x_C, g_C, (1-r_C)(1-l_i), l_i) \quad (\text{I.57}) \text{ quando } r_C N(1-l(r_C)) - px_C - Wg_C = 0 \quad (\text{I.58})$$

O Lagrangiano apropriado será:

$$K = r_L N(1-l(r_L)) - px_L - Wg_L + \tau V((x_L, g_L, (1-r_L)(1-l_i), l_i) + Y) \quad (\text{I.59})$$

Desenvolvendo o Lagrangiano, chega-se às condições ótimas I3, I5 e I1 (Equações I.17, I.19 e I.21).

Escolha da Coalizão do Líder

O *incumbent* escolhe $W_L = \{1, \dots, W\}$. Desde que $Z_{L,i}$ é maior para membros de $\{1, \dots, W\}$ do que para os demais membros do *selectorate*, será fácil para o *incumbent* manter o suporte destes do que dos demais. Assim, as estratégias (r_L, x_L, g_L) e (r_C, x_C, g_C) e l_i serão melhores respostas dadas as estratégias de cada jogador. Portanto, existe um Equilíbrio Markoviano Perfeito no qual

o líder sobrevive em todos os períodos e no qual as políticas de equilíbrio satisfazem as equações $I1$ a $I7$ (Equações I.17 a I.23). CQD.

Capítulo 2 – Análise Empírica

No segundo capítulo deste trabalho serão abordados os aspectos empíricos referentes à *Selectorate Theory*. Inicialmente será dada atenção ao trabalho dos autores de De Mesquita *et al.* (2003) em construir uma base de dados, testar a teoria à luz das ferramentas econométricas e introduzir a lógica formalizada a estudos de casos político-econômicos através da história.

Ao construir a base de dados que compôs os testes econométricos, os autores se utilizaram da criatividade para chegar aos valores das variáveis institucionais *selectorate* e *winning coalition*. Inicialmente, na seção 1, será mostrada a metodologia aplicada para montar essa base. Na segunda parte serão mostrados o arcabouço teórico e principais resultados empíricos atingidos com a utilização de regressões em dados em painel, tomando com especial atenção o crescimento econômico.

A terceira seção do capítulo traz brevemente os principais estudos de casos providos em De Mesquita *et al.* (2003), são abordados estudos sobre a *Selectorate Theory* em Esparta, a organização dos soldados Mamelucos no Egito e, ao final, uma comparação entre a evolução da Tailândia e *Cameroon* sob a ótica da teoria.

2.1 – Construção das variáveis

No trabalho citado, uma base de dados para países-ano, contando com 192 países dentre os anos de 1816 a 2000 é levantada. Obviamente, para um trabalho vultoso dessa forma a ausência de observações para determinados anos representa o principal problema. Para a maioria das variáveis utilizadas, no entanto, os dados cobrem o período de 1950-1999. No intuito de garantir

publicidade e transparência de seus resultados, os autores disponibilizaram sua base de dados e os arquivos “.do” no endereço <http://www.nyu.edu/gsas/dept/politics/data/> permitindo que a análise empírica seja replicada com a utilização do pacote econométrico *Stata*.

Quanto às medidas das variáveis institucionais, os próprios autores admitem que estas são rudimentares (cruas) e primitivas. No entanto, eles se defendem argumentando que é melhor testar uma teoria com dados crus do que, simplesmente, não testá-la. Cabe ressaltar, também, que a intenção dos testes aplicados é avaliar a tendência geral das medidas, ou seja, o sinal dos parâmetros estimados, e não tecer considerações sobre a influência precisa das variáveis institucionais sobre os demais fatores políticos e econômicos. Sendo assim, a variância explicada do modelo não é o foco, estima-se que apenas 1% da variância será explicada por algumas variáveis dependentes enquanto esse valor pode chegar a 70 ou 80% para outras.

Para chegar a uma medida de *W* e *S* são utilizadas duas bases de dados: a POLITY IV *collection of data* mais *Arthur Bank's cross-national time series data*. O tamanho do *selectorate* nada mais é que uma aproximação da variável *Legislative Selection* (LEGSELEC) proveniente da base POLITY IV.

Essa variável, LEGSELEC, mede a amplitude da seletividade dos membros do legislativo de cada país. É uma variável tricotômica, com valor 0 quando não há representantes do poder legislativo; 1 se os representantes do legislativo são escolhidos por hereditariedade, atribuição ou, simplesmente, por opção do poder executivo; o valor 2 indica que os componentes do poder legislativo são direta ou indiretamente escolhidos pelo povo. Como um indicador da inclusão da população no *selectorate*, acredita-se que quanto maior LEGSELEC, maior será *S*. Dividindo LEGSELEC por seu valor máximo, 2, temos um número entre 0 e 1. O uso dessa aproximação é justificado pelo fato de que os dados usualmente disponíveis se referem às pessoas com capacidade de influenciar na escolha de um líder, tipicamente, em sociedades democráticas com

eleições competitivas e livres. No entanto, a *selectorate theory* necessita de um parâmetro de comparações políticas para todos os tipos de regimes, não só os democráticos.

Há, também, um detalhe referente à normalização da variável *S*. O tamanho da diferença entre um *selectorate* com valor 0 e um outro com valor 0,5 deve ser menor que a diferença entre o grupo que recebeu 0,5 e grupo que obteve 1 como indicador de *selectorate*. Assim, os autores afirmam que essa variável deve ser pensada como a escala logarítmica da magnitude do *selectorate* de um país.

O tamanho de *W* se faz por um índice composto por 4 variáveis: REGTYPE (proveniente da base *Arthur Bank's*); XRCOMP; XROPEN; e PARCOMP (todas vindas da base POLITY IV). A primeira variável, REGTYPE, representa o tipo de regime de cada país em determinado ano. Quando não há falta de observações e o código não é 2 ou 3, de tal forma que o regime não é militar ou militar/civil, acrescenta-se 1 ponto ao índice de *W*. Obviamente, é trivial a noção de que regimes militares não representam um exemplo de grande *winning coalition*.

Já XRCOMP representa a competitividade na escolha do poder executivo. Se essa variável é maior ou igual a 2, outro ponto é dado a *W*. XRCOMP igual a 1 significa que o líder é escolhido por hereditariedade ou é trazido ao poder por eleições sem oponentes ou fraudulentas, sugerindo dependência de um pequeno grupo de poderosos.

XROPEN se refere à liberdade de acesso de líderes em potencial. Para outras possibilidades de acesso mais abertas que a hereditariedade (XROPEN maior que 2) acrescenta-se mais um ponto a *W*. A noção por trás dessa variável é que líderes do executivo num ambiente político acessível são, provavelmente, mais dependentes de grandes coalizões do que aqueles escolhidos através da hereditariedade ou ambientes militares.

Finalmente, PARCOMP significa competitividade da participação, se codificada como 5 outro ponto é adicionado ao índice de *W*, significando que “existem grupos políticos

relativamente estáveis e duradouros que competem em nível nacional”, definição constante em De Mesquita *et al.* (2003). A lógica viria do fato de que instituições políticas estáveis e duradouras não persistiriam se não acreditassem que teriam uma oportunidade de influenciar as decisões dos líderes, ou seja, a possibilidade de participar da *winning coalition*.

Novamente, a questão da normalização gera o problema das mudanças dos valores dos índices de 0 a 0,25, 0,25 a 0,50 e assim por diante não serem lineares. Portanto, as variações são melhores interpretadas como escalas logarítmicas.

O indicador de W , então, é dividido por 4, seu valor máximo, gerando um número entre 0 e 1. As variáveis W , S e W/S (regra de lealdade) representam os fatores institucionais relevantes para os testes posteriores da *selectorate theory* em relação a trabalho, lazer, impostos, crescimento econômico, corrupção, etc.

Especificamente em relação à regra de lealdade, para evitar divisões por zero e assegurar que o tamanho de S jamais seja menor que o de W , modificou-se a mera divisão de W/S por um novo indicador, dividindo W por $\frac{\{\log[(S+1)*10]\}}{3}$. Por conveniência refere-se a essa variável como W/S .

Além dessas variáveis institucionais, outras variáveis importantes foram construídas. Inicialmente, para controlar os efeitos marginais decrescentes de cada indivíduo acrescentado à população utilizou-se o logaritmo da população do país, assim, temos a variável *Log (Pop)*.

Para evitar efeitos espúrios de tempo e espaço na análise dos dados em painel, foram incluídas variáveis *dummies* como interação de região geográfica e ano. Esse cuidado foi tomado pois poderia haver dependência espaço-temporal resultante de fatores que influenciam na variação das taxas de crescimento econômico ou outros fatores particulares de certas partes do

mundo em determinadas datas. Reconhece-se, assim, que fatores exógenos, como ciclo de negócios, podem impactar o desempenho de governos. Seis regiões geográficas são especificadas: Europa, Américas do Sul e Central, América do Norte e Caribe, Ásia, Oriente Médio e África.

Os autores afirmam que grandes coalizões são parte, mas não são equivalentes à democracia. Assim como coalizões pequenas e grandes *selectorates* não representam sinônimos de autocracias. Para separar os efeitos de *W* e *S*, nas políticas governamentais, dos aspectos referentes à democracia, autocracia, etc. utilizaram-se duas séries provenientes do banco POLITY IV, que contêm uma escala de democracia e outra de autocracia, ambas variando de 0 a 10. Subtraindo a escala de autocracia da referente a democracia chega-se a uma variável que vai de -10 a +10. Somando 10 a esse resultado e dividindo por 20, tem-se a variável *Democracy*, que varia de 0 a 1. Quanto menor o índice mais autocrático é o regime.

Para chegar ao impacto independente da democracia nas demais variáveis dependentes os autores utilizaram um recurso contestável, criaram uma variável chamada *WS: DemRes* ao regressar *W* e *S* sobre *Democracy* e salvando seus resíduos. A intenção dessa variável é demonstrar as características do regime político de um país (democracia/autocracia) não endógeno às variáveis institucionais *W* e *S*.

Especificamente, este artifício gerou críticas quanto à sua aplicabilidade e validade dos resultados. Clarke e Stone (2006) atacam a metodologia de De Mesquita *et al.*(2003) afirmando que os resultados encontrados não podem ser confiáveis, levando a um viés de variáveis omitidas. Ao controlar para *WS: DemRes* ao invés de *Democracy* os autores teriam exagerado a importância de *W* ou $\frac{W}{S}$ aumentando seus coeficientes e diminuindo seus erros-padrões, induzindo a um viés de variável omitida (tratando *Democracy* como a variável omitida) de tal

forma que o tamanho da amostra, apesar de grande, não reduz o viés, o que torna o estimador inconsistente. Para Clarke e Stone (2006) o modo correto de testar a teoria seria controlando para *Democracy* e não para *WS: DemRes*. Ao replicar os testes tendo *Democracy* como variável de controle, eles afirmam que os resultados obtidos por De Mesquita *et al.* (2003) não se reproduzem.

Voltando à construção das variáveis do modelo, os autores também tiveram a intenção de examinar se a teoria prevê resultados em ambientes apenas de grandes *winning coalition*, basicamente regimes democráticos. Do capítulo 1 pode-se trazer a noção de que sistemas parlamentaristas requerem uma coalizão menor do que os presidencialistas. A partir de uma variável chamada INST, tirada de Alvares *et al.* (1997), que tem valor 0 para ditaduras, 1 para democracias parlamentares, 2 para sistemas democráticos mistos, e 3 para sistemas presidencialistas, reconstruiu-se uma variável de nome *Parl_Pres* que tem valor INST/3 quando *Democracy* tem seu valor máximo, 1, e, caso contrário, tem valor 0. *Parl_Pres* é, então,

normalizada da mesma forma que $\frac{W}{S}$, gerando a variável $ParloverS = \frac{Parl_Pres}{\frac{\{\log[(S+1)*10]\}}{3}}$.

Fazendo uso do mesmo artifício utilizado para isolar a variável *WS:DemRes* dos efeitos de *W* e *S*, a variável *WS:IncomeRes* foi construída caracterizando os resíduos da regressão de *W* e *S* sobre *Income*, a renda real per cápita. Segundo os autores, *WS:IncomeRes* permite separar os efeitos das instituições políticas dos efeitos econômicos que não podem ser atribuídos a essas instituições.

2.2 – Testes empíricos e principais resultados

Nesta seção serão abordadas as questões metodológicas e os principais resultados dos testes propostos. Em De Mesquita *et al.* (2003) pretendeu-se testar a relevância das variáveis institucionais abordadas no modelo em influenciar os demais fatores econômicos e políticos de uma sociedade. Portanto, os autores deixam claro que conseguir significância das variáveis e regressões ao mesmo tempo em que os sinais dos parâmetros estimados vão ao encontro do que prediz a teoria já é o suficiente.

Para tal, foram utilizadas regressões em dados de painel, *fixed effects*, utilizando, basicamente, quatro modelos principais. Em cada um dos assuntos testados (relação trabalho-lazer, taxação, crescimento econômico, gastos públicos e corrupção) as variáveis dependentes, assim como as demais covariáveis foram substituídas. Os quatro modelos principais utilizam as seguintes variáveis independentes:

Modelo 1: W e S

Modelo 2: W , S , $\text{Log}(\text{Pop})$, $WS: \text{DemRes}$, $WS: \text{IncomeRes}$

Modelo 3: W/S

Modelo 4: W/S , $\text{Log}(\text{Pop})$, $WS: \text{DemRes}$, $WS: \text{IncomeRes}$

2.2.1 – Crescimento Econômico

Não são poucos os trabalhos que abordam a influência de arranjos institucionais na variação da taxa de crescimento econômico (Acemoglu, Johnson e Robinson (2000); North e Weingast (1989); Barro (1997) dentre outros). Para os testes propostos afirma-se que liberdades civis,

direitos políticos assegurados e transparência dos governos são todos consequências de sistemas políticos de grandes *winning coalitions*. Dessa afirmação tem decorrência o fato de que quando se controlam as regressões para os efeitos de liberdades civis, direitos políticos, ou transparência, procuram-se encontrar os efeitos residuais independentes das variáveis institucionais W e S .

Relembrando o que sugere o arcabouço teórico, temos que situações de grandes coalizões são relacionadas com políticas favoráveis ao crescimento econômico. Para ilustrar o fato, é apresentada a tabela 2.1 abaixo que relaciona a média e o desvio-padrão da renda per cápita (em dólares constantes, 1995) com os cinco níveis possíveis de *winning coalition* levantados pelos dados, em N se refere ao número de observações levantadas para cada nível de W .

A parte de baixo da tabela analisa apenas ambientes democráticos, divididos em sistemas parlamentaristas, presidencialistas e mistos, correspondentes a anos de transição, ou seja, experimentaram os dois sistemas no mesmo ano de observação. De Mesquita *et al.* (2003) consideram que pelo meio de alcançar o poder e pelas relações institucionais para garantia da governabilidade os sistemas de governo presidencialistas são identificados com maiores *winning coalitions* do que sistemas parlamentaristas. Portanto, a parte de baixo da Tabela 2.1 pretende mostrar que, dentre os regimes democráticos, os países presidencialistas, ligados a maiores valores de W , tem, em média, maiores rendas per capita.

Os dados da tabela indicam que o tamanho da coalizão ajuda a definir o nível de renda de uma economia. Espera-se, então, que sistemas onde haja grandes W já alcançaram níveis elevados do seu produto, ou seja, já tiveram experiência de grande crescimento.

Tabela 2.1 - Relação entre W e renda per capita

W	Média	Desvio-Padrão
0 ($N = 434$)	2.306	6.537
0,25 ($N = 734$)	2.891	5.375
0,50 ($N = 1.374$)	1.345	1.555
0,75 ($N = 1.617$)	3.147	4.303
1 ($N = 1.086$)	16.180	10.556
Partamentaristas ($N = 505$)	15.557	7.798
Mistos ($N = 71$)	16.868	6.016
Presidencialistas ($N = 95$)	19.161	14.433

Fonte: De Mesquita *et al.* (2003)

No entanto, De Mesquita *et al.* (2003) não conduzem testes de diferença estatística entre as médias, o que se faz necessário principalmente para os valores referentes aos regimes democráticos. No intuito de averiguar tal fato, foram conduzidos testes de hipóteses para a diferença entre as médias, de acordo com a estatística t de *student* e com a seguinte formatação:

$$t_{N_i+N_j-2} = \frac{(\mu_i - \mu_j) - 0}{\sqrt{\frac{\sigma_i^2}{N_i} + \frac{\sigma_j^2}{N_j}}}$$

Onde:

μ_i = média aritmética do regime i ;

σ_i = desvio-padrão do regime i ;

N_i = número de observações do regime i ;

E μ_j , σ_j e N_j se referem às mesmas variáveis para o regime j . A Tabela 2.2 abaixo mostra os valores dos testes seguidos dos referentes resultados para o teste de igualdade entre as médias:

Tabela 2.2 – Resultados dos Testes de Diferença Estatística

H_0	t calculado	$\alpha = 0,1$	$\alpha = 0,05$	Resultado

$\mu_{parl.} = \mu_{pres.}$	2,369	1,653	1,972	Rejeita-se H_0
$\mu_{misto.} = \mu_{pres.}$	1,394	1,653	1,972	Não se rejeita H_0
$\mu_{misto.} = \mu_{parl.}$	1,626	1,653	1,972	Não se rejeita H_0

Pelos resultados expressos na Tabela 2.2 percebe-se que apenas a igualdade entre as médias de renda per cápita referentes aos regimes parlamentaristas e presidencialistas obtiveram valores de estatística t suficientes para rejeição da hipótese nula.

Os primeiros testes com as regressões em *fixed effects* examinaram o nível de renda, medido pelo logaritmo da renda per cápita como variável dependente contra as variáveis institucionais dos quatro modelos apresentados anteriormente e controlando para o logaritmo da renda per cápita defasada. Esperava-se, pelo que prediz a teoria, que aumentos no tamanho da *winning coalition*, diminuições do tamanho do *selectorate*, ou enfraquecimento da regra de lealdade pudessem estar relacionados ao crescimento econômico.

Outro tipo de análise testada utilizou-se de uma medida alternativa de crescimento, a variação percentual do PIB. A intenção do teste foi captar o efeito das mudanças institucionais no crescimento, partindo do pressuposto de que variações do PIB são relacionadas a variações no arcabouço institucional de um país.

Além dos quatro modelos básicos já descritos, também foram utilizados outros dois modelos para calcular o efeito de W no crescimento econômico. A variável dependente, neste caso, foi o logaritmo do PIB per cápita (*LogIncome*). No modelo 5, utilizou-se como variáveis independentes o logaritmo do PIB per cápita defasado (*Lagged LogIncome*), W e S . No modelo 6, W over S , calculada da mesma forma que *ParloverS*, substitui W e S . Nos dois modelos controlou-se para as variáveis *Log(Pop)*, o impacto residual das liberdades civis (*CL:Res*), direitos políticos

(*PR:Res*), investimento (*Invest:Res*) e poupança (*Saving:Res*). Todas as variáveis “residuais” têm como intenção capturar os efeitos exógenos a *W* e *S* e foram calculadas da mesma forma que a variável *WS:DemRes*, explicada anteriormente.

Os resultados são descritos na tabela 2.3 abaixo:

Tabela 2.3: Crescimento e Tamanho da Coalizão - *LogIncome* é a variável dependente

Variável	Coefficiente; (erro-padrão)	Coefficiente; (erro-padrão)
	Estatística <i>t</i> ; (valor <i>p</i>)	Estatística <i>t</i> ; (valor <i>p</i>)
<i>Lagged LogIncome</i>	0,998; (0,001) 811,48; (0,000)	0,998; (0,001) 829,56; (0,000)
<i>W</i>	0,029; (0,006) 4,73; (0,000)	
<i>S</i>	-0,006; (0,004) -1,38; (0,167)	
<i>W/S</i>		0,024; (0,005) 4,67; (0,000)
<i>Log(Pop)</i>	0,002; (0,007) 2,33; (0,020)	0,002; (0,001) 2,34; (0,019)
<i>CL:Res</i>	0,001; (0,001) 0,62; (0,538)	0,001; (0,001) 0,69; (0,491)
<i>PR:Res</i>	0,004; (0,002) 2,66; (0,008)	0,004; (0,002) 2,50; (0,012)
<i>Invest:Res</i>	0,002; (0,0001) 12,53; (0,000)	0,002; (0,0001) 12,46; (0,000)
<i>Savings:Res</i>	0,0001; (0,0001) 1,63; (0,103)	0,0001; (0,00008) 1,47; (0,141)
<i>WS:DemRes</i>	-0,005; (0,008) -0,70; (0,487)	-0,003; (0,007) -0,34; (0,737)
<i>Constante</i>	-0,010; (0,014) -0,70; (0,485)	-0,015; (0,014) -1,12; (0,262)
Principais Estatísticas	<i>N</i> = 2.931; <i>F.E.</i> = 179 <i>F</i> = 148.469; <i>p</i> = 0,000	<i>N</i> = 2.931; <i>F.E.</i> = 179 <i>F</i> = 166,923, <i>p</i> = 0,000

Fonte: De Mesquita (2003)

As estatísticas suportam as previsões teóricas de que maiores coalizões induzem um maior crescimento econômico. As variáveis W e W/S se mostraram significantes independentemente, variando entre 2,9 a 2,4%. No caso limite, poder-se-ia dizer que uma nação relacionada a um tamanho grande de sua coalizão cresce em torno de 2,5% mais do que uma nação com pequena *winning coalition*. As diferenças institucionais, então, seriam, em grande parte, responsáveis por disparidades como Coréia do Sul e do Norte, Alemanha Ocidental e Oriental ou Sul da Califórnia e Norte do México.

Outra maneira de relacionar o crescimento econômico com os aspectos institucionais abordados neste trabalho seria considerar a taxa de crescimento medida por mudanças na renda real per cápita. Pode-se dizer que sociedades relacionadas a grandes coalizões se tornam ricas porque seus líderes promovem o esforço do trabalho ao invés de atividades de lazer. No entanto, a *selectorate theory* implica que o crescimento econômico possui sensibilidade não só ao arcabouço institucional estabelecido mas também às mudanças institucionais que ocorrem em determinado país. A lógica parece simples, variações nas instituições políticas representam variações em como o país vem sendo governado. Assim, se as instituições mudam, aumenta-se, sensivelmente, o grau de incerteza presente na economia, portanto, se a incerteza é maior, o que interfere negativamente nas decisões de consumo e investimento, pode-se dizer que o crescimento do PIB será prejudicado. Três novas variáveis foram criadas para medir os efeitos das mudanças.

Para medir as considerações sobre mudanças descritas acima foi construída a variável *PoliticalChange*, representada pelo quadrado da diferença entre o tamanho de W e o tamanho de

W dois anos depois. O uso da segunda potência sobre a diferença tem a função de captar a incerteza qualquer que seja a direção da mudança.

O mesmo foi feito para a regra de lealdade W/S . Espera-se que, apesar de gerar incerteza, um aumento nessa relação faça com que a lealdade dos membros da coalizão seja menor o que, por sua vez, tenha mais efeitos positivos do que negativos sobre o crescimento econômico. Para testar se essa hipótese condiz com a realidade foi introduzida outra variável, $\Delta W/S_{t0-t2}$, que representa a mudança nesse quociente comparada com dois anos antes. Se a mudança é positiva, diminuição na regra de lealdade, espera-se que o crescimento cresça, caso contrário, espera-se que haja queda no PIB.

Por fim, o terceiro grupo de variáveis mede o impacto de W e S sobre o crescimento de longo-prazo. Espera-se responder o seguinte, no longo prazo nações com maiores coalizões crescem mais rápido? Para medir o crescimento foi utilizado o PIB em dólares constantes de 1995 proveniente da base disponibilizada pelo Banco Mundial.

Três testes foram feitos, o primeiro estima o impacto da mudança institucional e da configuração institucional de longo prazo sobre o crescimento. O segundo teste repete o primeiro mas controla-se para o tamanho da população. O terceiro controla para os impactos “residuais” de liberdades civis, direitos políticos, investimento e poupança. Em cada caso, esperava-se que a incerteza institucional atuasse contra o crescimento e maiores valores de $\Delta W/S_{t0-t2}$ e W tivessem coeficientes positivos.

Tabela 2.4: Crescimento, mudança institucional e nova configuração de instituições

Variável	Coefficiente; (erro-padrão)	Coefficiente; (erro-padrão)	Coefficiente; (erro-padrão)
	Estatística <i>t</i> ; (valor <i>p</i>)	Estatística <i>t</i> ; (valor <i>p</i>)	Estatística <i>t</i> ; (valor <i>p</i>)
<i>W</i>	1,354; (0,498) 2,72; (0,007)	1,156; (0,505) 2,29; (0,022)	1,720; (0,624) 2,76; (0,006)
<i>S</i>	-0,240; (0,346) -0,69; (0,489)	-0,222; (0,346) -0,64; (0,521)	-0,471; (0,430) -1,10; (0,274)
<i>PoliticalChange</i>	-1,182; (0,358) -3,30; (0,001)	-1,175; (0,358) -3,28; (0,001)	-1,251; (0,454) -2,76; (0,006)
$\Delta W / S_{t0-t2}$	1,001; (0,623) 1,61; (0,108)	1,132; (0,625) 1,81; (0,070)	1,813; (0,762) 2,38; (0,017)
<i>Log(Pop)</i>		-0,164; (0,071) -2,32; (0,021)	0,059; (0,099) 0,60; (0,552)
<i>CL:Res</i>			0,207; (0,174) 1,19; (0,234)
<i>PR:Res</i>			0,114; (0,162) 0,70; (0,482)
<i>Invest:Res</i>			0,130; (0,016) 8,00; (0,000)
<i>Savings:Res</i>			0,012; (0,009) 1,39; (0,163)
<i>Constante</i>	3.361; (0,283) 11,87; (0,000)	5.990; (1,169) 5,13; (0,000)	2,013; (1,656) 1,22; (0,224)
Principais Estatísticas	<i>N</i> = 3.619; <i>F.E.</i> = 262 <i>F</i> = 7,96; <i>p</i> = 0,000	<i>N</i> = 3.614; <i>F.E.</i> = 262 <i>F</i> = 7,44; <i>p</i> = 0,000	<i>N</i> = 2.313; <i>F.E.</i> = 181 <i>F</i> = 11,73; <i>p</i> = 0,000

Fonte: De Mesquita (2003)

Os dados da Tabela 2.4 suportam o predição da *Selectorate Theory*. Os coeficientes mostram que maiores *W* e menores *S* suportam o crescimento de longo prazo, por outro lado, mudanças políticas atuam negativamente em relação ao desenvolvimento, no entanto, se as mudanças ocorrem no sentido de aumentar o valor de W/S seus efeitos negativos são compensados. Os efeitos prevalecem mesmo na situação em que as variáveis de controle são adicionadas ao teste.

2.3 – Estudos de Casos

Na presente seção serão abordados os principais estudos de casos desenvolvidos por De Mesquita *et al.* (2003) que mostram como os autores criadores da teoria a aplicam em casos reais relatados pelos arquivos históricos.

2.3.1 – Esparta em 404 A.C.

Segundo De Mesquita *et al.* (2003), em 404 A.C. Esparta derrotou Atenas na guerra do Peloponeso e viveu seu período mais glorioso. Esse período durou exatamente 33 anos, até o momento em que Tebas bateu os espartanos matando grande parte dos membros da oligarquia que compunham o cerne político daquela cidade-estado.

Os cidadãos espartanos, os Esparciatas, formados por filhos de pai e mãe espartanos, formavam a coluna vertebral do exército, tinham o direito de prover a segurança da sociedade através do serviço militar. Os Esparciatas constituíam o *selectorate*, seu número nunca excedeu 9.000 pessoas em uma população de mais de 225.000, isto é, no começo do período analisado Esparta possuía *S* de tamanho pequeno com uma *winning coalition* proporcionalmente grande. Esse era o modelo que provia uma boa divisão entre bens privados e bens públicos, com bens privados realmente vantajosos aos Esparciatas.

Após a guerra do Peloponeso, o número de Esparciatas caiu continuamente à medida que o empobrecimento de alguns os impossibilitavam de contribuir com a *syssitia*, que era a organização social relacionada à distribuição de benefícios. Assim, percebeu-se uma diminuição

no tamanho de W mais rápida que a diminuição no tamanho de S ao passo que alguns cidadãos se tornavam mais ricos e poderosos que outros. A mudança trouxe o que a teoria prediz sobre uma sociedade de coalizão pequena, políticos que fazem favores e pagam em benefícios privados àqueles que o suportam. Para ilustrar o fato, De Mesquita *et al.* (2003) cita que a população masculina de Esparta em 418 A.C. era de 3.600, em 371 A.C., após perdas militares, esse número caiu para menos de 1.000, estima-se que no século 3 A.C. havia menos de 700 homens na cidade.

Para que um homem espartano fosse membro dos Esparciatas ele devia ser, inicialmente, membro de uma *syssition*, unidade de 15 homens que formavam a base do exército. Os membros de cada um desses grupos deviam contribuir para um benefício comum. Todos os cidadãos se favoreciam dos benefícios oferecidos pela *syssitia*, que incluíam educação, distribuição de comida e instalação de obras de uso público. Esses benefícios seriam os bens públicos referidos no modelo. Cabe ressaltar que a *syssitia* consistia em um instrumento eliminador de desigualdades sociais, implementado por volta de 800 A.C., e tinha como premissa o tratamento isonômico entre ricos e pobres. No entanto, sua função crucial estava ligada à segurança da cidade-estado, outro bem público.

A configuração política de Esparta dividia o poder em três grupos, um par de reis hereditários, responsáveis pelo exército; um corpo de 28 homens com idade maior de 60, a gerúsia; e, por final, 5 administradores conhecidos como éforos. A gerúsia e os éforos eram eleitos em assembléia, os primeiros vitalícios e os últimos por mandato de um ano. O método de escolha era por meio de juízes que ficavam sem contato visual com os candidatos e eleitores e ouviam os aplausos e gritos e escolhiam entre os que fossem mais aclamados. Assim, faziam parte da *winning coalition* os candidatos escolhidos, significando que W não requeria mais que a maioria e poderia ser significativamente restrita.

Como levantado anteriormente, na época da guerra do Peloponeso, a população total continha cerca de 3.600 homens, ou seja, a *winning coalition* não necessitava de mais de 1.800 integrantes. Após a derrota em Leutra, *W* caiu para 500 ou menos, um século depois chegou a bater em 350 indivíduos. Pela lógica da argumentação teórica da *selectorate theory* os resultados dessa queda vertiginosa devem ser a ênfase na provisão de bens privados cedidos aos membros da coalizão. Foi o que ocorreu. A vitória na Guerra do Peloponeso e a conseqüente dominação espartana levaram a um período de conquistas militares que trouxeram novas riquezas. Os ganhos se concentraram nas mãos dos políticos e militares detentores de liderança na nova estrutura imperial de Esparta. A tendência à isonomia, até então prevalecente, foi quebrada.

A introdução de novas riquezas na sociedade espartana teve dois efeitos imediatos: primeiro, o aumento da contribuição para se fazer parte da *syssitia* fez com que seus membros mais pobres deixassem de contribuir, o que resultou em queda tanto do *selectorate* quanto da *winning coalition*. Segundo, homens ambiciosos, tão novos para serem eleitos para a gerúsia buscaram comandos militares independentes no intuito de adquirir poder e riqueza para si e seus seguidores.

A demanda por riqueza e ganhos corruptos através de comandos militares mudaram a lógica da política espartana de uma sociedade provedora de bens públicos mesmo ao de baixa classe para um sistema que beneficiava poucos homens ricos e poderosos.

A introdução de riqueza, acompanhada de vitória militar, concentrada nas mãos de um pequeno subconjunto de *esparciatas*, acompanhada de queda substancial no *selectorate* e *winning coalition* mudaram substancialmente a lógica política da cidade-estado. Devido à mudança institucional diminui-se a ênfase na provisão de bens públicos e intensificou-se a competição sobre bens privados.

Ambos, o ganho de riqueza e a decadência dos *esparciatas* produziram a mudança de bens públicos para bens privados. A razão entre recursos e o tamanho de *W* regula a propensão dos líderes em prover bens privados ou públicos: quanto maior esta razão, mais atrativa é a provisão de bens a seus poucos correligionários já que existe mais recursos para poucas mãos. No final, a competição por poder através da provisão de benefícios aos apoiadores levou algumas facções espartanas à planos revolucionários contra o sistema em vigor (exemplo foi a conspiração para assumir o governo espartano, então liderado por *Cinadon* em 398 a.C.) enquanto após um grande triunfo a sociedade espartana encontrou seu destino na batalha de Leutra.

2.3.2 – Leopoldo II

Leopoldo II foi rei da Bélgica entre 1865 até a sua morte, em 1909. Também foi o líder do Estado Livre do Congo, de 1885 a 1908. Como líder de dois países diferentes, Leopoldo II traz uma boa oportunidade de investigar a atuação das instituições no comportamento dos governantes.

Quando Leopoldo II chegou ao trono, a Bélgica já era uma monarquia constitucional, no entanto, o rei ainda possuía grandes poderes, maiores do que a grande maioria dos líderes de outras monarquias desse tipo. Seu pai, Leopoldo I, atuou de maneira astuta, sempre aparado pelas regras constitucionais. Leopoldo II também o fez, segundo De Mesquita *et al.* (2003) trocou de gabinete duas vezes por não concordar com suas políticas.

O Rei Leopoldo II dependia inicialmente de um relativamente grande *selectorate* para a época, consistindo em 137.000 membros de uma população total de quase seis milhões (Lyon 1971 *apud* De Mesquita *et al.* (2003)). Durante seu reinado, aparado por regras constitucionais, o Rei apoiou até mesmo a adoção de voto universal para homens adultos em eleições livres e

competitivas, aumentando assim o *selectorate* e a *winning coalition*. Tal comportamento sugere uma ênfase na provisão de bens públicos no contexto interno da Bélgica.

Em termos gerais, Leopoldo II foi considerado um excelente líder para os belgas, Emerson (1979) *apud* De Mesquita *et al.* (2003) cita que o Rei previa ênfase em serviços públicos de qualidade ao mesmo tempo em que previa queda de impostos, especialmente sobre os alimentos, em um de seus discursos transcritos. Os efeitos de suas palavras se tornaram verdades, a Bélgica experimentou uma grande fase de crescimento econômico e rápida industrialização. O livre comércio fazia o nível de exportações e importações crescerem, até que o ciclo de negócios chegou à sua fase decrescente em 1873.

Um ponto importante a se considerar foi a relação entre o Rei e as políticas trabalhistas em seu período de governo. Mesmo para a época, as condições de trabalho na Bélgica eram consideradas péssimas. Em 1873 Leopoldo II concedeu o direito à greve dos trabalhadores além de instituir reformas trabalhistas que representaram um grande avanço para a classe trabalhadora.

Em 1886 outras reformas previram a construção de estradas e linhas férreas como política de diminuição de desemprego, promoção de urbanização e comércio. Em 1889, com o suporte do Rei, a legislação mudou para prever a proteção aos direitos de mulheres e crianças. Leopoldo II ainda se destacou por tratados com Inglaterra, Prússia e França garantindo a neutralidade belga na Guerra Franco-Prussiana e implementou esforços para manter a soberania diante de ameaças de seus vizinhos.

No entanto, como líder do Congo Leopoldo II foi monstruoso. O Rei subiu ao trono no tempo onde os Estados da Europa se construíram sobre o domínio colonial. Aspirando participar desse grupo, ele conseguiu uma área no interior da África. Diferentemente de colônias britânicas, francesas ou espanholas, o Estado Livre do Congo não foi colonizado por um Estado soberano, era, no entanto, propriedade pessoal do Rei Leopoldo II.

Para governar a Bélgica, o monarca dependia da popularidade de um governo eleito, em outras palavras, dependia de uma grande *winning coalition*. A liderança belga incluía não apenas o rei, mas também um primeiro-ministro e todo um gabinete, cujo suporte dependia de um *selectorate* gentilmente aumentado pelo próprio Leopoldo.

Para governar o Congo o Rei dependia dele próprio e para isso contratou agentes armados que foram ao Congo tratar de seus objetivos. A *winning coalition* do Congo era mínima, pelo modelo sugere-se que as atitudes de Leopoldo II no país seriam garantir bens privados para os correligionários e gerar um fundo discricionário para si próprio. Foi o que ele fez.

Do mesmo modo que foi um líder progressista, transformador e liberal na Bélgica, Leopoldo II foi monstruosamente cruel no Congo. Neste país, utilizou trabalho escravo na extração de borracha para prover os recursos necessários para pagar seus apoiadores. Os congoleses que falhavam na produção de sua quota diária eram chicoteados e muitas vezes mortos. Emerson (1979) *apud* De Mesquita *et al.* (2003) estima que dez milhões deles tenham morrido para satisfazer a ganância do rei e seus amigos.

Inicialmente utilizados na extração de marfim, os congoleses iniciaram a extração de borracha e, a partir de uma crescente demanda, se tornaram o maior extrator mundial do produto na época. Para garantir a satisfação da demanda, Leopoldo II implementou um sistema de *Force Publique*, uma espécie de polícia mercenária que tinha a maior parte de sua remuneração em comissão por quotas produzidas. Como não havia quaisquer leis ou direitos no país os torturadores tinham amplo poder para garantir que a produção fosse a esperada. Mãos eram decepadas para provar quantos rebeldes antigoverno eles tinham matado.

Resultado dessa história foi que Leopoldo e seus apoiadores da *Force Publique* aumentaram vastamente suas fortunas. Não houve nenhum investimento em estradas, somente as que facilitavam o escoamento da borracha. Legislação e direitos de mulheres e crianças nunca

chegaram perto do Congo. Para o país só eram exportadas armas, enquanto todo tipo de riqueza partia da África para a Bélgica. De fato, o desequilíbrio desse comércio internacional levantou suspeitas de que Leopoldo II estava enriquecendo às custas de trabalho escravo no Congo.

Em 1908, após as atrocidades terem sido plenamente descobertas, o rei foi forçado a ceder o controle do Congo para o governo belga. Obviamente, não se garantiu o bem-estar dos congoleses, no entanto, perto de Leopoldo II a exploração metrópole-colônia foi um grande alívio.

A pergunta que fica, quem foi o verdadeiro Leopoldo II? Na Bélgica ele atuou sob restrições institucionais de uma grande *winning coalition*. Ele não escolheu esse sistema, foi herdado, e o Rei agiu de acordo com os incentivos criados pelo arcabouço institucional. No Congo, Leopoldo II era livre pra escolher qualquer arranjo institucional que lhe conviesse. Sem qualquer restrição, dono do Congo focou na provisão de riqueza a seus comparsas e livre expropriação de recursos para si próprio. Em cada caso, suas ações foram condizentes com os incentivos institucionais que ele se deparou, assim seu comportamento foi tão diferente na Bélgica e no Congo.

2.3.3 – Soldados Mamelucos no Egito

Os Mamelucos, também conhecidos como soldados escravos, constituíram uma sociedade política formada totalmente por ex-escravos. Eles criaram sua própria descendência e a perpetuaram importando novos escravos. Os Mamelucos chegaram ao poder em 1250 derrubando a dinastia do califado Ayyubid no Egito. Para alcançar esse feito, eles exploraram a oportunidade criada por uma crise de sucessão na dinastia reinante e se capitalizaram na vitória sobre o exército do rei da França, Luís IX, na batalha da Mansura. Uma vez no poder, os Mamelucos,

que totalizavam 10.000, formaram o novo *selectorate* e governaram com opressão sobre os egípcios nativos até serem derrotados pelo imperador Otomano Selim I, em 1517.

Os Mamelucos não eram nativos da África ou mesmo muçulmanos desde o berço. Eles eram escravos trazidos garotos da estepe de Kipchuk e mais tarde do Cáucaso, entravam em escolas especiais onde aprendiam habilidades militares, a ler e escrever e a religião muçulmana. Quando formados, eles eram liberados para se juntar ao exército, no entanto, mantinham um vínculo espontâneo com o antigo dono, tipicamente um oficial graduado do exército Mameluco (Emir). Ressalta-se que a fidelidade entre o ex-dono e o novo soldado era muito forte.

Os Mamelucos se distinguiam dos egípcios nativos, falavam turco ao invés de árabe, se vestiam de maneira diferente, se casavam com mulheres de sua região ou filhas de outros Mamelucos e viviam em uma cidade separada de Cairo, Qal'at al'Jabal. É interessante notar que os filhos desses soldados eram, o que se pode considerar no modelo de *selectorate theory*, *disenfranchised*, pois nasciam como homens livres e não escravos, como seus pais.

Vale ressaltar que os mamelucos trazidos para o Egito eram escravos somente até o momento em que se formavam na escola militar. Formados, eram considerados homens livres, e no período em que se mantiveram no poder o *selectorate* egípcio se formava dos soldados mamelucos adultos.

Os 10.000 Mamelucos sozinhos eram responsáveis por escolher o sultão. Não havia regras de seleção estabelecidas. Candidatos a sultão dependiam do apoio dos Emires, e cada um deles contava com a fidelidade de seus ex-escravos. Estes últimos, por sua vez, trabalhavam para alavancar a importância política de seu Emir, visto que, se o antigo dono se tornasse um sultão, haveria uma boa posição para seu ex-escravo e apoiador político.

Este tipo de relação entre o Emir e os ex-escravos significava que um sistema de votação em bloco de fato existia na época e, embora houvesse cerca de 10.000 Mamelucos existia apenas

algumas centenas de cidadãos com direito a voto, ou seja, *S* era pequeno. Um sultão de sucesso necessitava formar uma coalizão de apoiadores a partir dos Emires.

Esse é um tipo raro de sistema com *S* pequeno e *W* pequeno. O tratamento dos Mamelucos para com os egípcios nativos era rude, não havia provisão de qualquer bem público além da defesa do território. O soldado Mameluco padrão recebia salários por serviços, já oficiais graduados poderiam receber uma pequena concessão temporária de terras que os possibilitava extrair impostos. Finer (1999) *apud* De Mesquita *et al.* (2003) estimou que, em 1316, um soldado recebia um salário de 24 a 52 dinares, enquanto um Emir bem relacionado recebia 109.000 a 126.000 dinares. O sultão detinha cerca de 40% da riqueza de todo o Egito. Os Mamelucos parecem se adequar às previsões da teoria sobre sistemas de coalizão pequena.

A competição pelo sultanato era intensa e poucos indivíduos conseguiam reter o cargo por muito tempo. Na maioria das vezes um sultão durava menos de um ano e a tendência era mudança rápida de sucessores com algum caso esporádico de longo reinado. Finer (1999) *apud* De Mesquita *et al.* (2003) relata que entre os 24 sultões da dinastia Bahri, apenas três sobreviveram mais de cinco anos no poder (17, 14 e 21 anos). Observa-se que conseguidos os cinco primeiros anos, havia grande duração de mandato.

O problema neste caso era que o novo sultão, ao adentrar o poder, herdava a coalizão de oficiais e dirigentes de seu predecessor. No entanto, por não ter a afinidade necessárias com os membros dessa *winning coalition*, o líder tentava colocar, nos termos do modelo, seus apoiadores de maior afinidade. Manter o apoio dos antigos oficiais era uma tarefa difícil de equilibrar, pois eles certamente tinha a noção dos riscos que corriam e os benefícios que poderiam obter se colocassem outro líder no lugar do ocupante daquele momento. Por outro lado, se o sultão sobrevivesse às ameaças iniciais e conseguisse o suporte dos oficiais próximos ao poder seu mandato estava assegurado.

2.3.4 – Tailândia e *Cameroon*

Baseando-se na máxima política de que em países com coalizões pequenas *good policy is bad politics and bad policy is good politics* esta seção traz uma comparação entre Tailândia e *Cameroon* nos anos de 1960 a 1998 já que ambos os países perfaziam o perfil de Estado governado *W* pequeno. É traçada uma comparação entre as nações ligando o desenvolvimento com a permanência dos dirigentes no poder.

Em 1960, quando se tornou independente da França, *Cameroon* iniciou seus anos de soberania política baseado num sistema de grande coalizão desenhada de um grande *selectorate* mas rapidamente convergiu para um governo de coalizão pequena, isto é, o país saiu em pouco tempo de um modelo de democracia justa para outro de autocracia com eleições viesadas.

A Tailândia começou o período de estudo com um governo de coalizão muito pequena, derivado de um *selectorate* composto por oficiais militares e nessa configuração permaneceu durante os anos 60. Assim, esta década foi marcada por *W* pequeno em ambos os países.

Os anos 70 para a Tailândia foram de grande variação política, com o governo sendo algumas vezes de junta militar (*S* e *W* pequenos), outras vezes dominados por monarquia (novamente, *S* e *W* pequenos) e ocasionalmente experimentando um sistema democrático de coalizão e *selectorate* grandes. Os tempos de democracia foram, no entanto, sempre interrompidos pela intervenção das forças armadas tailandesas.

Cameroon foi governado pelo mesmo presidente, Ahmadou Ahidjo, de 1960 a 1982, quando este voluntariamente abandonou o cargo alegando exaustão e problemas de saúde. Foi substituído por seu primeiro-ministro, Paul Biya, que continua até os dias atuais no poder. Ahidjo chegou ao poder em 1960 com uma pequena maioria em uma eleição contestada. Alegando violência da

oposição, o mandatário suspendeu a constituição do país em 1962, acabou com eleições competitivas, instituiu um modelo de apenas um partido e governou sob poderes presidenciais de emergência. “Concorreu” à reeleição por várias vezes e permaneceu no governo graças à ausência de oposição relevante.

Paul Biya, por sua vez, bastante inclinado à ditadura, quando no poder indiciou e julgou Ahidjo (sem sua presença) por tentativa de golpe de Estado, a sentença foi pena de morte. Ahidjo se exilou na França e morreu de morte natural. Biya continua seu mandato sendo reeleito várias vezes com quase 100% dos votos, vale ressaltar que oposição em *Cameroon* é expressamente proibida.

Enquanto *Cameroon* teve dois governos entre 1960 e 2000, a Tailândia teve quase 20. No mesmo período o país teve no mínimo 12 tentativas de golpe de Estado, com algumas delas obtendo sucesso. Seis governos foram encabeçados por militares e o maior mandato de um primeiro ministro durou quase uma década enquanto o menor mandato durou menos de duas semanas. Embora a monarquia da Tailândia permanecesse intacta durante todo o tempo considerado, a administração do país teve alta variação, sempre marcada por deposições e golpes, refletindo as defecções militares. Recentemente, o País parece ter tomado o caminho do regramento democrático.

Durante os anos 1960 a 1998 a Tailândia experimentou forte crescimento econômico, mantendo uma taxa geralmente 50% maior que a média mundial. No entanto é necessário dividir esse período em dois segmentos diferentes: o primeiro, até 1988 quando o índice *Democracy*, sempre mantido em níveis baixos, atingiu a marca de 0,75, o crescimento econômico andou na casa dos 4% em média e de 1988 em diante até a crise financeira de 1998, período em que o crescimento econômico foi duas vezes maior que no anterior.

Cameroon, no entanto, seguiu uma trajetória diferente. Embora melhor que muitos dos seus vizinhos africanos, a taxa de crescimento do PIB esteve 50% abaixo da média mundial no período 1960-1998. Estima-se que o crescimento efetivo possa ter sido até mesmo menor, pois o país teria reservas de petróleo que se sobrevalorizaram durante os choques dos anos 70.

A comparação entre Tailândia e *Cameroon* é triste para o segundo. Com dados do *World Bank Database* De Mesquita et. al (2003) traçam paralelos entre a evolução da renda per cápita e o tempo de mandato dos líderes nos dois países. Ambos os países iniciam o período de contagem, 1970, com uma renda per cápita de menos de US\$ 500. Nos primeiros 10 anos a evolução parece ser a mesma, no entanto, o ano de 1988 aparece como ponto de inflexão. Para a Tailândia o ano de 1988 representou a sinalização de processos mais democráticos de escolha de líderes, com maior *W* e maior *S*, o crescimento econômico se evidencia até atingir seu pico de aproximadamente US\$ 3.000 de renda per cápita. Já para *Cameroon*, o ano de 1988 é marcado pela consolidação do unipartidarismo de Biya, governo autocrático formado por coalizão pequena. Enquanto líderes tailandeses tinham pouca perspectiva de permanecerem em seus cargos, *Cameroon* foi governado por dois ditadores e ainda o é. A *selectorate theory* sugere uma explicação para discrepância entre permanência no poder e o desempenho de políticas públicas nesses dois países.

Cameroon e Tailândia sempre estiveram entre os Estados mais corruptos do mundo, segundo dados do Índice de Transparência Internacional de 1999, citado por De Mesquita *et al.*(2003). Este mesmo índice, em estimativas retrospectivas para os anos de 1980-1985 a 1988-1992 mostrou que *Cameroon* era menos corrupto que a Tailândia, no entanto, a mudança para um sistema de coalizão no final dos anos 80 iniciou um ciclo de forte crescimento econômico e melhora no índice de corrupção. Por outro lado, o declínio no produto camaronês veio após a consolidação do poder e o unipartidarismo de Biya.

Bom desempenho econômico não foi fator preponderante na permanência dos líderes tailandeses, por outro lado, um fraco desempenho da economia camaronesa associou-se ao longo período de uso do poder público por parte de dois presidentes desde 1960. Pela ótica da *selectorate theory* desde que *Cameroon* pertence ao sistema de coalizão pequena com eleições viesadas, a regra de lealdade (W/S pequeno) prepondera, ou seja, os poucos membros do grupo de suporte ao poder se satisfazem com a transferência de bens privados e, ao mesmo tempo, sabem que desertar a coalizão representa um risco muito alto a se correr.

A regra de lealdade pareceu muito mais volátil na Tailândia. A partir do momento que o país converge para um caminho mais democrático, o coeficiente W/S se torna maior, a lealdade a líderes se enfraquece. A correlação entre a regra de lealdade e a permanência de líderes no poder na Tailândia parece ser forte. Essa parece ser, de fato, a maior diferença no arcabouço institucional entre estes dois países.

Assim, De Mesquita *et al.* (2003) tentam mostrar com esse estudo de caso entre dois países com níveis de renda per cápita semelhantes no começo dos anos 60 que o primeiro, *Cameroon*, por manter um regime de W e S pequeno, teve por destino um crescimento econômico pífio até o ano de 1998. Por outro lado, a Tailândia, mesmo partindo de uma base institucional de W e S pequenos, teve, a partir de 1988, crescimento econômico muito superior à média mundial, associado ao arcabouço político de W e S grandes.

Capítulo 3 – Análise dos Dados Brasileiros

Neste capítulo são tomados os dados que geraram os resultados empíricos de De Mesquita *et al.* (2003), especificamente relacionado ao Brasil, e são analisadas as variações nas instituições políticas à luz dos fatos históricos nacionais. A base de dados disponibilizada pode ser acessada pelo sítio <http://www.nyu.edu/gsas/dept/politics/data/> para replicação dos resultados encontrados na obra citada.

Vale ressaltar que todas as considerações serão balizadas pela base de dados disponibilizada. A intenção desta seção é analisar como o País é avaliado pelos dados e traçar um paralelo com os fatos históricos dos períodos selecionados.

A metodologia utilizada para tal análise será a tomada dos períodos de transição das séries de *winning coalition* e *selectorate* relacionadas ao Brasil no período da República, ou seja, os períodos selecionados devem necessariamente ter uma mudança, para maior ou menor, nos valores de *W* e *S* desde 1889. Abaixo são apresentados tais períodos com uma breve descrição:

Período	W		S		Fato Histórico Relacionado
	Antes	Depois	Antes	Depois	
1890-1892	0	0	0	1	Primeira Constituição da República em 1891.
1893-1894	0	0,5	1	1	Eleições de 1894 elegem o presidente civil Prudente de Moraes
1909-1910	0,5	0,25	1	1	Marechal Hermes da Fonseca é eleito para Presidente da República em 1910
1918-1919*	0,25	0,5		1	Epitácio Pessoa derrota Rui Barbosa e é eleito Presidente da República.

1929-1930	0,5	0,25	1	0	Revolução de 1930, revogação da Constituição de 1891 e fechamento do Congresso Nacional.
1932-1933	0,25	0,25	0	1	Criação do Código Eleitoral e reabertura da Assembléia Nacional
1936-1937	0,25	0,25	1	0	Golpe de 1937 e fechamento do Congresso Nacional
1939-1940*	0,25	0			Permanência de Getúlio Vargas no poder através do Estado Novo
1945-1946*	0	0,75		1	Fim do Estado Novo e ocorrência de novas eleições
1963-1965	0,75	0,25	1	1	Golpe militar e Atos Institucionais
1967-1969	0,25	0,25	1	1	AI-5, Fechamento do Congresso em 1968 e reabertura em 1969.
1973-1974	0,25	0,50	1	1	Criação do Colégio Eleitoral
1984-1985	0,50	0,75	1	1	Término da Ditadura

* Períodos em que não é revelado o valor de S

Selecionados os períodos de estudo, o método de análise será definir o que há por trás de cada uma das mudanças institucionais no Brasil. Vale lembrar que a variável W é composta por uma combinação de quatro outras variáveis e S representa a variável *LegSelec*, amplitude da seleção dos membros do legislativo. Serão analisadas as variáveis de interesse ao passo que os acontecimentos históricos que levaram, ou não, a mudanças serão descritos.

No final da seção será apresentada uma análise das implicações da *selectorate theory* em termos de crescimento econômico, gastos públicos, levando em conta, novamente, os dados disponibilizados pelos autores de De Mesquita *et al.*(2003).

Período 1: 1890 a 1892

Esse período de transição política do Brasil foi marcado pelo fato peculiar da passagem da Monarquia para a República ter sido branda e indolor, e, por outro lado, os anos seguintes à mudança terem sido conturbados e complexos, segundo Fausto (2001).

A *Primeira República*, período que se inicia em 1889 e vai até 1930, também pode ser caracterizada como a República Oligárquica, segundo Resende (2003). A estrutura institucional desses primeiros anos de noção incipiente do verdadeiro significado de república se apresenta claramente dentro do arcabouço da *selectorate theory* como país de *W* e *S* pequenos. A teoria diria que se trata de organização política voltada aos interesses de uma elite, pela provisão de “bens privados” a poucos. Por outro lado, um *S* pequeno representa uma “regra de lealdade” curta, a possibilidade de membros do *selectorate* fazerem parte de *W* tenderia a levar o Brasil a situações de instabilidade no poder.

Vejamos como a estrutura das instituições políticas da época poder ser tratada pela ótica da teoria tema desse trabalho. Os primeiros anos da República foram marcados pela promulgação de uma nova constituição, em 1891. Baseada na constituição americana, guiou-se pelos ideais de organização federativa do Estado e individualismo político. Foi o federalismo exacerbado a grande inovação desse novo texto constitucional, deixou-se de lado o centralismo do império para dar aos estados brasileiros poderes antes nunca vistos. Exemplos são a capacidade de criação de impostos interestaduais, poder para contrair empréstimos no exterior e até mesmo definirem suas próprias leis eleitorais, força militares e judiciário.

Esta estrutura que passou poderes aos estados foi responsável pela distribuição vertical do poder a municípios e às elites locais. Segundo Resende (2003) sobre esse princípio edifica-se a

força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias em nível estadual e federal. Ou seja, o arcabouço institucional definido pela nova constituição transfere uma vasta quantidade de poderes aos estados, criando assim uma dependência por parte das lideranças, em nível federal, da vontade dos estados mais poderosos da República, nomeados, Minas Gerais e São Paulo. Por outro lado, os poderosos em nível estadual dependem de representatividade e poder em nível municipal, o que fecha o modelo com os coronéis, que em seu município, não dependem de ninguém.

Para definir o poder dos coronéis, e assim definir as relações de poder na *Primeira República*, é necessário se ater ao princípio constitucional declarado pelo artigo 68 da carta magna em voga desde 1891. O dispositivo atribuía aos estados a organização dos municípios, desde que garantida a esses últimos a autonomia no que se refere aos seus assuntos peculiares. Esse ambíguo enunciado lançou o que se pode chamar de *municipalismo* à época.

O coronelismo demarca uma mudança histórica na dominação pelo poder privado no Brasil. Consubstancia-se na dominação de um vasto grupo de pessoas por dependência de um latifúndio. Para Resende (2003) após ocupada a liderança no município, o coronel, de quem todos dependem, tem sua base de poder local estruturada a partir de alianças com “pequenos coronéis”, geralmente líderes de distritos que compõem o município, com as “personalidades” locais - médicos, advogados, padres, funcionários públicos, comerciantes e farmacêuticos – além de uma guarda pessoal formada por capangas e cabras.

As relações de poder do coronelismo obviamente se transferem às urnas, como seu elemento perpetuador. É o que, segundo Resende (2003) se nomeia “voto de cabresto” em que os subordinados do coronel votam à vista dos capangas dos poderosos ou mesmo as eleições de “bico-de-pena”, situação cujo preposto do coronel preenche o livro de ata em que votam vivos e mortos.

Ora, se um líder político conseguisse trazer para sua coalizão grande parte dos coronéis dos estados poderosos teria assim sua chegada e permanência no poder garantidas. Esses primeiros anos de república também contam com a grande influência dos estados mais populosos e poderosos à época, São Paulo e Minas Gerais, pilares da chamada política do “café com leite”. Há controvérsias sobre o alinhamento de interesses desses dois estados, Viscardi (2001) questiona o caráter hegemônico, permanente e isento de conflitos da aliança. A partir dessa constatação a autora contesta a tese tradicional de que a política dos governadores trouxe estabilidade à República. Para Viscardi (2001) após a implantação da política baseada na vontade de governadores a estabilidade se garantiu pela instabilidade das alianças entre os estados mais importantes, impedindo que a hegemonia de uns fosse perpetuada e a exclusão de outros fosse definitiva.

Assim, temos definido nosso arcabouço da *selectorate theory* para a *Primeira República*. A *winning coalition* formada pela relação entre governo federal, estados e municípios preenchida pela preponderância dos estados poderosos e também do Exército. O *selectorate* definido pelas pessoas que detinham condições de votar, pela Lei Eleitoral de 1881 haveria a obrigatoriedade de saber ler e escrever, portanto, *S* se compunha de homens alfabetizados.

Iniciemos a análise dos dados pela variável *S*. O *selectorate* foi medido pela variável *LegSelec*, proveniente da base de dados POLITY IV. Essa variável mede a amplitude do poder de escolha dos membros do Poder Legislativo. Como apresentado no início do capítulo, essa variável é tricotômica, apresenta valor 0 para ausência de Poder Legislativo; 1 se os parlamentares são escolhidos por questões hereditárias, atribuições ou por atos discricionários do Executivo; e 2 para membros do legislativo diretamente ou indiretamente escolhidos pela população votante. Parametrizados os valores, temos a variável *S* apresentando valores de 0; 0,5 e 1.

Os anos de 1889 e 1890 apresentam valor 0 para S , significando que não havia no período qualquer presença do Poder Legislativo. No ano de 1891, os dados mostram o surgimento de parlamentares escolhidos sem a vontade do povo e a evolução continua até o ano de 1892, quando o *selectorate* adquire valor 1 demonstrando que havia algum tipo de participação popular na determinação de parlamentares.

Em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República pelo marechal Manoel Deodoro da Fonseca com o apoio de grande parte da oficialidade do Exército e ausência do povo nas primeiras decisões republicanas, instaurando-se no País um novo regime de governo, que pôs término ao período do Brasil Imperial. O Imperador D. Pedro II e a sua família são obrigados a deixar o País. A Câmara dos Deputados (temporária) e o Senado (vitalício) são dissolvidos, o que explica o valor 0 para o *selectorate*.

As atividades parlamentares são retomadas precisamente um ano mais tarde, com a instalação do Congresso Nacional Constituinte no dia 15 de novembro de 1890, que encerra seus trabalhos em 26 de fevereiro de 1891, sendo, neste período, redigida a primeira Constituição republicana.

Os deputados eram eleitos nos Estados e no Distrito Federal, proporcionalmente às suas populações, para triênios, e os senadores, extinta a sua vitaliciedade, para o período de nove anos, em número de três por Estado e Distrito Federal. Acabou-se o voto censitário, que restringia o sufrágio a quem detinha propriedades e rendas e adotou-se o voto direto e universal para todos os maiores de 21 anos, excluídos os mendigos, os analfabetos, os praças de pré, os religiosos de ordens monásticas e, implicitamente, as mulheres.

Curioso notar que não há, de 1891 para 1892 alguma mudança que justifique a evolução dos valores de S de 0,5 (legisladores escolhidos por processos não populares) para 1 (legisladores escolhidos por processos populares). Pelo contrário, no ano de 1891 o presidente Deodoro da Fonseca decreta o estado de sítio e dissolve o Congresso Nacional no dia 3 de novembro,

direcionando o governo rumo a um regime ditatorial. Mas, o presidente não pôde usar por muito tempo os poderes discricionários que se atribuiu. A resistência às medidas de Deodoro se fez sentir tanto nos meios parlamentares como na alta hierarquia militar. Alguns dias depois, ocorre uma violenta reação contra a dissolução do Congresso Nacional, encabeçada pelos parlamentares, e governadores dos estados mais influentes, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A variável W , formada por outras quatro variáveis, se mantém como valor 0 em todo o período. Os dados de De Mesquita *et al.* (2003) consideram o regime brasileiro como militar/civil em que a competitividade para a chegada ao Poder Executivo não é regulada, também não há considerações sobre a possibilidade de acesso de líderes e, por final, sobre a competitividade da participação política, considera-se que os grupos são meras facções. Nenhuma das considerações que descrevem o Brasil propiciam um valor alto para a *winning coalition*.

Confrontando os dados disponibilizados pelos autores da *selectorate theory* com os valores levantados por investigação bibliográfica percebe-se uma boa coerência em relação aos dados sobre a *winning coalition* (de fato muito pequena) e incoerência quanto ao tamanho do *selectorate* em todo o período da *Primeira República*.

De acordo com Carvalho (1998), após a mudança da Lei Eleitoral de 1891 o eleitorado brasileiro é reduzido de 10% da população para 1% da população após a desqualificação dos analfabetos. O autor estima que apenas 150 mil eleitores se qualificavam para o sufrágio e que, até 1930 o percentual de votantes jamais ultrapassou 3,5% de toda população brasileira. Ora, a variável escolhida para representar o *selectorate* claramente não percebe esse tipo de peculiaridade.

Quanto ao valor de W realmente seria muito pequeno. Tomando com a *winning coalition* o conjunto formado por coronéis, políticos e “personalidades” sociais, principalmente dos estados importantes do País. Levando em consideração a influência dos coronéis em nível municipal

assim como o número de pessoas aptas a votar temos que 75.000 pessoas representariam metade dos eleitores brasileiros, da hipótese extremamente otimista de que a coalizão brasileira seja formada por um quarto do *selectorate* teríamos 37.500 pessoas responsáveis por levar um líder e sustentá-lo no poder em um país do tamanho do Brasil. Se 1% da população representava o *selectorate*, a *winning coalition* em 1891 não passava de 0,25% da população.

Período 2: 1893-1894

Nesse período os valores de S permanecem os mesmos, no entanto, há mudanças no tamanho da coalizão brasileira. Para a situação da variável W os dados consideram o Brasil como país onde há liberdade de acesso a líderes em potencial, ademais, o regime brasileiro não é mais considerado militar ou militar/civil, fazendo com que o tamanho da *winning coalition* para o período tenha sido maior, significando que em uma escala de 0 a 1 o Brasil em 1894 tinha um tamanho 0,5 para W .

Os dados refletem alguns acontecimentos políticos. O sucessor do Marechal Deodoro da Fonseca foi seu, então, vice-presidente e adversário político, Floriano Peixoto. Segundo Fausto (2001) o governo do militar não foi menos conturbado que o do antecessor, entre outros conflitos, teve que enfrentar a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, em 1892, e a segunda Revolta da Armada, em 1893.

No ano de 1894 Prudente de Moraes Barros toma posse como o primeiro presidente civil da República. A eleição de Prudente marca a tomada do poder pela oligarquia cafeeira, representada pelos dois mais importantes estados da Federação, São Paulo e Minas Gerais.

Como levantado na seção anterior, o tamanho de W à época era menor que 1% da população de modo que os dados utilizados em De Mesquita *et al* (2003) são superavaliados nesse período.

Período 3: 1909-1910

Assim como no período analisado anteriormente, pelos dos dados de De Mesquita *et al.* (2003), o valor de S permanece igual a 1, indicando, através da variável *LEGSELEC*, que o poder legislativo era eleito pelo povo. Já em relação à coalizão da época, houve um decréscimo no valor de W .

Segundo Fausto (2001), a sucessão presidencial durante a Primeira República marcou o fim da presença de figuras do Exército na Presidência, com exceção do Marechal Hermes da Fonseca, eleito no ano de 1910. Além disso, de acordo com esse mesmo autor, nem todas as eleições para Presidente da República foram uma simples ratificação de um nome. Nos anos de 1910, 1922 e 1930 houve bastante disputa entre os candidatos, porém, segundo Resende (2006), as eleições durante todo o período da República foram marcadas por desvios e jogos políticos entre as classes dominantes.

Até o ano de 1909 o acordo entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais perdurou. Contudo, nesse ano, uma discórdia entre os dois Estados dominantes do País fez com que os militares e o Rio Grande do Sul voltassem à cena política nacional. O Marechal Hermes da Fonseca saiu candidato com o apoio do Rio Grande do Sul, de militares e de Minas, enquanto Rui Barbosa foi apoiado por São Paulo em união com a Bahia.

A ocorrência desses fatos indica que os dados utilizados em De Mesquita *et al.* (2003) devem ter levado em consideração, além da liberdade de acesso de líderes, representada pela variável *XROPEN* a mudança presidencial ocorrida no ano de 1910 (representada pela variável *REGTYPE*), considerando que o regime brasileiro voltou a ser militar/civil com a vitória de

Marechal Hermes da Fonseca, o que fez com que o tamanho da sua *winning coalition* diminuísse de 0,5 para 0,25.

Período 4: 1918 - 1919

Assim como nos dois períodos anteriores, de acordo com os dados da pesquisa realizada por De Mesquita *et al* (2003), o *selectorate* continuou com o mesmo valor, indicando que os componentes do poder Legislativo continuavam sendo eleitos, direta ou indiretamente pelo povo durante a Primeira República. Porém *W* sofreu um aumento no seu tamanho, passando de 0,25 para 0,5.

De acordo com Fausto (2001), após a Primeira Guerra Mundial (ocorrida entre Agosto de 1914 e Novembro de 1918), a presença da classe média urbana na cena política tornou-se mais visível. Esse setor da sociedade queria levar à prática as normas da Constituição e as leis do País, transformando a República Oligárquica em República Liberal, ou seja, desejavam eleições limpas com voto secreto e respeito aos direitos individuais.

O início da maior participação da população urbana ocorreu no ano de 1919 quando Rui Barbosa, concorrendo com Epitácio Pessoa e mesmo sem ter nenhum apoio da máquina eleitoral da época, obteve aproximadamente 1/3 dos votos e venceu no Distrito Federal.

Além disso, em 1919 foi criada a III Região Militar que constituiu uma ponte para a alta administração, pois vários dos seus comandantes foram para o Ministério da Guerra e a importância do setor militar cresceu, apesar de continuar fora do poder.

Relacionando esses fatos aos dados disponibilizados por De Mesquita *et al* (2003), o aumento da *winning coalition* entre os anos de 1918 e 1919 está relacionado à variável *REGTYPE*, pois o tipo de regime não era mais considerado como militar ou militar/civil.

Em relação às outras três variáveis, à variável *XRCOMP* tanto em 1918 como em 1919 possivelmente demonstra que a escolha do Presidente era feita através de votações. Porém, essas eram muitas vezes fraudulentas. Já as outras duas variáveis que também contribuem para a formação de *W* também permaneceram com o mesmo valor atribuído no período analisado anteriormente. Em relação a variável *PARCOMP*, apesar do sistema partidário, no Brasil não existia um grande número de partidos estáveis e duradouros que disputassem as eleições em nível nacional.

Porém, mais uma vez, é importante destacar que, apesar de *W* ter recebido, nos dados relacionados ao trabalho de De Mesquita *et al* (2003), um valor de 0,5 em um intervalo que vai de 0 a 1, de acordo com os fatos históricos, o tamanho de *W* era pequeno em relação ao tamanho da população total.

Período 5: 1929 – 1930

Segundo Fausto (2001), a evolução política do Rio Grande do Sul e do estado de São Paulo na década de 20 se deu de formas distintas. Enquanto no RS a elite se aproximou, em SP deu-se a ruptura do monopólio partidário da PRP (Partido Republicano Progressista), uma vez que a elite paulista apresentava interesses e concepções políticas diferentes. Em 1926 surgiu, então, o Partido Democrático (PD) com um programa liberal.

Além disso, durante os anos 20, os militares que não estavam satisfeitos com a dominação oligárquica predominante no país, pretendiam dotar o Brasil de um poder centralizado e nacionalista. Na opinião desse grupo, o “liberalismo autêntico” não ajudaria o país em seu crescimento e recuperação. Sendo assim, eles eram contra as eleições diretas e o sufrágio universal, acreditando no autoritarismo como solução para a reforma do Estado e da sociedade.

No início de 1929 as elites dos grandes Estados começaram uma disputa e levaram ao fim a Primeira República do Brasil. Nesse ano as oposições lançaram a candidatura de Getúlio Vargas e formaram a Aliança Liberal. Getúlio recebeu o apoio dos democráticos de SP e Julio Prestes, através do PRM (Partido Republicano Mineiro), foi apoiado por Minas. A Aliança Liberal era formada pelas classes dominantes regionais não cafeeiras, combatiam a valorização do produto e desejavam uma reforma política.

Nesse mesmo ano, o mundo sofreu a crise de 1929 e os produtores de café foram fortemente afetados pela queda do preço do produto e pela diminuição do volume de vendas. Os cafeicultores queriam, então, que o Presidente Washington Luis concedesse novos empréstimos e uma moratória dos débitos obtidos por eles, porém o Presidente se recusou a aceitar a proposta em defesa da estabilidade cambial.

Em 1º de março de 1930 a percentagem dos votantes na eleição foi a maior da República e a disputada eleição deu a vitória a Julio Prestes. Esse resultado não foi muito bem aceito pela oposição tanto dos políticos mais jovens como dos tenentes. Então, após alguns meses de insatisfação, na data de 3 de outubro de 1930 a Revolução estourou nos Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e, 21 dias depois, o Presidente da República foi deposto no Rio de Janeiro e foi constituída uma Junta Provisória do Governo. E, finalmente, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência, marcando o fim da Primeira República Brasileira e colocando no poder os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e os industriais, todas as classes que antes se opunham a dominação da oligarquia cafeeira.

O novo Estado de 1930 era, agora, um Estado centralizado e mais autônomo e possuía o apoio das Forças Armadas e tanto da burguesia industrial como da classe trabalhadora urbana.

Em 1930 Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório e fechou o Congresso Nacional e as Assembléias estaduais e municipais. Além disso, os governadores de estado foram depostos e a Constituição de 1891 foi revogada, fazendo com que Getúlio governasse através de decretos-lei.

Comparando os acontecimentos históricos com as variáveis responsáveis tanto pelo *selectorate* como pela *winning coalition*, vemos que, em relação a variável *LEGSELECT*, responsável pelo tamanho de *S*, o fechamento do Congresso Nacional fizeram com que essa recebesse valor igual a 0. Já em relação às variáveis relacionadas a *W* verifica-se que, devido a Revolução de 30 e assim a tomada do poder por parte da oposição, as variáveis *XRCOMP*, *XROPEN* e *PARCOMP* não podem ser mensuradas. Com isso, a única variável que influencia no tamanho de *W* é *REGTYPE* uma vez que o regime não era militar nem militar civil. Sendo assim, o tamanho de *S* deveria passar de 1 para 0 entre o período de 1929-1930 e o tamanho de *W* também deveria diminuir, indo de 0,5 em 1929 para 0,25 em 1930. Ambas as afirmativas concordam com os dados publicados no trabalho de De Mesquita *et al* (2003).

Período 6: 1932-1933

Fausto (2001) relata que, em 1932 houve a formação da Frente Única Paulista, unificando a elite de SP que, até então, estava dividida entre os partidos PRP e PD. Nesse mesmo ano, o Governo Provisório de Getúlio Vargas promulgou o Código Eleitoral. Esse código estabeleceu a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto, abrangendo ambos os sexos e criou a Justiça Eleitoral, que teria como função fiscalizar as eleições para que se evitassem fraudes. Além disso, a eleição do Legislativo seria proporcional, garantindo, assim, a representação das minorias.

No ano de 1933, o Governo Provisório realizou eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e as eleições tiveram forte participação popular. Dessa maneira, podemos constatar

que durante esse período, a única variável que deve sofrer uma mudança é a variável relacionada ao poder do legislativo, ou seja, a *LEGSELECT*, agora, deveria passar a ter um valor igual a 2 e, assim, *S* deveria, em uma escala de 0 a 1 a ter um valor igual a 1, que é exatamente o que mostram os dados de De Mesquita *et al* (2003).

Período 7: 1936-1937

No ano de 1934, Getúlio foi eleito Presidente Constitucional do Brasil através de sufrágio indireto e, durante toda essa época até o Golpe de 1937, várias manifestações de cunho político e social foram feitas. E, em 1935 foi lançada a “Aliança Nacional Libertadora”, formada por comunistas e “tenentes” de esquerda que, em pouco tempo conseguiu ganhar grande projeção. Porém, logo nesse mesmo ano o governo reprimiu várias atividades da ANL e decretou seu fechamento. Finalmente, durante o ano de 1936, o Congresso aprovou todas as medidas solicitadas pelo Poder Executivo para reprimir os comunistas e a esquerda em geral.

Segundo Fausto (2001), durante o fim de 1936 e início do ano de 1937, as candidaturas para a eleição presidencial seguinte foram definidas. A abertura da disputa para a Presidência da República afrouxou as medidas repressivas vigentes no país, porém, em 1937, um oficial de justiça foi surpreendido (ou deixou-se surpreender) datilografando um plano de insurreição comunista, posteriormente denominado de Plano Cohen. Assim, no dia 10 de novembro de 1937, soldados impediram que os congressistas entrassem no Congresso e, à noite Vargas anunciou o Estado Novo, através de uma carta Constitucional, decretando a ditadura.

O Regime foi implementado de acordo com o autoritarismo, os comunistas foram abatidos e o Congresso dissolvido. De acordo com Silva (2003), a maior preocupação do Estado Novo era assegurar a sua legitimidade e, para isso, utilizou-se da propaganda e da repressão aos opositores.

Comparando, então, esses fatos históricos com as variáveis que formam o *selectorate* e a *winning coalition*, com o fechamento do Congresso Nacional constata-se que o legislativo perde o poder no país e, então, *S*, através da variável *LEGSELECT* deve passar a ter valor 0. Já as variáveis que compõem *W* devem permanecer inalteradas. Os partidos continuavam reprimidos e através de um golpe o poder havia se concentrado nas mãos de Getúlio, não havendo, então liberdade de acesso de líderes a este. Sendo assim, as variáveis *PARCOMP*, *XRCOMP* E *XROPEN* não devem contribuir para o tamanho de *W*. A única variável que poderia contribuir seria a variável relacionada ao tipo de regime que, apesar de ser considerado uma ditadura, não era classificado como militar ou militar/civil. Dessa maneira, *W* deve obter um valor igual a 0,25 e *S* um valor igual a 0, em uma escala de 0 a 1, o que condiz com os dados da pesquisa realizada por De Mesquita *et al* (2003).

Período 8 : 1939-1940

A segunda Guerra Mundial iniciou em setembro de 1939 e, segundo Silva (2003), Getúlio Vargas mantinha-se como observador do conflito sem declarar nenhuma preferência, mas, a partir da derrocada da Alemanha e da pressão dos EUA e da população brasileira, preparou-se para entrar no conflito.

Durante esse período Getúlio permanecia no poder central do Estado e decidia as principais resoluções da época. Para Fausto (2001), as relações de confiança entre o presidente e seus ministros eram fortes, tanto que entre março de 1938 e junho de 1941, não houve nenhuma mudança no Ministério. Ou seja, o autoritarismo do Estado Novo continuava e novas eleições não eram realizadas.

Portanto, todas as variáveis relacionadas à *W* e *S* deveriam continuar com os seus valores anteriores, porém, pelos dados de De Mesquita *et al* (2003), o tamanho de *W* sofreu um decréscimo de 0,25 para 0 uma vez que não foi identificado, pelos autores, o regime vigente na época e *S* não é obtido, pois os autores não devem ter conseguido identificar fatos relacionados à variável *LEGSELECT*.

Período 9: 1945-1946

Segundo Fausto (2001), O Estado Novo havia sido arquitetado para ser autoritário, modernizador e longo. Porém o governo foi curto, inferior a 8 anos, uma vez que insatisfações em relação às relações internacionais brasileiras fizeram com que as oposições fossem impulsionadas e surgissem divergências no interior do próprio governo.

Pressionado por diferentes grupos, Getúlio Vargas baixou o Ato Adicional à Carta de 1937, que fixava um prazo de 90 dias para a marcação da data de novas eleições. Posteriormente foi estabelecida a data de 2 de dezembro de 1945 para a eleição do presidente e de uma nova Assembléia Constituinte.

Em 1945 surgiram os três novos partidos que iriam perdurar até o golpe de 1964: UDN – União Democrática Nacional (formado pela oposição liberal, alguns comunistas e socialistas democráticos), o PSD – Partido Social Democrata (formado pela burocracia, interventores e pelo próprio Getúlio) e o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro (formado pela burocracia sindical e, também, sob inspiração de Getúlio). A UDN lançou a candidatura de Eduardo Gomes, o PSD, de Dutra e o PTB não possuía nomes representativos. Mas, ainda de acordo com Fausto (2001), Vargas pretendia permanecer no poder, seja como ditador, seja como presidente e, por isso, realizava uma política populista, tentando reduzir as rivalidades entre as diferentes classes

sociais. Porém, o presidente não resistiu às pressões e foi forçado a renunciar, fazendo uma declaração pública de que concordava em se retirar.

Com a renúncia de Vargas, os militares e a oposição liberal, em concordância com Dutra e Eduardo Gomes, mantiveram a data da eleição e o poder foi entregue, transitoriamente, para o Supremo Tribunal Federal.

Depois de tanto tempo sem votar, as eleições de 1945 despertaram grande interesse para os eleitores e o povo elegeu o general Dutra como vencedor das eleições. Também ocorreram eleições para a Câmara e para o Senado e Getúlio conseguiu eleger-se deputado e senador, optando pelo último cargo.

Em janeiro de 1946, Dutra tomou posse e a nova Constituição Brasileira foi promulgada. O Brasil definiu-se como uma República federativa, com sistema presidencialista e o Poder Executivo passaria a ser eleito por voto direto e secreto.

Fazendo a relação dos fatos históricos com as variáveis estudadas, percebe-se que S deveria ser igual a 1, indicando que o poder legislativo voltou a ser eleito pelo povo. O valor de W também deveria aumentar uma vez que, além do governo não ser considerado militar ou militar civil, o líder foi escolhido através de voto direto ($XRCOMP$) e, apesar de ter somente três partidos estáveis e importantes (conseqüentemente a variável $PARCOMP$ não deveria influenciar no tamanho de W), havia liberdade de acesso de líderes em potencial ($XROPEN$). Ou seja, o valor que deveria ser dado a W em uma escala de 0 a 1 deveria ser 0,75. Comparando com os dados de De Mesquita *et al* (2003), verifica-se que estes foram justamente os valores deduzidos.

Período 10: 1963-1965

Segundo Fausto (2001), em agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia à Presidência da República. Com isso, de acordo com a Constituição vigente, João Goulart, então vice-presidente, deveria assumir o seu posto. Porém, durante certo tempo, a posse ficou em suspenso, uma vez que os militares consideravam que Jango seria uma brecha para a entrada dos comunistas no poder. O Congresso, então, adotou uma solução: o sistema de governo passou de presidencialista para parlamentarista e, assim, Jango assumiu em setembro de 1961 com poderes reduzidos. De acordo com essa solução, em 1965 deveria haver um plebiscito onde a população deveria escolher, em definitivo, o sistema de governo.

Segundo Fausto (2001), a posse de João Goulart representou a volta do esquema populista, com mobilizações e pressões sociais maiores do que as ocorridas no governo de Getúlio Vargas. Para Jango, o Estado deveria fazer uma aliança entre todas as classes sociais (militares, intelectuais, burguesia e operariado) reduzindo, assim, as desigualdades sociais do país, o que, obviamente, desagradou às classes dominantes. Sua ideologia se baseava no nacionalismo e em reformas sóciopolíticas.

Em 1962 ocorreram eleições para o governo dos Estados e para o Congresso e, também de acordo com o trabalho de Fausto (2001), essas eleições mostraram que as forças do centro e da direita tinham bastante poder no país.

Já no ano de 1963, o plebiscito que deveria ocorrer em 1965, foi realizado e o sistema presidencialista foi o vencedor. João Goulart passava, então, a ter de volta os poderes que lhe foram retirados em 1961 com a adesão ao sistema parlamentarista. Porém Jango, em seu governo, não conseguia agradar os segmentos nacionais mais importantes e, em 1964, ao tentar salvar o seu mandato, Jango tentou contornar o Congresso e realizar reformas de base e, assim, acabou por piorar a sua situação e iniciar seu próprio fim.

Logo, em primeiro de abril de 1964, quando João Goulart foi de Brasília para Porto Alegre, o presidente do Senado declarou vago o cargo de Presidente da República. Assumiu o poder, então, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Surgia assim o golpe militar de 1964, que colocava fim ao período democrático brasileiro e instalava no país, um regime autoritário.

O novo regime instituiu os Atos Institucionais (AI-I) em abril de 1964 com o objetivo aparente de acabar com a corrupção e com o comunismo. Várias perseguições e repressões violentas foram realizadas.

Os Atos estabeleceram a eleição de um novo Presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e, assim, Castelo Branco foi eleito presidente do Brasil. É importante destacar que, apesar de vários princípios democráticos terem sido violados, segundo Fausto (2001), o regime não assumia expressamente o autoritarismo, uma vez que, apesar do AI-I ter reforçado o Poder Executivo e reduzido o campo de ação do Congresso, este continuou funcionando.

Em 1965, Castelo Branco lançou o AI-II que estabeleceu que a eleição para presidente e vice-presidente do Brasil seria realizada através da maioria absoluta do Congresso Nacional em sessão pública e votação nominal. Além disso, o AI-II decretou a extinção dos partidos políticos, deixando apenas dois: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) que era o partido do governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que era o partido da oposição.

Para finalizar a análise desse período resta comparar os dados históricos com as variáveis responsáveis pelo tamanho de W e S .

Em relação a S , apesar de a ditadura ser o novo regime a partir de 1964 e, com isso, o povo não poder eleger o Presidente da República, o Congresso Nacional foi mantido. Assim, aparentemente, a variável *LEGSELECT* pode ter valor igual a 2, comprovando que deputados e

senadores continuavam sendo eleitos direta ou indiretamente pelo povo. S , então, teria seu tamanho igual a 1.

Já em relação a W , como em 1964 ocorreu o golpe militar, obviamente não ocorreram eleições para Presidente da República e, então, as variáveis $XRCOMP$, $XROPEN$ e $PARCOMP$ não apresentam definições e por isso não devem acrescentar valor ao tamanho de W . E, como o golpe militar instalou a ditadura no Brasil, o regime passou a ser o militar e a variável $REGTYPE$ deve passar a ter valor igual a 2, não tendo influência, também, no valor de W . Sendo assim, W que antes tinha o tamanho igual a 0,75, passou a ter tamanho zero.

Entre os anos 1964 e 1965, a maioria dos partidos eram reprimidos e, com isso, a variável $PARCOMP$ não deve acrescentar valor a W . Já em relação às outras variáveis, o País continuava em regime militar e, apesar de qualquer um poder representar os partidos existentes, a eleição era selecionada e realizada apenas pelo Congresso Nacional. Ou seja, enquanto $XROPEN$ deveria acrescentar valor para o tamanho de W , $XRCOMP$ não deveria aumentar o tamanho da *winning coalition*. Sendo assim, valor de W que, em 1964, poderia ser considerado 0 em 1965 deveria ser igual a 0,25.

Os valores obtidos com os dados históricos apresentados correspondem aos valores apresentados pelos dados de De Mesquita *et al* (2003).

Período 11: 1967 a 1969

Em janeiro de 1967, Castelo Branco lançou a nova Constituição e ampliou os poderes do Executivo. Porém o seu sucessor não foi eleito e, em março de 1967 assumiu o novo presidente General Costa e Silva.

De acordo com Fausto (2001), durante esse ano de 1967 e o ano de 1968 ocorreram diversas mobilizações e a indignação por parte dos estudantes cresceu o que fez com que ocorressem cada vez mais novas violências. Após a morte de um estudante durante um pequeno protesto no Rio de Janeiro, as mobilizações passaram a reunir não só estudantes como, também, alguns setores representativos da Igreja e a classe média. Ao mesmo tempo ocorriam diversas greves trabalhistas e houve a formação da Aliança de Libertação Nacional (ALN), que era a favor da luta armada. Outros grupos a favor da luta armada foram surgindo e a primeira manifestação ocorreu em 1968 quando uma bomba foi colocada no consulado americano de São Paulo.

Tais acontecimentos mostravam que a Revolução estava em risco e, então, o pretexto para por fim à liberalização restrita foi um discurso feito no Congresso pelo deputado Marcio Moreira Alves, que foi considerado ofensivo às Forças Armadas. O presidente Costa e Silva lançou, então, o AI-5, fechando o Congresso e abrindo um novo ciclo de cassação de mandatos.

Avaliando, então, as variáveis responsáveis pelo tamanho de S , verifica-se que durante o período 1967 e 1968, o poder legislativo perdeu seu poder e, então, a variável *LEGSELECT* deve passar a ter valor igual a zero. Conseqüentemente, o tamanho de S também deverá diminuir para zero, o que é constatado nos dados de De Mesquita *et al.* (2003).

Segundo Porto (1989), antes do presidente Costa e Silva ficar sem voz e sem movimentos devido a um derrame em agosto de 1969, ele havia decidido pela normalização política através da reabertura do Congresso e com o envio de emenda à Constituição, que permitisse a dispensa do Ato Institucional 5.

Ainda de acordo com esse autor, desprezando a Constituição vigente, que previa que o presidente deveria ser substituído pelo seu vice em caso de impedimento, o governo foi assumido por três ministros militares. Então, no dia 14 de outubro de 1969, o Ato Institucional XVI declarou vagos os cargos de Presidente e Vice Presidente, marcando as eleições para o dia 25 de

outubro. O Congresso Nacional decidiu pela eleição do general Médice e do seu vice Augusto Rademaker.

Sendo assim, entre os anos de 1968 e 1969, com a normalização e reabertura do Congresso, a variável *LEGSELECT* deveria voltar a ter valor igual a 2, representando que o poder legislativo no período voltou a ser eleito pelo povo e fazendo com que o tamanho de *S*, ainda sem representação popular na escolha para Presidente da República, volte a ser igual a 1. Tal fato é apresentado na pesquisa de De Mesquita *at al* (2003).

Período 12: 1973 e 1974

Foi feita uma emenda à Constituição de 1967 que modificava a maneira pela qual seria escolhido o Presidente da República. Foi criado um Colégio Eleitoral, instalado em janeiro de 1974, composto de membros do Congresso e delegados das Assembléias Legislativas dos Estados. Segundo Porto (1989), através da eleição feita pelo colegiado, o general Ernesto Geisel se tornou Presidente do Brasil com 84% dos votos e tomou posse em março.

Ao contrário do governo de Médice que foi extremamente autoritário, o governo de Geisel, de acordo com Fausto (2001), é associado ao início da abertura política. Nas eleições legislativas que ocorreram em 1974, Geisel permitiu que os partidos tivessem acesso ao rádio e à televisão, mas, ao contrário do que achava, a ARENA não obteve o triunfo esperado e o MDB avançou principalmente nas grandes cidades. Geisel, então, realizou uma forte repressão ao PCB, partido acusado de estar por trás da vitória do MDB.

Fazendo a relação com as variáveis que compõe o tamanho de *S* e *W*, percebe-se que o poder legislativo continua vigente e, por isso, *S*, mesmo sem o povo poder votar diretamente para Presidente, através da variável *LEGSELECT*, deve ter valor igual a 1, em uma escala de 0 a 1. Já

no tamanho de *W* deve ocorrer uma modificação. Enquanto as variáveis *REGTYPE*, *XROPEN* e *PARCOMP* devem permanecer inalteradas uma vez que o regime, a liberdade de participação de líderes e a existência de poucos partidos continuam existindo, a variável relacionada à maneira como o líder é escolhido deve sofrer alguma alteração. Isso ocorre porque, com a criação da emenda mencionada anteriormente, a eleição presidencial inclui, agora, a participação das Assembléias Legislativas dos Estados, o que faz com que essa variável acrescente valor a *winning coalition*. O tamanho de *W*, então, deveria passar de 0,25 para 0,5 em uma escala de 0 a 1. Esses valores equivalem aos valores obtidos pela pesquisa de De Mesquita *et al* (2003).

Período 13: 1984 a 1985

Segundo Porto (1989), nesse período o governo passava por uma crise política, com grandes campanhas pelas eleições diretas (conhecidas como Diretas já) e foi revogado o AI-5, diminuindo os poderes do Executivo. Porém, segundo Fausto (2001), havia uma grande distância entre as manifestações e o Congresso. Para as eleições voltarem a ser através de voto direto, era necessário que o Congresso aprovasse a emenda com pelo menos 2/3 dos votos, o que não aconteceu. Novamente dependeria de o Colégio Eleitoral eleger o novo Presidente da República.

Em janeiro de 1985, Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, formada pelo PMDB e pela Frente Liberal, de acordo com Porto (1989), venceu as eleições com 72% dos votos. Ou seja, apesar de fazer parte da oposição, Tancredo Neves chegava ao poder através do sistema eleitoral do regime autoritário. Porém, antes de tomar posse, o futuro Presidente foi internado e o seu Vice-Presidente tomou posse em março de 1985. Em abril do mesmo ano, Tancredo Neves faleceu.

De acordo com Fausto (2001), a política passou a ter dois focos principais: revogação das leis que vinham do regime militar e eleição de uma Assembléia Constituinte, que deveria fazer uma nova Constituição. Então, em maio de 1985, a legislação restabeleceu as eleições diretas para Presidente do Brasil e aprovou o direito dos votos aos analfabetos. Além disso, estabeleceu, também, a legalização de todos os partidos.

Finalmente, relacionando os dados históricos com os possíveis tamanhos de S verifica-se que, com a nova legislação e a inclusão do voto direto populacional, este deveria continuar com valor igual a 1.

Já em relação as variáveis que compõem o tamanho de W , deveria haver mudanças na variável *REGTYPE*, pois o regime brasileiro não era mais considerado como militar ou militar civil. Sendo assim, um novo ponto deve ser dado a W . Como mencionado anteriormente, a variável *XRCOMP* representa a competitividade na escolha do Poder Executivo. No ano de 1985, o Presidente da República passou a ser eleito através de eleições diretas, e não por hereditariedade ou eleições fraudulentas. Sendo assim, essa variável também deveria acrescentar um ponto para W . Outra variável responsável pelo tamanho da *winning coalition* é a variável relacionada à liberdade de acesso de líderes em potencial, ou seja, a variável que representa acessos mais abertos ao poder Executivo, que não apenas por hereditariedade. No ano de 1985, tal variável também deve acrescentar valor a W , uma vez que os partidos poderiam escolher livremente os seus representantes. Por fim, a última variável que influencia no tamanho de W é a variável relacionada à competitividade da participação (*PARCOMP*) onde outro ponto é adicionado a W caso existam grupos políticos relativamente estáveis e duradouros que competem em nível nacional (definição de De Mesquita *et al* (2003)). No ano de 1985, com a legalização dos partidos, de acordo com a nova legislação, essa variável também deveria acrescentar valor ao tamanho de W , porém, enquanto todas as outras variáveis estavam em concordância com os

dados de De Mesquita *et al* (2003), em relação a essa último, os grupos políticos foram considerados apenas transitórios e não influenciaram no tamanho de W , fazendo com que este fosse igual a 0,75.

Ao analisarmos os fatos históricos ocorridos nos períodos analisados e os dados apresentados na pesquisa de De Mesquita *et al.* (2003), verifica-se que na maioria dos períodos estes foram consistentes com a história política do Brasil, apesar de que nos primeiros períodos a variável W parecer superestimar o verdadeiro tamanho da *winning coalition* e do fato de que em alguns períodos os autores não conseguiram identificar os fatores relacionados às variáveis analisadas. Na maioria dos anos os tamanhos de S e W foram afetados por importantes decisões políticas que influenciaram no desenvolvimento e na construção do País.

Conclui-se, assim, que a base de dados construída em De Mesquita *et al.* (2003) representa fonte relevante para estudo das instituições políticas. Algumas divergências pontuais foram encontradas, no entanto, não destoam estruturalmente da historiografia política brasileira.

Capítulo 4 – Versão brasileira da *Selectorate Theory*

O quarto e último capítulo deste trabalho tem como meta aplicar o arcabouço teórico da *selectorate theory* a dados e situações brasileiras. A análise empírica para o Brasil não terá como instrumento as ferramentas econométricas, dadas as limitações na obtenção de dados relevantes e o curto período de estudo. De acordo com as características do modelo e a temática abordada, a análise de fatos se dará de dois modos distintos.

A seção 4.1 traz a aplicação da *Selectorate Theory* ao Brasil seguindo uma metodologia “micro”. De acordo com as noções desenvolvidas pela metodologia das Narrativas Analíticas, serão analisados historicamente dois períodos relevantes da história brasileira, com ênfase em acontecimentos políticos que evidenciam as variáveis de interesse institucionais necessárias à aplicação da *Selectorate Theory* ao Brasil.

Finalmente, serão estimados valores brasileiros para as variáveis W e S , levando em consideração as peculiaridades do País e a base de dados disponíveis. Feito isso, os dados produzidos serão levados à luz das previsões teóricas relacionadas a crescimento, gastos públicos, provisão de bens públicos, etc. Nessa seção a aplicação da *Selectorate Theory* se dá num contexto “macro”, restrita às possibilidades de estimativa e disponibilidade de dados

4.1 – Estudo de Casos

A seção 4.1 traz o estudo de caso brasileiro para a *Selectorate Theory* aos moldes do construído em De Mesquita *et al.* (2003). Inicialmente será abordada a justificativa para escolha dos períodos em que será aplicada a teoria. Na subseção seguinte, será brevemente discutida a

metodologia das Narrativas Analíticas, utilizada como parâmetro de análise dos fatos históricos. A seção 4.1.3 traz considerações metodológicas sobre o trabalho e na seção 4.1.4 são aplicados os conceitos e a lógica da *Selectorate Theory* à história do Brasil.

4.1.1 – Seleção dos períodos

De acordo com o estabelecido pela teoria tema deste trabalho, instituições políticas – notadamente, *W* e *S* – são responsáveis por determinar a divisão entre gastos públicos e privados ao mesmo tempo em que afetam o tempo de permanência de líderes no poder. As mudanças constantes nessas instituições ao longo do tempo seriam responsáveis por novas situações de equilíbrio e novas formatações das relações sociais. Ou seja, as instituições políticas importantes mudam naturalmente, uma situação de equilíbrio em um momento pode deixar de ser estável em outro, provocando alterações sociais evidentes.

Um meio de se perceber nitidamente como a mudança institucional descaracteriza uma situação de equilíbrio para caracterizar, então, outra situação mais conveniente são as variações nas principais leis que regem um Estado, as mudanças constitucionais. Uma constituição deve refletir as vontades de uma nação, seus preceitos e direitos básicos. Normalmente, quando as sociedades, ou por outras palavras, as instituições mudam, as constituições são alteradas por meio de emendas.

Entretanto, quando as variações institucionais são demasiadamente bruscas, a ponto de alterarem o equilíbrio social de uma nação a Lei Magna é, então, substituída por outra. Busca-se com outro texto constitucional consubstanciar um novo equilíbrio modelado pelas instituições que compõem um meio social.

O que se quer dizer com essa argumentação é que variáveis institucionais importantes, como *S* e *W*, se alteram com o tempo e afetam o ordenamento jurídico de um Estado a ponto de se ter a necessidade de mudanças nos preceitos mais básicos, necessidade de uma nova constituição. Por outro lado, o novo regramento é mutável e sensível às instituições formais e informais de uma sociedade. Portanto, as mudanças constitucionais são o resultado de variações nas principais instituições políticas, ao mesmo tempo em que novas constituições determinam variações institucionais. O processo de evolução é constante.

Um exemplo para esse argumento seria a passagem brasileira pela proclamação da República relatada no Capítulo 3. Forças sociais consubstanciadas por mudanças institucionais levaram a nação de uma situação de equilíbrio, monárquica, para outra, republicana. A mudança foi de tal maneira brusca que uma nova constituição surgiu em 1891. À época, a nova constituição refletiu a ordem social vigente, por outro lado, a formatação da constituição brasileira – federalista e individualista – atuou como molde para um novo equilíbrio de instituições caracterizado como o coronelismo. Assim, mudanças institucionais levaram a um novo equilíbrio, uma nova constituição foi proclamada, esta, por sua vez, foi instrumento para outra situação de equilíbrio, o coronelismo.

Segundo Moraes (2008) o Brasil teve sete constituições formais nos anos de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. A Emenda Constitucional n. 1, de 1969, é considerada por grande parte da doutrina jurídica uma nova constituição, pois foi promulgado um novo texto constitucional integralmente reformado.

Ora, se as novas constituições representam períodos de transição institucional e a *Selectorate Theory* tem como mote modelar essas variações condicionando fatores ligados à permanência de líderes no poder, logo, um mesmo Chefe de Estado brasileiro, cujo mandato sucedeu variações

institucionais percebidas por novas constituições deve ser o tema do estudo de caso para a aplicação da *Selectorate Theory* no Brasil.

Getúlio Dornelles Vargas foi presidente do Brasil em vários períodos distintos. De 1930 a 1934 foi líder em um governo provisório, de 1934 a 1937 eleito indiretamente para um governo guiado por nova constituição, de 1937 a 1945 um Golpe de Estado lhe fez permanecer no poder e estabelecer o período do Estado Novo. Sua volta ao comando brasileiro foi em 1951, eleito pelo povo, e o fim trágico de sua história ocorreu no ano de 1954.

Nesse período, Getúlio governou sob a égide de 4 constituições, a saber: 1891, 1934, 1937 e 1946. Certamente, os anos em que esteve no poder são os mais propícios para a adaptação da *Selectorate Theory* a fatos brasileiros. O mesmo líder governou com diversas formatações de instituições políticas e interesses: um governo de transição, escolha indireta, uma ditadura e uma fatídica experiência após eleições diretas.

Assim, para fins do presente estudo de caso serão considerados os períodos em que houve maior amplitude de condições institucionais de poder para um mesmo líder. Getúlio Vargas foi presidente em um cenário institucional propício à perpetuação no poder, que o levou ao governo ditatorial baseado em sua própria constituição de 1937, por outro lado, o outrora ditador governou em condições democráticas, sob uma nova constituição, de 1946, e o final foi trágico. Nesses períodos Getúlio governou sob a égide de duas constituições, dos arcabouços institucionais distintos, assim como dois meios de chegada ao poder, o golpe e a escolha popular.

Como o intuito desse trabalho é determinar a capacidade da *Selectorate Theory* de se inserir aos fatos brasileiros, considerou-se que nenhum outro momento da história política brasileira fosse tão propício a esse tipo de análise. A variabilidade das instituições políticas sociais em dois tipos de governo totalmente distintos e dois regramentos constitucionais sob o comando de um mesmo líder determinou que o período de Vargas fosse escolhido para fundamentar este trabalho.

4.1.2 – Narrativas Analíticas

Segundo Bates *et al.* (2000), as Narrativas Analíticas representam uma metodologia capaz de combinar pesquisa histórica e comparativa com modelos de escolha racional. Para entender as instâncias das mudanças institucionais esse método parte dos pressupostos de conhecimento histórico profundo e definição de um modelo teórico a ser seguido. No livro que origina a discussão, Bates *et al.* (1998) tentam alinhar os elementos mais importantes da metodologia, nas linhas abaixo serão abordados os principais.

Ao enunciar a metodologia, os autores dão ênfase ao papel das instituições como elementos definidores do comportamento social. O termo “Analíticas” se refere à construção de modelos de escolha racional, baseados comumente em jogos na forma extensiva. Primeiro definem-se os atores-chaves, suas metas, suas preferências e as regras efetivas que influenciam seus comportamentos. Segundo, definem-se estratégias que produzem um equilíbrio restritivo a algumas ações e facilitador a outras. A ênfase é identificar as causas da mudança de um equilíbrio em um ponto do tempo para outro equilíbrio em outro ponto do tempo. Para Levi (2002) em suma, o método consiste em escolher um problema, construir um modelo para explicar a lógica da explicação e clarear os pontos de decisão e possibilidades, ao final, avalia-se o modelo através das estáticas comparativas e hipóteses testáveis produzidas.

O passo-a-passo das Narrativas Analíticas consiste em, inicialmente, escolher um caso a ser estudado. Feito isso, devem-se selecionar claramente as situações em que há interação estratégica entre os personagens chaves, isto é, quando a escolha de um depende da escolha do outro.

Neste capítulo a metodologia das Narrativas Analíticas será utilizada para questões brasileiras. Inicialmente serão definidos os atores dos casos escolhidos, depois serão definidos

seus objetivos e metas condicionados por suas preferências e regramentos que conduzem suas ações. Baseado no modelo de *Selectorate Theory*, levando em consideração sua lógica analítica, será analisada a generalidade das premissas teóricas.

4.1.3 – Metodologia

Justificada a escolha dos períodos de interesse e revelado o uso das Narrativas Analíticas para modelagem dos fatos históricos, a metodologia de análise contará com um breve relato dos fatos políticos da chegada de Getúlio Vargas ao poder até o período de estabelecimento do Estado Novo. Nos dois períodos de interesse serão determinados os principais atores políticos, suas metas e preferências no intuito de delinear quais foram as diferenças institucionais entre os mandatos do presidente.

Para isso, ao final de cada uma das passagens históricas abordadas será construído um Sumário Analítico considerando os principais agentes políticos, suas metas e estratégias. Subseqüentemente, a *Selectorate Theory* será introduzida com a definição dos principais grupos, o *selectorate* (*S*) e a *winning coalition* (*W*), as previsões teóricas do modelo e o equilíbrio definido pelos fatos, ajustados às premissas teóricas.

Determinadas as variáveis importantes, ao final da seção 4.1 serão tecidas considerações finais em que o modelo de escolha racional desenvolvido com a *Selectorate Theory* será analisado quanto á sua adequação e generalidade histórica para, finalmente, ter suas hipóteses testáveis abordadas.

4.1.4 – Getúlio Vargas e a *Selectorate Theory*

4.1.4.1 – Período 1: Introdução

Segundo Skidmore (1982) o Brasil de 1930 mudava suas características políticas definidas na República Velha. O processo de sucessão presidencial em que o candidato patrocinado pelo presidente conseguia apoio dos estados e coronéis locais se extinguia nas eleições entre Júlio Prestes, candidato patrocinado por Washington Luís, presidente de 1926 a 1930, e Getúlio Vargas, apoiado pela Aliança Liberal, coalizão formada por líderes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, além do Partido Democrata de São Paulo.

Segundo Porto (1989) dos 1.890.524 votos apurados, Prestes obteve 1.091.709 e foi declarado vencedor nas urnas sob a contestação de toda a oposição. Após manifestos por todo o País, um movimento de rebelião armada se organizava, o fato responsável por puxar o gatilho da revolta foi o assassinato de João Pessoa, ex-candidato à vice-presidência, por um inimigo local, figura que pertencia a grupo político apoiado pelo então presidente Washington Luís. Forças armadas partiram de MG, PB e RS rumo ao Distrito Federal.

Obviamente, a revolta seria contida se o presidente contasse com apoio popular e, principalmente, das forças armadas. Os generais militares mais importantes negaram apoio ao presidente argumentando que mortes de soldados não valeriam à pena para defender um governo que não representava as vontades populares. No fim de outubro de 1930 a revolta toma grande proporção e os generais do Rio de Janeiro assumem o comando da situação. Em novembro Washington Luís sai e deixa de empossar seu sucessor.

Começa aí a trajetória de Getúlio Dornelles Vargas, político proveniente do Rio Grande do Sul, que viria a se tornar o maior líder político, em todos os sentidos, que o Brasil já conheceu.

De acordo com Henriques (1961) após dez dias de governo de uma junta militar, Getúlio chega ao poder.

É interessante para este trabalho iniciar a delimitação dos atores políticos que compunham o cenário à época. Os partidários da revolução de 30, por exemplo, podiam ser divididos em dois segmentos: os revolucionários e os não-revolucionários.

No grupo dos revolucionários havia os constitucionalistas (pediam eleições livres, governos constitucionais e se compunham da classe média paulistana e representantes do Partido Democrático de SP) e os nacionalistas semi-autoritários (pretendiam a regeneração nacional e modernização sob formas políticas não democráticas, eram representados pelo grupo dos tenentes, jovens lideranças militares).

Do grupo não-revolucionário que deu suporte à revolução temos os militares superiores (estes se irritavam com a necessidade de sempre apoiar os governos eleitos, o que ficou claro em 1930), os cafeicultores (descontentes com as políticas para o produto que resultaram em queda de preço e suspensão das compras de excedentes) e, por fim, os dissidentes da elite política estabelecida.

Segundo Dulles (1967), já em 1930 as medidas políticas do Governo de Getúlio surgem fortemente. No dia 11 de novembro um decreto dava ao governo direitos de exercer as funções dos Poderes Executivo e Legislativo até que uma Assembléia Constituinte reorganizasse o País. Todas as atividades legislativas foram abolidas e o resultado foi a extrema concentração de poder nas mãos do presidente. Uma nova figura foi criada na República brasileira, o interventor estadual, escolhido pelo presidente, recebia plenos poderes executivos e legislativos e era diretamente responsável perante o governo provisório no Distrito Federal.

Um novo cenário institucional se compunha. Havia dissidência sobre o momento em que o Brasil deveria fazer a nova constituição. O descontentamento paulista se deflagrou com a presença de interventores “estrangeiros” do Rio de Janeiro governando o Estado, inicia-se a

pressão do estado contra o retardamento de novas eleições e constituição. Foi organizada, então, em 1932 uma revolta armada no estado de São Paulo, batizada de Revolução Constitucionalista, logo abafada pelas forças federais.

No entanto, a perspicácia política do presidente o fez conceder benefícios ao Estado de São Paulo e confirmar as eleições para a nova assembleia constituinte, fato que ocorreu em maio de 1933. Também foi aprovada a transformação da Assembleia Constituinte na primeira Câmara dos Deputados, com poderes, de fato, para escolher o novo presidente.

A constituição de 1934 nasceu com os ideais de liberalismo político, reformismo econômico, eleições livres, surgimento de tribunal eleitoral, justiça do trabalho e poderes para fixar salários mínimos. Em julho de 1934, Getúlio é eleito pelo Congresso Nacional com mandato até janeiro de 1938, quando haveria eleições diretas.

4.1.4.2 - O Pré-Golpe: 1935-1937

Nesse momento, outro cenário político-institucional já se organizava. As linhas políticas estabelecidas em 1930 se enfraqueciam. Grupos ligados ao constitucionalismo liberal e ao reformismo socioeconômico são substituídos por grupos de ativismo político. A direita e a esquerda no Brasil se consubstanciam em novos grupos. A Aliança Nacional Libertadora – ANL representava facção do partido comunista e dava vida à esquerda, em 1935 já havia 1.600 sedes locais desse movimento. Os radicalizantes de direita também ganhavam corpo, desde 1932 um movimento fascista chamado Integralismo tinha por líder Plínio Salgado e se baseava na estrutura do fascismo europeu.

Foi nesse cenário que se manifestou veementemente a sagacidade política do presidente brasileiro. Para Dulles (1967) Vargas detinha grande habilidade de manipulação de um extremo

contra o outro, produzia nas mentes dos militares e da classe média um profundo pessimismo quanto à viabilidade de uma política aberta.

O golpe de 1937 começava a ser formatado já em 1935. Desse período data o início da campanha contra a “ameaça dos subversivos”. O Congresso Nacional, segundo Skidmore (1982) cada vez mais conservador, comprou a idéia do presidente e em 30 de março passou uma Lei de Segurança Nacional que dava ao governo federal poderes especiais para reprimir atividades políticas “subversivas”.

Em julho, a polícia invade o quartel-general da ANL e o grupo é fechado por seis meses. Concretizava-se, aqui, o primeiro passo do ardiloso presidente. Extinguiu-se o caminho legal para que a esquerda alcançasse o poder no Brasil.

A partir desse momento os poderes de emergência concedidos ao governo federal somente foram aumentados. Em 25 de novembro de 1935 Vargas pede ao Congresso o estado de sítio, aprovado. Em dezembro a Lei de Segurança Nacional é arrojada por três emendas constitucionais de suma importância. O presidente podia demitir sumariamente qualquer funcionário público, e, por outro lado, tinha poderes totais sobre a promoção de todos os oficiais militares e também sobre o local onde deveriam servir.

Durante o ano de 1936 os congressistas votaram quatro vezes para estender o estado de sítio por 90 dias. A perseguição a opositores se tornou tão forte que mesmo no Congresso a repressão ocorreu. Em março um senador e quatro deputados foram presos, e a Câmara concordou com seus julgamentos.

A essa altura dos acontecimentos, diante da impossibilidade constitucional de reeleição do presidente, novas lideranças políticas surgiam para a disputa pela sucessão. Armando de Sales Oliveira, da União Democrática Brasileira, era um constitucionalista liberal; José Américo de

Almeida, antigo tenentista, era considerado o candidato do governo, sem, no entanto, possuir endosso formal; e Plínio Salgado era candidato dos Integralistas.

Para Skidmore (1982) embora as especulações eleitorais ocorressem, uma espécie de solução “continuista” estava disseminada entre as elites políticas e militares.

No primeiro semestre de 1937 Vargas continuou atuando em uma estratégia dupla. Por um lado parecia estimular os esforços para as eleições que o sucederiam, enquanto por outro lado trabalhava para isolar líderes estaduais oposicionistas substituindo os líderes eleitos por “interventores” em Mato Grosso, Maranhão e Distrito Federal. Dos oposicionistas que Vargas temia, o primeiro a ser atacado foi o governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha. Como o governador era detentor da maior milícia armada do Brasil, o presidente, inteligentemente, não o substituiu como fez em outros estados. Foi declarado estado de sítio no RS e o presidente deu total apoio aos oposicionistas políticos do governador.

Os membros do Congresso Nacional, percebendo a ameaça a seus próprios cargos e carreiras políticas, tentaram frear as ambições presidenciais e pela primeira vez desde 1935 recusaram o estado de sítio.

A estratégia do Presidente foi dramatizar a ameaça da esquerda à classe média, aos políticos estaduais conservadores e aos militares.

Quanto à participação de militares no processo, a posição do Exército foi crucial na arquitetura do golpe. Em dezembro de 1936 o General Eurico Dutra se tornou Ministro da Guerra assegurando o apoio militar aos desígnios totalitários. Em julho de 1937 o General Góes Monteiro, defensor do regime centralizado e autoritário se tornou Chefe do Estado-Maior do Exército e levou a cabo o plano de neutralizar os estados opositores ao governo federal: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Para Henriques (1961) com trocas estratégicas de

lideranças militares nos estados, os comandantes conseguiram isolar a oposição por volta de setembro de 1937.

Armada toda a estrutura do golpe, dessa vez o gatilho foi um estratagema conhecido entre os meios políticos: o Exército brasileiro subitamente descobriu um documento tratado como plano de combate de uma revolução comunista. Segundo Skidmore (1982) o chamado Plano Cohen foi fabricado por um oficial integralista, levado a Dutra e Getúlio, representou o pretexto para o Golpe. No dia 1º de outubro o Congresso Nacional voltou atrás na decisão de negar direitos constitucionais ao presidente.

Francisco Campos, revolucionário de 30, já vinha trabalhando em uma nova constituição e em 10 de novembro de 1937 tropas do Exército rodeavam o Congresso noticiando seu fechamento. Oito membros da Câmara dos Deputados declararam imediatamente apoio a Getúlio. Para Fausto (2001), a estruturação do golpe foi tão perspicaz que apenas dois governadores foram substituídos, Bahia e Pernambuco.

A nova constituição, de 1937, previa um plebiscito depois de seis anos de mandato golpista. O texto deste documento se baseava no modelo fascista europeu. Dentre as medidas imediatas do ditador estavam a decisão de não pagamento das dívidas públicas externas e abolição de todos os partidos políticos.

Sumário Analítico 1

Momento 1: Acontecimentos Pré-Golpe

Atores e Estratégias

Presidente Getúlio Vargas: Sua motivação desde o princípio foi permanecer no poder, o que faz com que Getúlio seja o melhor exemplo para a aplicação da *Selectorate Theory* no Brasil. Desde 1935 utilizou sua grande habilidade de manipular interesses divergentes, reprimir adversários, ao mesmo tempo em que cultivava cuidadosamente o apoio dos grupos de poder solidamente estabelecidos, tais como os fazendeiros de café e militares superiores. Aos membros do Comando do Exército causava receio o avanço comunista e a desorganização nacional que poderia ser iniciada pelo mau uso da livre democracia. O presidente sabia da necessidade de se ter os membros das Armas a seu lado. Para atingir tal fim disseminou a “ameaça subversiva” da esquerda na sociedade brasileira ao mesmo tempo em que conseguiu ter o Exército sob seu controle por meios legítimos concedidos pelos parlamentares. Getúlio utilizou a força do Exército para massacrar opositores, desacreditar líderes estaduais e garantir a efetividade do golpe.

Congresso Nacional: Os membros do Congresso Nacional, como bons participantes de uma coalizão de sustentação do líder queriam continuar recebendo os benefícios públicos que a classe gozava à época. Graças à repressão veemente do Poder Executivo a opositores o Congresso apenas legitimou todas as medidas antidemocráticas pretendidas pelo presidente. Pode-se dizer que os congressistas providenciaram os instrumentos para Getúlio aplicar o golpe.

O Congresso Nacional proveio dos membros eleitos para a Assembleia Constituinte de 1933. Seus membros deram a Getúlio amplos poderes de perseguição a opositores, demissão de quaisquer funcionários públicos sumariamente, assim como condições para definir a promoção de todos os oficiais militares e o local de serviço. Do jogo político entre os Poderes Executivo e Legislativo legitimaram-se as condições para Getúlio esmagar a

oposição e utilizar o Exército, sem o qual seria impossível aplicar o golpe, a seu bel prazer. Segundo Dulles (1967), após fechado o Congresso e deflagrado o golpe, 80 congressistas federais enviaram congratulações a Vargas, seis expediram mensagem de protesto.

Exército brasileiro: Os militares superiores estavam céticos quanto a capacidade do Brasil suportar a indecisão política que se perfazia ao mesmo tempo em que temiam os progressos de radicais de esquerda, especialmente se estes chegassem ao poder e afetassem as forças armadas negativamente. Argumentavam que a livre competição política havia entrado em falência tornando-se perigosa para a unidade e segurança nacionais.

Oposição ao Presidente: Se manifestou por meio da ANL, políticos dissidentes e governadores oposicionistas. Obviamente, queriam alcançar o poder. O primeiro grupo, formado por facção comunista, foi severamente combatido e anulado. Inicialmente apregou-se a ameaça de forças subversivas comunistas até o ponto em que as próprias atitudes dos comunistas legitimaram a tática de Vargas. Segundo Skidmore (1982) os comunistas já em 1935 rejeitaram a tática de frente popular assumindo a feição de um levante armado. Era o que o presidente necessitava para aumentar a repressão contra os esquerdistas.

Os políticos e governadores oposicionistas tentaram permanecer em suas posições contrárias a Getúlio, no entanto, os meios legítimos de coibição concedidos ao presidente esvaziaram a sua força política. Vargas detinha o poder de substituir governadores por “interventores”, fato que fazia oposicionistas se calarem facilmente. Um deles, em especial, Flores da Cunha, era governador do RS e detinha poderes sobre a maior milícia armada do País.

Inteligentemente, o presidente não se atreveu a atacar diretamente este adversário, preferiu declarar o estado de sítio no estado e ajudar abertamente os oposicionistas do governador.

Modelo Teórico:

Tamanho de S: Segundo Porto (1989) em 3 de maio de 1933 ocorreram eleições para a Assembléia Constituinte com a participação de pouco mais de um milhão e duzentos mil eleitores. A população divulgada pelo IBGE¹ para o ano de 1933 era de 36.935.989 de pessoas. Ou seja, *S* não representava mais que 3% da população brasileira.

Tamanho de W: Ainda segundo Porto (1989) no dia 17 de julho de 1934 responderam à chamada parlamentar 248 parlamentares para a eleição do novo presidente. O resultado declarou Getúlio Vargas vencedor, com 173 votos, contra 73 votos de todos os demais candidatos somados. Ora, pode-se dizer então que, logo de início, antes de oprimir adversários e cooptar aliados, Vargas contava com o apoio de aproximadamente 70% dos parlamentares. Considerando que com o apoio de todos os governadores brasileiros (menos BA e PE), alguns poucos chefes do comando militar e mais 70% de membros do parlamento brasileiro para aplicar um golpe e trocar a constituição promulgada democraticamente por outra fascista e autoritária, a *winning coalition* brasileira à época era formada por um seletíssimo grupo de apoiadores.

Previsões do Modelo: De acordo com o modelo se *selectorate theory* desenvolvido nos dois primeiros capítulos deste trabalho, a combinação de um *selectorate* pequeno com uma

¹ Quadro População Residente – Primeiro de Julho, Seção População, www.ipeadata.gov.br, data: 21.05.08, Elaboração: IBGE

winning coalition mínima levam ao resultado já abordado de que *good policy is bad politics and bad policy is good politics*. Quanto à lealdade dos membros da coalizão, espera-se que seja muito grande devido à ameaça veemente de não se fazer parte de uma nova coalizão vencedora caso o líder atual não ocupe mais o poder. Nesse cenário também são esperadas expropriações tributárias, corrupção, favorecimento a elite e baixo nível de gastos públicos. Finalmente o modelo prediz baixo desenvolvimento e crescimento econômico a países com esse arcabouço institucional.

Equilíbrio: O equilíbrio proveniente da interação de forças e interesses se definiu com o golpe de 10 de novembro de 1937. As previsões teóricas do modelo se confirmaram com a permanência do líder no poder sob uma regra de lealdade baseada em provimentos de benefícios públicos e repressão política. Em termos de instituições políticas se confirmou a antiga divisão entre constitucionalistas liberais e nacionalistas autocráticos, o sistema político aberto foi desgastado pela violência de esquerda e da direita o que proporcionou uma tutela autocrática na busca pelos objetivos de bem-estar social e nacionalismo econômico.

4.1.4.3 - O Estado Novo: 1937-1943

Após o choque causado pelo golpe em 1937, uma força política se considerava vitoriosa. Os integralistas pensavam que iriam se beneficiar do movimento de Vargas. No entanto, os instrumentos políticos integralistas foram suprimidos juntamente com todos os partidos políticos.

Em maio de 1938 um bando integralista armado invade o palácio presidencial. Nesse momento Vargas tinha a mesma justificativa para reprimir os integralistas, como fez com os

comunistas em 1935. Os líderes do grupo político de Plínio Salgado foram aprisionados ou exilados. Assim, decretava-se o fim do último movimento político nacional.

Ao contrário de seus mentores fascistas europeus, Vargas não organizou nenhum movimento político para nele basear seu regime: não havia partidos políticos, não havia movimento do Estado Novo ou quadros governamentais. Skidmore (1982) reafirma: “O Estado Novo, entre 1937 e 1943 (quando Vargas começou a preparar-se para a volta às eleições), representou um hiato no desenvolvimento da política partidária, organizada em linhas classistas ou ideológicas”. Todos os grupos de alguma significação política haviam sido suprimidos ou dissolvidos.

Para Skidmore (1982) Vargas esperava assumir, para seu próprio proveito político, a direção das mudanças sociais e do crescimento econômico do Brasil. Por outro lado, o autor ressalta certo conformismo da população em geral, especialmente da classe média paulistana com a situação a qual se encontrava o País. Ele argumenta que “não havia solução democrática após a morte da República Velha, nos anos de ditadura o País passava por rápida modificação econômica e social que impossibilitava o retorno ao sistema político anterior a 1930”.

Percebia-se uma ânsia por um governo mais centralizado, especialmente proveniente das classes urbanas que não conseguiam obter, da elite política dominada pela agricultura, seus direitos de representação política. Este fato ajuda a explicar porque o Estado Novo começou e terminou com tensões sociais relativamente pequenas.

Ao fim do Estado Novo, as bases sociais da política mudaram irrevogavelmente. Experimentou-se no período a total centralização de poder em nível federal, já havia em 1937 indícios significativos de industrialização, houve grande aumento da população alfabetizada e blocos eleitorais em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Outro ponto marcante desse período foi o fortalecimento profundo do aparato de administração pública e crescimento da burocracia do Estado. Foram criados dois ministérios

importantes, Trabalho, Indústria e Comércio e também Educação e Saúde. O Estado passava a interferir diretamente na economia com o surgimento de atividades públicas na indústria, navegação e ferrovias. Vargas também foi pioneiro na implementação da previdência social e organização de sindicatos trabalhistas.

Essa virtude do período em desenvolver um aparato institucional carente no Brasil também foi bem utilizada pelo presidente em seu próprio proveito. Quanto maior o desenvolvimento da burocracia, maior era o controle de Vargas sobre a administração e o “empreguismo” serviu de moeda de trocar por apoio político.

Sumário Analítico 2

Momento 2: 1937 a 1943

Atores e Estratégias

Presidente Getúlio Vargas: Novamente sua motivação era permanecer no poder. Para se manter absoluto como ditador, num período relativamente estável, Vargas continuou em sua tática de execração da oposição e utilização de persuasão, bajulação e promessas de favores. Quanto aos opositores de direita, o presidente tinha uma idéia realista da dimensão do movimento integralista, graças a seus agentes, especificamente no que dizia respeito às intenções de Plínio Salgado, cujas declarações se referiam a dominar o Brasil, segundo Dulles (1967).

Por outro lado, Vargas sabia que seus opositores se encontravam por trás do regionalismo de alguns estados outrora poderosos, como Minas Gerais e São Paulo. Segundo Skidmore

(1982) o presidente se preocupou em substituir a liderança desses estados, além do também poderoso Rio Grande do Sul e do emergente Rio de Janeiro. Vargas neutralizou oligarquias políticas locais, utilizou manobras de desmoralização de seus opositores e assim, a oposição política no período foi totalmente inerte. O resultado foi o enfraquecimento de clãs políticos tradicionais e a criação de uma rede de alianças locais de orientação nacional.

Por outro lado, as mudanças administrativas e constitucionais do período tiveram como efeito a hipercentralização de poderes ao governo federal. Os instrumentos políticos também permaneceram os mesmos, utilização do Exército e dos famigerados “interventores” estaduais.

Exército brasileiro: Considerado o eixo de sustentação do regime ditatorial de Vargas, o Exército se manteve com os mesmos incentivos que o motivava há alguns anos atrás. Publicamente, se preocupavam com o interesse e segurança nacional, enquanto os Chefes do Comando gozavam dos poderes concedidos pelo ditador. Não havia mais a ameaça comunista, houve, de fato, contenções relativamente pequenas, especificamente em relação aos Integralistas, no entanto, as forças armadas serviram mais como ameaça aos que discordavam do regime. A situação parecia ser tão calma que Dulles (1967) cita: “a situação estava tão favorável ao regime de Vargas que, em fevereiro de 1939, Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior, comentou que tomaria suas primeiras férias em muitos anos”.

Partidos políticos: Inexistentes. O Estado Novo foi uma saída autocrática e não-partidária para a experiência política do Brasil e do subsequente impasse político de meados da década de 30. Vargas teve cuidado em não criar partido governista algum e o período não produziu nenhum partido político novo. O sistema não-político do Estado Novo ofereceu o veículo

perfeito para seus grandes talentos de conciliação e manipulação, que dependiam do contato altamente pessoal.

Oposição ao Presidente: No período a oposição ao ditador se compôs inicialmente pelos integralistas, cuja motivação estava em fazer parte do governo de Vargas, e pelos políticos estaduais, prejudicados pela política centralizadora do presidente que lhes retirava muito do poder concedido nas constituições anteriores.

Frustradas as expectativas dos integralistas de fazerem parte da coalizão do presidente, estes se rebelaram contra a ditadura estabelecida e foram rapidamente suprimidos pela força de Getúlio.

Modelo Teórico:

Tamanho de S: Outorgada a constituição brasileira de 1937, Getúlio estabeleceu a regra de que caberia ao presidente a promoção de um plebiscito para aprovar o texto, após tal aprovação, cabia ao presidente marcar a data para as eleições indiretas, destinadas a escolher os representantes do povo no Congresso Nacional. Segundo Dulles (1967) passado o tempo Vargas não demonstrava algum interesse em realizar tal plebiscito. De fato, a Câmara dos Deputados era composta de representantes escolhidos por líderes municipais (dez cidadãos eleitos por sufrágio direto, segundo Porto (1989)), com mandato de quatro anos. O Senado Federal se tornou Conselho Federal, com dois representantes de cada um dos 20 estados, mais dez indicados pelo presidente. Atendo-se aos fatos, percebe-se que o *selectorate* do período pós-golpe se compunha dos eleitores que poderiam escolher dez líderes municipais e estes escolheriam os representantes da Câmara dos Deputados, que não tinham influência

alguma na escolha do líder. Efetivamente, o *selectorate* não se distinguiu da *winning coalition*. Embora não mencionado no modelo teórico desenvolvido em De Mesquita *et al.*(2003), esse é o tipo de situação que em *winning coalition* e *selectorate* perfazem um grupo só. Os indivíduos que têm possibilidade de escolher e manter o líder são os mesmos que podem sustentá-lo no poder.

Tamanho de W: Remetendo-se novamente a Skidmore (1982), “de 1938 até fins de 1944, o Estado Novo repousou no apoio das forças armadas, a polícia de Vargas e a desorganização, a desmoralização e a debilitação da oposição”. Considerando que o presidente tinha poderes institucionais de trocar governadores por “interventores”, que as lideranças políticas e os partidos deixaram de existir e a “ameaça crível” imposta pelo apoio do Exército impedia-se o surgimento de movimentos organizados de oposição, constata-se que a estrutura dominante de 1937 se manteve. Um fato, porém, pode ter contribuído para um pequeno avanço no tamanho da *winning coalition*.

Este período marca o desenvolvimento administração pública brasileira. Foram criados Ministérios, empresas estatais e outros órgãos de gestão do poder público. Nesse período foi criado o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), segundo Skidmore (1982) este órgão tornou-se um instrumento importante para a melhoria dos padrões administrativos, mas também um meio pelo qual Vargas podia aumentar seu controle sobre a administração federal.

Ora, se o presidente aumentou o número de posições importantes em seu governo, foram necessários aliados para a ocupação dessas posições, portanto, aumentou-se o número de beneficiados trazidos pelo empreguismo de Vargas. Assim, constata-se um aumento gradual

da coalizão. A estrutura do regime autocrático permanece a mesma, mas o desenvolvimento econômico obriga o crescimento de W .

Previsões do Modelo: Se partirmos das constatações levantadas nos parágrafos acima, tem-se um cenário de involução do tamanho do *selectorate*, desde os momentos antecedentes ao golpe até 1943, por outro lado, tem-se uma pequena evolução no tamanho da *winning coalition*, determinado pelo desenvolvimento da máquina pública nesse período. Embora o fato de W permanecer pequeno tenha conseqüências de manutenção da estrutura de concessão de favores em troca de apoio político, a regra de lealdade prevista para o modelo se torna um pouco diferente.

A relação W/S determina a lealdade dos membros de W ao líder, se o tamanho de S é muito grande e o tamanho de W muito pequeno, o custo de oportunidade de não fazer parte do grupo de favoritos é tão grande que a lealdade dos membros da coalizão permanece incólume. Por outro lado, se S não é muito maior que W , o custo de sair do grupo de elite não é tão grande.

No período em questão, houve uma queda em S e um aumento, mesmo que pequeno, em W . Espera-se, pela teoria, que a lealdade dos membros da coalizão de Getúlio tenha caído na margem.

Por outro lado continuam as previsões teóricas de baixa provisão de bens públicos, baixo desenvolvimento econômico, e altos níveis de corrupção e carga tributária.

Equilíbrio: O período de 1937-1943 experimentou a dominação incontestada do ditador Getúlio Vargas. Com o aumento expressivo da máquina do Estado o presidente pôde se beneficiar do poder de barganha gerado pelo “empreguismo” e pelo poder de sua “benção

política” combinado com o combate ao regionalismo e oposicionistas, governou o Brasil no modelo autocrático com extrema facilidade.

4.1.4.4 - A Queda de Getúlio Vargas: 1943-1945

A guerra na Europa chegava a seu fim, o Brasil, após alguma hesitação no princípio, enviara tropas a favor dos aliados e via a derrocada do fascismo. Apesar de ter causado mudanças econômicas e de política externa, o período de guerra foi de calma em termos de política interna. No entanto, a sagacidade política de Vargas o fez perceber o óbvio: seu regime de ditadura não sobreviveria ao declínio do fascismo europeu.

Segundo Skidmore (1982) em 1943 Vargas começou a propor as bases de um novo movimento político, com previsão de reabertura do processo eleitoral. Prevendo tal fato, o presidente tratou de demarcar seu nicho político.

Inicialmente foi desenvolvida a legislação da previdência social à classe operária. Oficialmente, a tática populista inaugurada por Vargas era chamada de trabalhismo. Nova estrutura sindical foi montada sob forte controle do Ministério do Trabalho: mais um instrumento de “empreguismo” para converter adversários em clientes políticos.

O lastro político nos sindicatos foi então fortalecido, somente os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho eram considerados legais. À medida que a organização sindical aumentava o Ministério ficava em condições de colocar seus agentes em posição de liderança, excluindo assim comunistas e anarquistas.

O último ato na amarração política dos sindicatos foi o surgimento do imposto sindical, em que um dia de salário por ano é descontado de todos os trabalhadores. Obviamente, só as organizações sindicais reconhecidas oficialmente poderiam receber tal benefício.

A fundação de um partido trabalhista baseado na coalizão de sindicatos dominados pelo governo foi o meio de Vargas inaugurar sua terceira fase política, construindo a base para a última aparição como líder democrático, apoiado agora pelo movimento popular, proprietários rurais, industriais de São Paulo e a burocracia.

Voltando à sucessão dos fatos, ficava evidente, à medida que as tropas aliadas avançavam na Europa que o regime brasileiro não perduraria. Em 1944 surgem, por meio de relatórios de guerra enviados à presidência, as primeiras críticas dos oficiais em expedição na Europa: para eles era uma contradição lutar pela democracia enquanto seu próprio país vivia em ditadura.

Para Silva (1983) a entrada do Brasil no conflito ao lado dos Aliados deu aos opositoristas do regime mais uma oportunidade de manifestarem suas idéias antiditatoriais. O “Manifesto dos Mineiros”, panfleto criado por ilustres do estado de MG, representou o início dos protestos da opinião pública contra o regime.

A volta à democracia se anunciava. Em 10.12.1943 Getúlio prometeu que depois da guerra o País voltaria à democracia, mas em 1945 os protestos já começavam a atravessar as paredes da censura. Para Skidmore (1982) a ditadura começava a ceder território à oposição, a censura não conseguia mais conter as críticas. À medida que o controle se relaxava, mais ousados se tornavam os protestos a favor da democratização.

Segundo Dulles (1967) um claro sinal de que Getúlio perdia aos poucos o controle da situação foi a entrevista do ex-candidato à presidência da República pré-golpe, João Américo, contundente em oposição ao regime. O DIP, até então implacável órgão de controle da imprensa, nada fez contra o *Correio da Manhã*, jornal que publicou a entrevista. Daquele momento em diante teria se iniciado a orgia de liberdade, primeira desde 1937.

No dia 28.02.1945 Getúlio promulga um Ato Adicional à Constituição assegurando que dentro de 90 dias seria baixado decreto fixando a data das eleições. O primeiro candidato à

presidência surgiu neste momento: Brigadeiro Eduardo Gomes, representante dos constitucionalistas liberais o que mais tarde seria a União Democrática Nacional – UDN.

Em março, Getúlio, em coletiva à imprensa, a primeira desde 1937, defendeu as eleições mas foi evasivo quanto à sua candidatura. A indefinição política do ditador causava protestos públicos, a recém fundada UNE realizou grande comício no Rio de Janeiro. Em 11 de março Vargas acalma as hostilidades afirmando que não se candidataria. No dia seguinte surge o movimento para o lançamento da candidatura do Ministro da Guerra, Eurico Dutra, que logo se confirmou candidato.

À medida que aumenta a pressão contra o autoritarismo e Getúlio não se sente mais fortalecido como antigamente, novos relaxamentos vão ocorrendo. Em abril o governo anuncia anistia e liberta presos políticos, dentre eles o comunista Luis Carlos Prestes. O Partido Comunista é, então, legalizado e começam suas atividades políticas.

No dia 28.05.1945 decreto marca as eleições para 02.12.1945. Um novo partido, PSD anuncia apoio à candidatura de Dutra, que se demite do Ministério da Guerra, sucedido então pelo General Góes Monteiro.

Segundo Skidmore (1982), decorrida metade do ano, havia a certeza de que a volta das instituições democráticas estava próxima. Apenas agitações da esquerda e uma equívoca manifestação no palácio presidencial teriam gerado conturbações.

Em princípio de agosto, um grupo de adeptos de Vargas começou movimento no sentido de adiar as eleições presidenciais realizando, no lugar destas, eleições para a Assembléia Constituinte. O objetivo era redemocratizar o Brasil sob a égide de Getúlio. Obviamente a oposição defendia o contrário, eleições antes da nova constituição. De fato, essas duas opções representavam uma diferença crucial e havia a sombra do golpismo de 1937, embora Getúlio não fosse mais tão forte.

De fato, essa hipótese era apenas um anseio político dos correligionários que se beneficiavam do governo Vargas, no entanto, o que mais assustava era a posição dúbia do presidente em relação à situação: não encorajava, porém não tentou evitar o crescimento dos auspícios dos “queremistas”, que receberam essa alcunha devido ao refrão: “Queremos Getúlio!”.

Outro fato peculiar da trajetória política de Vargas que, depois de baixar o decreto destinado à redemocratização, se inclinou para a esquerda. Em junho de 1945 o presidente cria uma comissão autorizada a desapropriar qualquer organização cujos negócios estivessem sendo conduzidos de maneira lesiva aos interesses nacionais, o que foi batizado de “lei antitruste”. Era o começo do fim, a medida populista deixou furiosos os oposicionistas, pois dava poderes extraordinários a Ministros, e afetou interesses comerciais de industriais, particularmente, dos Estados Unidos.

No dia do aniversário da revolução de 30, um comício à frente do Palácio Guanabara acende os ânimos da oposição preocupada com o golpismo de Vargas. O presidente afirmou que não era candidato às eleições, mas acrescentou que o povo brasileiro tinha o direito de exigir uma assembléia constituinte e afirmou, também, que havia forças ocultas tentando barrar a chegada da nova constituição. Essa posição enigmática de Getúlio escondia sua verdadeira posição sobre as eleições.

Em outubro de 1945 cresce a desconfiança. Vargas baixa decreto antecipando a data das eleições estaduais e municipais para o mesmo dia das nacionais, no entanto, os titulares dos cargos que queriam ser candidatos tinham que se demitir dos respectivos cargos 30 dias antes das eleições. A oposição entendeu esse ato com temor de que os novos ocupantes dos cargos, nomeados por Getúlio, manipulassem as eleições em benefício do presidente.

Segundo Dulles (1967) Getúlio teria sido informado que Dutra estava organizando o Exército para evitar qualquer possibilidade de que as eleições fossem adiadas.

Para Skidmore (1982) essas intempestivas modificações eleitorais provocaram entre os oficiais das Forças Armadas grandes suspeitas. Obviamente, a oposição foi contra as medidas, com fortes manifestações da UDN.

Em 25.10.1945 Getúlio dá, o que para Skidmore (1982) foi seu passo mais audacioso, e considerado audacioso demais por parte dos generais do Exército: comunicou que João Alberto, então chefe da polícia do Distrito Federal, seria substituído por Benjamin Vargas, irmão do ditador e figura considerada medíocre e de baixa honestidade nos meios políticos.

João Alberto comunicou a decisão a Góes Monteiro, com quem tinha grande afinidade. Diante desse ato polêmico de Getúlio, Góes Monteiro mobilizou a opinião dos oficiais em prol do apoio a um golpe para depor o líder da ditadura.

A versão deste episódio para Dulles (1967) foi diferente do relatado por Skidmore (1982). De acordo com o primeiro, Vargas planejava nomear Henrique Dodsworth Ministro das Relações Exteriores de modo que João Alberto o substituísse como prefeito do Distrito Federal. A mudança interessava a João Alberto, que tinha suas ambições políticas. Como chefe da Polícia, Getúlio preencheria a vaga com a nomeação de Benjamim Vargas, simpático aos “queremistas”. Os militares consideravam o ato com tentativa de adiamento das eleições. Para Góes Monteiro, Getúlio faltava a todos os compromissos e estava dando o golpe somente para permanecer no poder.

Em 29.10.1945 Dutra foi ao Palácio apresentar um ultimato a Getúlio: retirar a nomeação do irmão ou enfrentar sua deposição pelo Exército. Vargas recusou, não convencido da ameaça militar. A essa altura, qualquer esforço de conciliação teria vindo tarde demais. Quando Dutra voltou com a negativa do presidente o Palácio já estava sitiado. O General Oswaldo Farias, antigo aliado de Vargas, foi comunicar ao ditador que seu período havia se encerrado. Qualquer resistência seria em vão.

Góes Monteiro assumiu toda responsabilidade pela deposição do presidente. Skidmore (1982) ressalta que a maneira que Vargas deixou o cargo foi importantíssima. O ditador não foi deposto pelo poder da oposição civil, mas sim por decisão do alto comando do Exército. Era um ato de força dos generais.

Para Silva (1983) o que motivou a queda de Vargas foi a articulação das forças que se opunham à sociedade de massas que ele fortalecia com seu populismo e o crescimento do Partido comunista, que nas eleições de 1945 elegeu 14 deputados federais e um senador.

Sumário Analítico 3

Momento 3: 1943 a 1945

Atores e Estratégias

Presidente Getúlio Vargas: Mais uma vez, Getúlio Vargas queria permanecer no poder. Conhecedor das mudanças políticas como ninguém, previu que a nova ordem internacional, com a vitória da democracia na guerra européia afetaria sua dominação, outrora estável e pacífica no Brasil. Inicialmente, criou seu nicho político ao mesmo tempo em que lançava, timidamente, as bases para a volta à democratização e viabilizava sua permanência como “líder democrático”. Dizia que não era candidato enquanto apoiava tacitamente uma assembleia constituinte sob seus auspícios. Segundo Dulles (1967), Getúlio teria dito, quando questionado se seria candidato, que preferia descansar a ter de governar com o Congresso de portas abertas. Ao final, carente da falta de apoio que o fortaleceu em outras

épocas, toma medidas eleitorais desesperadas, mas já sem efeito. Foi deposto e se exilou em São Borja, Rio Grande do Sul.

Exército brasileiro: Ao Exército preocupavam as manifestações de apreço a comunistas contidas no populismo de Vargas. Segundo Dulles (1967) após o pedido de demissão e saída de Osvaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores em 1944, Góes Monteiro anunciou que pediria demissão também quando soube da notícia em Montevideú. Vargas não aceitou e pediu que o General voltasse. Ele não gostaria da idéia de que o influente líder militar se unisse à oposição.

De volta ao Rio de Janeiro, Góes teria se reunido com o Ministro da Guerra, Eurico Dutra e definido a identificação com os ideais democráticos. Góes teria garantido que vários Generais queriam a volta de um regime constitucional para o Brasil. Dulles (1967) ainda afirma que no dia 1.11.1944 Góes disse a Getúlio que tinha intenções de acabar com o Estado Novo. Nesse instante, Vargas conheceu a opinião dos militares.

Caía o principal bloco de sustentação da ditadura de Getúlio Vargas: o apoio a Vargas foi substituído pelo apoio a líderes democráticos, especialmente porque os únicos candidatos a presidência eleita por vias democráticas eram representantes das forças armadas. Isto é, os militares não deixariam de comandar o País, agora com o frescor da legitimação pelas urnas.

Oposição ao Presidente: Com o relativo afrouxamento das amarras da ditadura a atividade política brasileira se fez ressurgir. Inicialmente, os constitucionalistas liberais reiniciaram o movimento que terminou por se tornar partido político, a União Democrática Nacional – UDN. Por outro lado, o movimento estudantil, com a UNE, teve seu início nesse período e o

Partido Comunista, com a libertação de Luis Carlos Prestes, retomou as atividades políticas, embora tenham tido simpatia ao trabalhismo de Vargas.

Modelo Teórico:

Tamanho de S: Embora esse período tenha representado a volta dos partidos políticos à cena eleitoral brasileira, com a criação da UDN, do Partido Social Democrático - PSD, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e a volta do Partido Comunista, não houve manifestações populares às urnas até o dia 02.12.1945. O *selectorate* era tão pequeno que se igualava à *winning coalition*.

Na eleição de 45, depois da queda de Vargas, os votos para deputados totalizaram 6.192.158, sobre uma população de 45.736.565 de pessoas, representando 14% do povo brasileiro. Houve avanço no número de pessoas com voz, entretanto, o *selectorate* ainda era pequeno no País.

Tamanho de W: Embora as instituições políticas oficiais da ditadura não tenham mudado, o período de guerra mundial reequilibrou as posições institucionais brasileiras. A antiga formação da *winning coalition* de Vargas com altos membros do Exército, governadores estaduais e o seleto grupo de dirigentes da burocracia não se sustentou.

A grande perda de Vargas foi o apoio armado do Exército: diante do crescimento populista do presidente, e a ameaça de avanço do comunismo, especialmente porque o Brasil iniciou relações diplomáticas com a Rússia Soviética, os militares, como relatado acima, mudaram sua posição para uma atitude democrática, aproveitando a situação militar das eleições. Enfim: trocaram de *winning coalition*.

Getúlio ainda buscou formar outra *winning coalition*. Para Dulles (1967) seguindo conselhos de Francisco Campos, autor da Constituição de 1937, fazendo oposição ao próprio governo que ele representava. De um governo totalitário, ligado ao ideário integralista e repressor do comunismo em outros tempos, Vargas passou a cativar as massas com o populismo oficial do Ministério do Trabalho: sabia que sua *winning coalition* estava enfraquecida e tentou substituí-la por uma nova. Obviamente, para compensar a perda de um General influente como Góes Monteiro Vargas teria que ter centenas de milhares de manifestantes “queremistas” pelas avenidas do Distrito Federal pregando a seu favor.

Assim, nesse período Vargas perde a grande sustentação de sua *winning coalition*, num período sem eleições, o apoio militar garantia o regime.

Previsões do Modelo: No período de estudo, o Brasil permaneceu sob a égide da estrutura institucional de pequena *winning coalition*, que acabava por formar o *selectorate*. É a já citada situação em que os dois grupos de fundem em um só.

No entanto, não se trata aqui de uma situação de grande benefício social. Segundo De Mesquita *et al.* (2003), em ambientes democráticos, de grandes *selectorate* e *winning coalition*, quanto mais a coalizão se aproxima, em tamanho, do *selectorate*, maior será a provisão de bens públicos em detrimento da provisão de favores privados aos membros da sustentação do líder no poder. Tal hipótese se justificaria pelo grande número de componentes de *W*, quanto maior o número de componentes nesse grupo, mais custoso é manter a provisão de bens privados, o que favorece uma maior ênfase em bens públicos. Na situação apresentada no governo Vargas, o *selectorate* se iguala à coalizão, porém ambos os grupos eram mínimos em relação à população brasileira à época. Portanto, não se caracteriza a relação benéfica de *W* e *S* grandes apontados por De Mesquita *et al.* (2003).

Por outro lado, as transformações institucionais desencadeadas pelo cenário internacional levaram ao momento que, em De Mesquita *et al.* (2003), dá-se o nome de regra de deposição. Do Capítulo 1 deste trabalho, tem-se que tal regra pode ser assim enunciada: o desafiante deve ter o trabalho de tirar alguns membros da coalizão do líder atual deixando-a menor que *W*. Além disso, ele deve montar sua própria *winning coalition* com pelo menos *W* membros. Feito isso, caso o líder não consiga repor a perda de membros da *winning coalition*, será deposto.

Ora, no Brasil dos momentos finais do Estado Novo, Getúlio perde a medula espinhal de sua *winning coalition*, os únicos membros insubstituíveis da coalizão representados pelos Generais Góes Monteiro e Eurico Dutra. A partir do momento que os líderes militares viram na volta da democracia uma estratégia mais proveitosa (dados que os candidatos presidenciais também eram militares), Getúlio tentou substituir essa perda de *winning coalition* pelo clamor populista nas palavras dos “queremistas”. Para ilustrar bem essa passagem, Dulles (1967) conta a seguinte ocorrência:

Na Argentina, no ano de 1945, os trabalhadores marchavam pelas ruas de Buenos Aires, numa demonstração de poder tão efetiva que os militares antiperonistas, que tinham prendido Perón, não puderam evitar a sua entrada vitoriosa em Buenos Aires, no dia 17 de outubro. Batista Luzardo, embaixador brasileiro em Buenos Aires, narrou os acontecimentos a Getúlio, que os contou a Góes Monteiro, referindo-se ao “poder das massas”. Mas o General fez o presidente silenciar com o comentário de que não tinham sido as massas que haviam trazido Perón de volta ao poder, mas sim os militares peronistas.

Diante da perda qualitativa que a *winning coalition* de Vargas se deparou, o caminho não seria outro se não o enunciado na regra de deposição.

Equilíbrio: Diante dos incentivos demonstrados pelos principais agentes desse modelo, o presidente Vargas e os militares, representados pelos Generais Góes Monteiro e Eurico Dutra, o equilíbrio foi a deposição do líder e, até então, ditador, passando a história brasileira a desfrutar da abertura democrática novamente. Nesta rodada do jogo o astuto Vargas escolheu as estratégias erradas (populismo e ameaça de “continuismo”) enquanto os detentores do poder responderam com a estratégia que garantiu a manutenção da primazia militar (apoio a instrumentos democráticos, já que os candidatos do processo eram todos militares). Os vencedores receberam como *payoff* a permanência no poder, ao perdedor, o resultado do jogo lhe trouxe o exílio em São Borja.

Considerações finais

Dentro do período de estudo, desde os momentos pré-golpe até o fim do Estado Novo tivemos três momentos diferentes para as previsões do modelo de *Selectorate Theory*: no primeiro, a lealdade em prol do golpe consubstanciada na *winning coalition* formada pelo presidente, militares, congressistas e governadores estaduais. No segundo momento, o apogeu do estado novo, considerou-se que a *winning coalition* permaneceu coesa e pequena como anteriormente, no entanto, o desenvolvimento brasileiro teria levado a um pequeno crescimento da coalizão, com a ascensão da burocracia governamental. No terceiro momento, a derrocada de Vargas veio com a deserção dos membros mais importantes da coalizão da ditadura, os militares viram a proposta de mudança democrática como um ganho e levaram Getúlio à deposição.

As previsões para uma estrutura como esta, já retratadas neste capítulo, são a permanência de apoio ao líder, sob ganhos privados de uma pequena elite satisfeita provendo

lealdade. Prevê-se, nesse caso, que a provisão de bens públicos é mínima, com efeitos negativos para o desenvolvimento econômico e bem-estar da população.

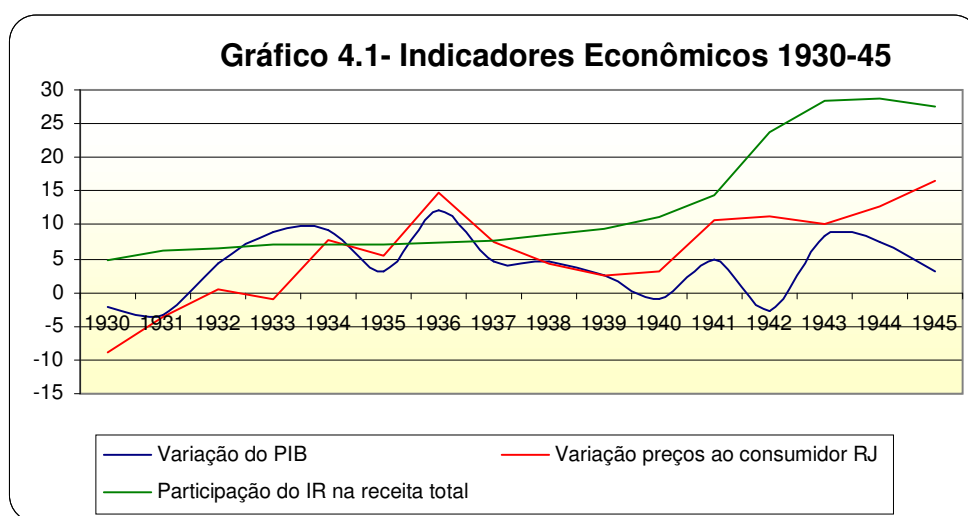
Em termos de instituições políticas e sucessão de líderes, o modelo teórico explicou satisfatoriamente os fatos da história brasileira. A regra de lealdade dos membros da *winning coalition* permaneceu incólume até um reequilíbrio institucional dar a opção aos principais membros da coalizão de terem ganhos maiores sob uma nova estrutura. Há, nessa transição uma quebra de argumentos da *Selectorate Theory*. A teoria prega que a regra de lealdade prevalece porque os desertores em potencial não têm certeza sobre as preferências dos desafiantes, não sabem se farão parte da nova coalizão.

No caso da ditadura brasileira, os militares tinham certeza de que permaneceriam no poder, dada sua força e o fato dos dois candidatos à presidência serem membros das Forças Armadas. A influência do General Góes Monteiro sobre o grupo de oficiais importantes era tamanha que seu “apoio tácito” representava condição indispensável para a permanência de qualquer presidente, haja vista o pedido de “não objeção” de Vargas a Monteiro nas eleições de 1950.

Quando passamos às previsões econômicas o modelo se enfraquece. Vargas foi responsável por uma era inovadora na economia brasileira, até então exportadora de *commodities*, especialmente o café. A industrialização surgiu de fato no País, pela combinação de dois efeitos, segundo Abreu (1990) pela substituição espontânea de importações e a intervenção direta do Estado na economia.

Com o advento da guerra e o colapso da capacidade de importação brasileira o País aumentou sensivelmente sua produção de bens manufaturados e matérias-primas, especialmente porque nesse período houve crescimento de investimentos diretos por meio de empresas estatais, notoriamente a Companhia Siderúrgica Nacional, instalada por Vargas em Volta Redonda.

Quanto à provisão de bens públicos, dessa época datam as primeiras fixações de salários mínimos, criação do aparelho sindical e institutos de previdência. Com dados retirados de Abreu (1990), temos um quadro-resumo de indicadores econômicos do período em que Getúlio governou:



Pelo gráfico pode-se perceber que o crescimento econômico brasileiro, indicado pela variação do Produto Interno Bruto, foi relativamente bom, atingindo patamar maior que 10% em 1936, embora os primeiros anos de governo tenham sido afetados pela crise mundial de 1929.

Como um exemplo de provisão de bens públicos, os esforços pela estabilidade de preços esteve presente no mandato do ditador, as políticas de contenção da inflação não obtiveram grande sucesso, no entanto, embora não ser possível estimar o quanto, o ato de empenhar esforços em conter preços, por si só, contradiz a hipótese de que governos de *winning coalition* pequena provêm baixo nível de bens públicos, ainda mais se compararmos aos exemplos mundiais de governos que se mantêm no poder graças à imposição das Forças Armadas.

Por final, temos a participação do Imposto de Renda na composição total da receita pública brasileira. Percebe-se que desde 1930 até 1942 esta relação permaneceu estável. Obviamente,

após a entrada do Brasil na guerra em 1942, os patamares do IR aumentaram. Pode-se dizer, assim, que por este indicador não houve expropriação da sociedade por parte do Estado, embora os governantes possam utilizar outros meios de fazê-lo. Entretanto, não há indícios de ganhos pessoais ilícitos na complexa biografia de Getúlio Vargas.

Portanto, revela-se pela análise dos fatos históricos do período Vargas que a *Selectorate Theory* se mostrou instrumento de grande valia para modelar as questões políticas de sucessão e permanência de líderes no poder, no entanto, falhou nas considerações econômicas que partem da lógica teórica. O quadro-resumo abaixo sumariza a trajetória de Vargas em seu primeiro período de governo:

Quadro-Resumo 1: Vargas Ditador

Período	S	W	Equilíbrio
Pré-golpe: 1935 a 1937	Representava aproximadamente 3% da população brasileira.	Compunha-se de quase todos os governadores brasileiros, o comando do Exército e 70% dos parlamentares. Era um grupo mínimo.	Com S pequeno e W mínimo o modelo prevê alta lealdade e provisão de bens privados aos membros da coalizão. O equilíbrio se deu com o golpe que estabeleceu o Estado-Novo.
Estado Novo: 1937 a 1943	Após o golpe a sociedade brasileira perdeu seu direito na escolha do líder. O selectorate se confunde com o grupo de pessoas que forma W.	Manteve-se praticamente o mesmo grupo do período pré-golpe. No entanto, com o desenvolvimento da burocracia brasileira considerou-se um pequeno avanço no número de beneficiados políticos.	Percebeu-se uma queda no tamanho de S e pequeno avanço no tamanho de W. A dominação de Getúlio foi incólume no período, no entanto, dadas as variações institucionais pode-se considerar um decréscimo marginal na lealdade dos membros da coalizão.
Queda de Getúlio: 1943 a 1945	Manteve-se o mesmo do período anterior.	Houve perdas significativas na	Com a perda na coalizão o destino de

	Novamente pôde-se considerar que <i>S</i> se resumia aos membros de <i>W</i> .	coalizão de Vargas. A mais relevante, o Exército, foi determinante para sua queda.	Getúlio foi a regra de deposição.
--	--	--	-----------------------------------

4.1.4.5 - Período 2: Introdução

Derrubado o ditador, assume a presidência o presidente do STF, José Linhares, que tentou fazer um governo não-político, no entanto, perseguiu as agremiações comunistas invadindo-lhe escritórios.

A queda de Vargas deixou profundas conseqüências no cenário político brasileiro, a sombra de sua personalidade estava sempre presente. Por outro lado, a queda do regime autoritário deixou uma lacuna na ordem legal do País. Uma nova constituição se fazia necessária e os partidos políticos teriam que ser oficialmente fundados e fortalecidos.

Politicamente, a herança de Vargas deixou claro o contraste entre a classe eleitoral formada nos centros urbanos desenvolvidos e as camadas de características coronelistas da República Velha nos grotões do País.

Segundo Skidmore (1982), a política brasileira estava dividida em dois grupos principais: os “de dentro”, grupos que haviam apoiado Vargas e se beneficiado dele durante o Estado Novo e representavam forte grupo eleitoral a ser herdado pelos partidos políticos. Os “de fora” representavam-se por excluídos do poder desde 1937, especialmente os constitucionalistas liberais.

Vargas construiu sua rede política baseada em três grupos principais que formavam os “de dentro”: o primeiro, os políticos e burocratas que tinham se beneficiado do empreguismo do

regime; o segundo grupo, proprietários de terra que prosperaram sob o domínio de Vargas, assim como banqueiros e homens de negócio. Esses dois grupos se identificaram com o PSD, partido esse sem posição ideológica. O terceiro grupo era formado pelos trabalhadores urbanos aos quais Vargas dedicou a legislação da previdência social e sua organização paternalista. Identificavam-se com o PTB e com o movimento “queremista”, a queda do ditador dividiu o partido.

Os “de fora” se compunham basicamente dos constitucionais liberais que formavam a UDN e pelos comunistas. Estes últimos ressurgiram quando da abertura democrática, ajudados pela posição soviética no combate ao totalitarismo na Europa. Contudo, surpreenderam ao dar apoio ao continuísmo de Vargas, sua estratégia era tentar ganhar tempo para reorganizar a marcha visando as eleições.

O Brasil voltava, então, a ter eleições livres. Ambos os grupos, os “de dentro” e os “de fora” apresentaram candidatos militares de alta patente. Dutra, embora fosse um candidato inexpressivo, recebeu o apoio do PTB e venceu as eleições. O General pregava a continuação das realizações de Vargas, sem a roupagem totalitarista e recebeu um tímido apoio do ex-ditador.

Nas eleições de 02.12.1945 Dutra obteve 55% dos votos válidos. No Congresso, o fato que surpreendeu foi a expressiva votação dos candidatos comunistas: O PSD conseguiu 42% dos votos, seguido pela UDN com 26%, PTB com 10% e o PCB com 9%, de acordo com os dados publicados em Skidmore (1982).

O novo Congresso se uniu em Assembléia Constituinte para debater os projetos constitucionais. Em setembro de 1946 é promulgada a nova constituição brasileira contendo como características marcantes as eleições livres e a garantia aos direitos civis, sem o sistema descentralizado da República Velha. O eleitorado se compunha agora dos alfabetizados e excluía-se os convocados para as forças armadas: resultado, mais da metade da população brasileira não podia se manifestar politicamente.

O governo Dutra se iniciou com a pretensão de ser apolítico, tinha membros da UDN em seu gabinete e o General Canrobert Pereira da Costa, anticomunista declarado, como Ministro da Guerra.

Em dezembro de 1946 Vargas rompe abertamente com o governo. Eleito senador pelo PSD gaúcho, estava organizando o PTB sulista e conclamava os brasileiros a se alistarem no partido. Segundo Skidmore (1982), sua estratégia, já antiga, era manter um pé em cada campo, esperando, desta forma, uma larga margem de apoio a um retorno político.

A maior oposição ao governo Dutra, no entanto, partia do partido comunista. Alguns movimentos violentos tiveram de ser contidos e o presidente mandou demitir todos os funcionários públicos conhecidos como membros do PCB. A essa altura, a força dos comunistas avançava fortemente e o PCB se consolidava como quarto partido político brasileiro.

Dutra decide, então, usar a repressão: incluiu-se na constituição emenda que previa a possibilidade de impedimento de partidos políticos “antidemocráticos” participarem abertamente das eleições. Em 1947 o PCB é declarado fora da lei por decisão judicial, atitude abertamente apoiada pelo Exército. O governo ainda utilizou a mesma tática para minar líderes trabalhistas de esquerda, intervindo em 143 sindicatos. Com efeito, o desaparecimento do PCB transformou o PTB no maior grupo de esquerda do Brasil.

4.1.4.6 - A volta de Vargas

Mal havia Dutra entrado no palácio, os admiradores de Vargas começaram a manipular a candidatura deste as eleições de 50. O ex-ditador ainda desfrutava de grande prestígio político, elegeu-se senador por dois estados nas eleições de 45: São Paulo e Rio Grande do Sul. Aceitou tomar posse pelos gaúchos e trabalhou nesses primeiros anos de mandato Dutra sem grandes

alardes. De fato, o ex-presidente entoava não guardar rancor das derrotas políticas anteriores, segundo Skidmore (1982), queria assumir a posição de estadista escolhido pelo povo.

Em 1949 a estratégia conciliadora de Vargas começa a dar frutos. Utilizando-se de sua astúcia política, transformou a imagem de ditador em democrata, ao mesmo tempo em que trabalhava para dinamizar o PTB como oposição ao governo Dutra.

O ex-presidente trabalhava com afinco pelo PTB, conclamava os brasileiros a se alistarem no partido e aderirem ao nacionalismo trabalhista, logo o partido se firmou como forte oposição ao governo Dutra. No entanto, Getúlio era senador pelo PSD, o partido do atual presidente. Assim, baseado na inserção nesses dois partidos, Getúlio viabilizou sua volta política.

A tática usada para sempre ganhar nesse jogo político era manter a lealdade dos velhos caciques políticos no interior, através do PSD, ao mesmo tempo em que conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB. Segundo Skidmore (1982), Getúlio abusava das táticas populistas tendo por instrumento o trabalhismo, versão mais moderada da filosofia social do Estado Novo.

Outra força eleitoral imprescindível para Getúlio era o apoio do também líder populista, Ademar de Barros, governador de São Paulo. Ademar tinha sob sua guarda um partido inteiro, o PSP, muito bem infiltrado no interior paulista. Vargas sabia que precisava do apoio do líder paulista e este tinha suas ambições presidenciais, no entanto, Ademar considerava aquele momento muito cedo para testar sua força política nacional. O apoio a Getúlio implicitamente significaria a recíproca nas eleições futuras.

Finalmente, não poderia deixar de haver a consulta aos generais militares para legitimar uma eventual vitória de Vargas nas urnas. Segundo Skidmore (1982) dos dois pilares que mantiveram Getúlio no poder e da mesma forma o retiraram de lá, Dutra era o presidente rigidamente correto, Góes Monteiro, sem posição formal no comando do Exército, não perdera a influência como chefe militar, altamente respeitado dentro da classe dos oficiais.

Consultado sobre a eventual candidatura de Vargas, Góes não levantou nenhuma objeção, garantiu que a posse seria assegurada em caso de vitória, desde que se respeitasse a constituição e os direitos imposteráveis dos militares. No entanto, convidado por Getúlio a participar da campanha, Góes negou alegando que havia se comprometido a apoiar o candidato escolhido por Dutra e o PSD.

O cenário eleitoral estava montado. Vargas, então, oficializou-se candidato indicado pelo PTB e PSP. Já o PSD, abrigo de vários getulistas do passado, indicou Cristiano Machado, político mineiro sem ressonância nacional.

Dutra almejava colocar um sucessor, queria calar as duras críticas que Vargas destilava contra seu governo. Segundo Skidmore (1982), no entanto, o presidente foi ingênuo e relativamente ineficiente na negociação com caciques do PSD, encantados pelas promessas de Vargas. A falta de sagacidade política do militar, combinada à baixa popularidade de Machado em nível nacional resultou em uma campanha inexpressiva, obtendo relevo apenas em Minas Gerais. Já em outros estados, entendimentos com o PSD local asseguraram apoio tímido a Machado, quando não, o apoio tácito a Vargas.

Já a UDN voltou a indicar Eduardo Gomes, candidato de 1945. Como estratégia política Gomes combatia as atividades populistas do governo anterior, chegando a defender o repúdio à lei do salário-mínimo. Por final, aceitou o apoio do último resquício integralista no Brasil, o PRP – Partido de Representação Popular.

Na campanha eleitoral ocorreu tudo como Vargas havia planejado. Os rivais divididos entre dois candidatos inexpressivos, incapaz de focarem em apenas um candidato para se opor ao ex-presidente. Por outro lado, este último formou uma formidável aliança, entre forças políticas novas e velhas do Brasil.

Chegadas as eleições de 3.10.1950 Vargas saiu vitorioso, segundo Skidmore (1982), com 48,7% dos votos. No entanto, a campanha vitoriosa do ex-ditador, agora líder democrático, fez surgir uma grande dívida eleitoral. A maior delas com Ademar de Barros, governador de São Paulo, somente neste estado Getúlio obteve 25% de sua votação nacional, Ademar tinha agora voz no governo populista. Outro débito getulista era dedicado ao PSD, cujos líderes antigos cederam seu apoio a Vargas. Já o PTB teria sido utilizado apenas como instrumento eleitoral de Vargas, a reboque de uma coalizão política de curta duração.

Sumário Analítico 3

Momento 4: Retorno de Vargas ao poder

Atores e Estratégias

Getúlio Vargas: O ex-ditador queria voltar ao poder. Para tal, usou estratégia brilhante de se refugiar no próprio estado enquanto firmava a base de seu partido político, o PTB, utilizado como instrumento para a ascensão à presidência. Nesse período de resignação, manteve a interação com os líderes políticos tradicionais do País, agora agremiados no PSD, partido pelo qual Getúlio era senador. Iniciado o processo de definição eleitoral no Brasil, Vargas se uniu a outra liderança populista importante, aclamada no estado mais populoso do País, Ademar de Barros, cuja ajuda era imprescindível para Getúlio voltar ao poder. Com o PTB representando forte oposição ao governo Dutra, foram amarradas as alianças com os velhos caciques do PSD e, para legitimar o processo, foi concedido o “nada contra” dos generais

militares. O sucesso dessa estratégia garantiu a volta do ex-ditador ao posto que ocupou por 15 anos, agora como líder democrático.

Ademar de Barros: Proveniente de antiga família paulista, Ademar fora interventor de Vargas em São Paulo de 1938 a 1941, segundo Skidmore (1982). Misturando empreguismo generoso com grandes obras públicas foi adepto do famoso “rouba mas faz”. Para chegar ao governo de São Paulo construiu acordos eleitorais com comunistas e se infiltrou fortemente na classe operária, o que acordou a ira dos militares.

De acordo com o autor supracitado, Ademar tinha abertas pretensões presidenciais, no entanto, achava que 1950 era cedo para testar sua aceitação nacional. Sua estratégia foi apoiar Getúlio, conseguir popularidade no governo Vargas, ganhando, no futuro, dois pontos extras para a chegada á presidência: Receberia o apoio da máquina estatal e da figura de Getúlio ao mesmo tempo em que retirava do páreo um adversário de peso, já que a reeleição não era permitida à época.

Exército: Os militares se preocupavam em garantir a legalidade nesses primeiros anos de retorno à democracia. No entanto, a “não objeção” dos comandantes influentes do Exército, principalmente do General Góes Monteiro, representava apoio imprescindível aos planos de retorno político de Getúlio. Nesse período as ações militares se resumiram a garantir a legalidade das eleições presidenciais.

PSD: O partido não teve uma unidade de atuação, portanto, seus objetivos devem ser divididos entre dois grupos. A primeira facção do partido, relacionado com centros urbanos mais desenvolvidos seguiu a indicação presidencial de Dutra e apoiou Cristiano Machado,

candidato mineiro. A segunda facção do partido, baseada no interior do País e centros menos desenvolvidos era formada por antigas lideranças políticas outrora beneficiadas pelos privilégios concedidos pelo ditador Vargas e, a despeito da indicação formal do partido, foram determinantes para a volta política de Getúlio.

Adversários de Vargas: Os candidatos escolhidos pelos dois partidos concorrentes à eleição ambicionavam chegar à presidência brasileira, no entanto, como oposição a Vargas facilitaram sua estratégia. Inicialmente porque os dois candidatos dividiram os votos antigetulistas, segundo dados de Skidmore (1982) a soma dos votos dos dois candidatos correspondeu a 51,2% dos votos válidos para presidente. Ora, se UDN e PSD houvessem focado em apenas um candidato, Vargas poderia não ter chegado à presidência tão facilmente. Por outro lado, Eduardo Gomes, candidato da UDN, se comprometia com medidas antipopulares e sem expressão, não conhecia os anseios do povo brasileiro. Já Cristiano Machado concentrou sua campanha na Região Sudeste, especialmente em Minas Gerais, onde era mais conhecido e não se tornou um nome de relevo nacional.

Modelo Teórico:

Tamanho de S: Com dados obtidos do IUPERJ, no endereço eletrônico http://www.iuperj.br/pesquisa_bancodedados.php, tem-se que o *selectorate* de 1950 correspondia a 16% da população, obtidos pela divisão dos votos totais para a Câmara dos Deputados (a análise com votos para presidente dá o mesmo resultado) pela população brasileira daquele ano. No ano de 1945 esse grupo correspondia a 14% da população, percebendo, assim, uma evolução no número de indivíduos aptos a escolher suas lideranças.

Tamanho de W: Em termos eleitorais, segundo os dados do IUPERJ supracitados, Vargas precisou dos votos de 7% da população brasileira para se eleger presidente. No entanto, uma análise mais calma do que realmente representa a *winning coalition* pode diminuir ainda mais essa proporção. Ora, a *winning coalition* representa o grupo político que efetivamente tem as condições de levar um líder ao poder e, assim, mantê-lo na condição de liderança, as 7,8 milhões de pessoas que votaram em Vargas representam o valor máximo que podemos atribuir a *W*, no entanto, o grupo de indivíduos imprescindíveis para levar o líder à vitória representa número menor. Para Vargas sagrar-se presidente pelas vias democráticas sua efetiva coalizão se compôs inicialmente de seu nicho eleitoral, o trabalhismo representado pelo PTB. Incontestável foi a participação de Ademar de Barros e sua liderança pessoal no estado de maior população do Brasil, como citado acima, um quarto da votação nacional de Getúlio proveio de São Paulo. Outro fator predominante para a vitória foi a astuta costura política desempenhada por Vargas para firmar alianças com as antigas lideranças do PSD ao mesmo tempo que esse partido tinha candidato próprio à eleição. Finalmente, sem a participação direta de outrora, mas com o consenso necessário, os militares também formam essa coalizão. Assim, da união dessas forças tem-se 7% dos votos brasileiros e muitas dívidas eleitorais a serem pagas no mandato subsequente de Getúlio.

Embora essa coalizão pareça pequena em níveis nacionais, ela se agiganta quando comparamos com os períodos em que Getúlio governou sem a benção do voto popular. Enquanto em 1950 Vargas necessitou da ajuda de um vasto grupo político, lideranças nacionais, a máquina trabalhista, e os votos de 7% dos brasileiros, na década de 30 foi necessária apenas a força de Generais e dos principais grupos ligados ao poder para a chegada e permanência no poder.

Previsões do Modelo: Getúlio chegara ao poder novamente, pela primeira vez por meio do voto popular. No entanto, para obter essa vitória foi necessária a cooptação de um grande número de aliados para a formação da *winning coalition*. Em termos de modelagem, Getúlio representou o *challenger* que forma sua própria coalizão (Ademar de Barros e PTB) e também consegue diminuir a coalizão do líder (velhos caciques do PSD) fazendo, assim, com que o líder seja deposto.

Por outro lado, tem-se nesse momento uma coalizão muito mais heterogênea e representativa do que Getúlio tinha desde a revolução de 30, a escolha indireta e o golpe militar. Não se pode esquecer também do aumento do *selectorate*, embora esse grupo ainda fosse relativamente pequeno no Brasil.

Portanto, de acordo com o modelo de *selectorate theory*, diante de uma estrutura institucional diferente da experimentada em outros momentos, Vargas governaria com maior ênfase na provisão de bens públicos do que teve nos outros governos. Ter-se-ia menor nível de corrupção e menor carga tributária. Outra previsão teórica importante é a regra de lealdade concebida nesse novo mandato: Em relação ao último momento de Vargas no poder, temos um aumento significativo da *winning coalition* e um crescimento menor do *selectorate*, lembrando que, na ausência de qualquer tipo de eleição, o *selectorate* era do mesmo tamanho que a *winning coalition*.

No momento em que Getúlio chega ao poder, o *selectorate* é representado por 16% da população brasileira, e a *winning coalition* teve um crescimento brutal se comparada ao número de integrantes da coalizão nos tempos de Estado Novo. Ora, o cenário político no Brasil em 1950 é outro se compararmos aos tempos de ditadura:

Primeiro, em tempo de ditadura há informação imperfeita quanto ao tempo de mandato do líder, enquanto em uma democracia (com o Exército comprometido com a legalidade) sabe-se o tempo de mandato do presidente. Por outro lado, a coalizão agora é muito maior, o número de indivíduos que recebem favores governamentais cresce absurdamente. Assim, em nosso modelo de *selectorate theory* quando W cresce muito e S cresce pouco, com informação perfeita sobre o tempo de mandato, temos uma queda na lealdade dos membros de W para com o líder. Portanto, de acordo com a teoria, Getúlio Vargas teria que ser muito mais eficaz em sua costura política nesses novos tempos do que quando governava sob a proteção de um grupo de generais.

Equilíbrio: Assim, configurou-se um novo equilíbrio com as interações estratégicas entre os agentes da cena política nacional em 1950. Vargas desenvolveu novamente uma estratégia brilhante para a escalada ao poder, no entanto, com características diferentes. O voto popular fez ressurgir o grupo dos *selectorate* e a costura política necessária à vitória demandou maiores dívidas eleitorais e um número maior de representantes de W . Quanto à estabilidade deste equilíbrio, espera que seja menor que os demais, dado que a relação W/S , ou seja, os membros da coalizão tendem a ser menos leais.

4.1.4.7 - Nova era Vargas

Como levantado anteriormente, pela primeira vez Vargas chegava ao topo do poder brasileiro através do voto direto. A escolha de seu gabinete ministerial refletia o quão heterogênea era sua *winning coalition* naquele momento. Segundo Skidmore (1982), ao PSD, partido do ex-presidente Dutra, foram entregues os ministérios mais importantes, Fazenda, Relações Exteriores,

Justiça, Educação e Saúde. O PTB, instrumentos de Vargas para vencer as eleições, conseguiu o Ministério do Trabalho, fortalecendo assim as relações com os sindicatos. O PSP de Ademar de Barros abocanhou o Ministério de Viação e Obras Públicas, excelente meio para utilizar o empreguismo e as ações populistas. Até mesmo a UDN recebeu graças no governo Vargas, o candidato derrotado nas eleições ao governo de Pernambuco havia apoiado Getúlio e foi agraciado com o Ministério da Agricultura. Já no Ministério da Guerra, foi escolhido o General Estillac Leal, líder da ala nacionalista do corpo de oficiais.

Como um todo, a estrutura social brasileira contrastava muito com a sociedade que Vargas presidiu na década de 30. As classes sociais predominantes já não eram as mesmas, o processo de urbanização e industrialização era marcante e três novos setores ganharam representatividade definitiva, os industriais, a classe operária dos grandes centros e a classe média urbana. Percebeu-se, neste momento, a influência política do estabelecimento de diretrizes econômicas, principalmente as relacionadas ao desenvolvimento.

Segundo Skidmore (1982) na sua estratégia de campanha Vargas levou em consideração as marcantes diferenças causadas pelo desenvolvimento desigual do País nos vinte anos anteriores. Vencera as eleições apelando para os interesses diversos e contraditórios desses vários setores e classes. Ao chegar ao poder focou no processo de aceleração da industrialização e diversificação da economia brasileira. No entanto, a industrialização integral não era possível, ao passo em que se fazia necessário administrar problemas econômicos de curto prazo.

A economia brasileira passava por situações difíceis tanto internamente, causadas pela inflação crescente e tensões sociais sobre a estratégia de desenvolvimento, quanto externamente, diante de pressões no Balanço de Pagamentos e a necessidade de se evitar déficits crônicos.

A despeito da discussão sobre estratégias econômicas entre ortodoxos, nacionalistas desenvolvimentistas e nacionalistas extremados, Vargas tomou a posição de nacionalista

desenvolvimentista. Ao tomar as decisões sobre as principais diretrizes econômicas de longo prazo, levou em consideração o apoio americano, consubstanciado pelos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que levou à criação do BNDE, o banco brasileiro de desenvolvimento.

No campo político, Getúlio assumira a presidência do Brasil democraticamente e ansiava por desarmar a oposição a seu governo. Tinha como vantagem o apoio de grande parte da elite política brasileira à época, pronta a cooperar com a nova Era Vargas.

Segundo Skidmore (1982) Vargas presidia dessa vez um sistema político mais aberto e fluido, os votos dos coronéis do interior decresciam de valor enquanto o eleitorado urbano continuava a aumentar rapidamente. A situação política dos anos 30 também havia mudado. Enquanto naquela época governava-se com o apoio de políticos de centro e direita e, fundamentalmente, dos militares, no mandato democrático Vargas teria que conviver com a implacável oposição da direita e uma atuação neutra do Exército, na melhor das hipóteses.

A Câmara dos Deputados refletia a situação do cenário político. Na mistura de forças políticas o PSD detinha 112 cadeiras, a UDN 81, o PTB possuía 51 e o PSP, de Ademar de Barros, 24. As oito cadeiras restantes estavam divididas entre os partidos menores, de acordo com Skidmore (1982). A grande maioria da classe política se perfazia de centristas indecisos quanto a pontos fundamentais das diretrizes políticas.

O gabinete ministerial, como levantado anteriormente, demonstrava heterogeneidade como meio de garantir o apoio de tantos setores políticos quanto possível.

O primeiro desgaste político do governo recém-eleito se deu antes mesmo do início do mandato. Segundo Fausto (2001), a UDN, antigetulista como razão de ser, tentou barrar a posse de Vargas sob a alegação de que na Constituição de 1946 previa-se vitória ao candidato que obtivesse maioria absoluta de votos. O pleito foi levado ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Por sua vez, os militares permaneciam comprometidos com a “legalidade” e declararam respeito à decisão do TSE, que proclamou a vitória de Vargas e Café Filho.

Segundo Skidmore (1982), uma vez no poder, Vargas estudou a situação e resolveu tentar o impossível, trazer seus velhos inimigos para perto dos favores governamentais. Durante 1951 e 1952 utilizou um grupo de “coordenadores” destinados a trazer a UDN para o governo. A intenção era fortalecer o apoio a Vargas entre a classe média urbana, que crescia em importância eleitoral.

Os movimentos conciliadores entre Getúlio e a UDN fracassaram em seu propósito. No entanto, tiveram efeitos negativos dentro do próprio grupo político do presidente. O ato conciliatório de Vargas serviu para levantar a oposição de alguns líderes do PTB, cuja insatisfação contra Vargas se tornou óbvia em 1951 com a renúncia do Ministro do Trabalho, Danton Coelho, membro do partido.

Por outro lado, o esforço dos “coordenadores” motivou a revolta também do PSD, que temia uma perda de influência caso a UDN ingressasse no governo. Em 1952 a tática de conciliação com a UDN ruiu definitivamente.

Em termos de votos no Congresso e nas urnas a não conciliação com a UDN não significou muito, no entanto, a presença de Vargas no poder não era bem vista por membros da UDN e certos militares de patente inferior em contato com Carlos Lacerda, militante antigetulista que se incorporou ao partido. Para eles o retorno de Getúlio significava o não funcionamento da democracia no Brasil.

Embora descontentes com a volta de Getúlio, os oficiais de patentes inferiores eram minoria no corpo de oficiais. Góes Monteiro, líder da classe dos generais, já havia dado a não objeção à candidatura de Vargas e sua posse não estava em perigo de veto pelo Exército.

No entanto, a “permissão” militar estava longe de ser incondicional. Getúlio teria que continuar a justificar seus atos perante o corpo de oficiais. Para Skidmore (1982) a manutenção do apoio militar seria tão importante quanto o apoio dos políticos civis e do público.

Um indicador da opinião dos oficiais brasileiros eram as eleições para o Clube Militar, formado por oficiais do Exército, e no começo de 1950 o General Estillac Leal, simpático ao nacionalismo de esquerda, foi consagrado vencedor.

Vargas direcionou seu apoio à ala nacionalista do Exército, escolhendo Estillac Leal como seu Ministro da Guerra. Para Skidmore (1982) o presidente errou em considerar que esta era a ideologia dominante entre os generais. Dulles (1967) afirma que o presidente escolheu Estillac Leal por considerar que este detinha influência nos oficiais de patente inferior, no entanto, os principais dirigentes do Clube Militar acusavam Estillac Leal de manter relações com esquerdistas.

Infelizmente para Getúlio, o ano de sua eleição foi também o ano em que a Guerra Fria se transformou em conflito armado entre os EUA e a Coreia do Norte. O agravamento do conflito entre os dois principais blocos mundiais teve efeito imediato sobre o Exército brasileiro.

Por ter sido o único país latino-americano a enviar tropas para a 2ª Guerra Mundial, a lealdade de oficiais brasileiros para com os americanos ainda estava viva. Como consequência, as discussões sobre o nacionalismo assumiram significado político muito maior do que se estimava. Para Skidmore (1982) o fator de agravamento dos ânimos foram as ações do Partido Comunista, que a partir de 1950 adotou uma posição agressivamente antiimperialista, tentando identificar o nacionalismo econômico de Vargas com o antiamericanismo.

Dentre os oficiais do Exército havia alguns que compartilhavam da posição nacionalista estremada dos comunistas e se manifestaram contra a atuação dos EUA na guerra. Houve forte choque de opiniões já que grande parte do corpo de oficiais apoiava a atuação americana.

Assim, diante desse impasse entre nacionalistas extremistas e moderados, o Ministro Estillac Leal se tornou alvo de uma campanha por parte dos oficiais de oposição, que recusavam a posição moderada, simpática ao comunismo, do Ministro da Guerra.

Para Skidmore (1982) o debate entre os oficiais tornou-se tão exasperado e a posição ganhou tanto terreno que Estillac Leal foi forçado a demitir-se do Ministério da Guerra em março de 1952.

Vargas colocou em seu lugar o General Ciro do Espírito Santo Cardoso, que defendia os propósitos da ala nacionalista dos oficiais.

No Clube Militar, Estillac Leal foi pressionado a candidatar-se novamente à presidência e o fez, contra a chapa de oposição, encabeçada pelo General Alcides Etchegoyen. A campanha eleitoral foi de âmbito nacional. Os partidários de ambas as chapas pregavam seu ponto-de-vista entre os oficiais das principais regiões militares.

A maioria da imprensa, que era antigetulista, apoiava Etchengoyen. Nas eleições de 1952 este último venceu com o dobro de votos de Estillac Leal, decretando uma derrota surpreendente para a ala nacionalista.

A derrota era também de importância crucial para os projetos próprios de Vargas. Skidmore (1982) afirma que, como presidente, Getúlio só poderia permanecer no cargo se mantivesse o apoio da maioria da opinião militar. O nacionalismo, na forma de Estillac Leal, recebeu grande repúdio dos oficiais, o que refletia as verdades políticas do setor civil.

Para chegar à presidência, Vargas se utilizou do nacionalismo combinado a práticas populistas. Nem no setor civil ou no militar o nacionalismo conseguiu apoio para se tornar uma maioria. Do ponto-de-vista de Vargas, esse era um fato importante, mas não decisivo. A sua estratégia política em meados de 1952 ainda visava a conseguir e manter o apoio de tantas classes e setores quanto possível.

Outra questão que povoou fortemente os interesses políticos à época se refere ao nacionalismo econômico como estratégia de desenvolvimento. O mote central da discussão foi a lei de criação da Petrobrás e conseqüente monopólio estatal sobre o petróleo, medida que dividia opiniões. Segundo Dulles (1967) o projeto de lei desenvolvido por Getúlio criava a Petrobrás mas mantinha a concorrência na extração petrolífera no Brasil, entretanto, foram os congressistas da UDN que, num arroubo nacionalista, introduziram a exigência de monopólio da estatal.

Se por um lado o nacionalismo inspirava setores emergentes da sociedade brasileira, como a classe operária e os industriais, por outro lado trazia aos setores tradicionais a percepção de que o nacionalismo de Vargas atraía ampla faixa de opinião pública e o temor da organização dos operários. Ao redor do tema, antigetulistas assumidos, como Carlos Lacerda, atacavam o nacionalismo como sendo instrumento de subversão que Getúlio utilizava para manter no poder sua rede de parceiros políticos corruptos.

Vargas se via num dilema, tentava ajustar sua estratégia destinada a manter o apoio de diferentes classe devido a necessidade de garantir maioria no Congresso e no eleitorado. No entanto, quanto a questões inflacionárias o presidente não mais poderia misturar medidas ortodoxos com o populismo nacionalista.

A inflação agravava as tensões sociais pois afetava a distribuição de renda, de modo que o grupo que mais sofria com o aumentos dos preços era a classe operária urbana. Desde 1943 não havia sido dado qualquer aumento no salário mínimo, o primeiro aumento veio em 1951, o que pouco cobriu a variação recente dos preços.

Durante o governo Dutra os protestos de trabalhadores foram calados pela política de governo que intervinha em sindicatos, expurgava suas lideranças inclusive fechando o Partido Comunista. Vargas, por sua vez, propositadamente permitiu o retorno do poder dos líderes operários mais radicais. Conseqüentemente, estes se organizaram para protestar por melhores salários.

Assim, as tensões sociais criadas pela inflação cresceram de proporção no segundo e terceiro anos de Vargas presidente. Quaisquer medidas antiinflacionárias poderiam provocar a oposição de todos os setores da economia, embora fosse necessário que ações sérias deveria ser implementadas.

Sumário Analítico 4

Momento 5: Primeiros anos do governo democrático

Atores e Estratégias

Getúlio Vargas: O presidente havia conseguido voltar ao poder, mas o cenário encontrado pouco se assemelhava com as facilidades de governar da época antidemocrática. Por outro lado, constantes são os relatos bibliográficos de que Vargas não detinha o mesmo vigor e motivação para persuadir adversários e ousar em atos políticos. Diante do arcabouço institucional encontrado, as novas regras do jogo, Getúlio tentou uma estratégia de governo heterogêneo, haja vista a formação do gabinete ministerial. Governos heterogêneos podem funcionar bem, desde que se tenha uma brilhante coordenação política entre os interesses diversos.

Vargas pecou na atuação conciliadora entre as forças políticas, ao tentar trazer a UDN para o governo, e conseqüentemente receber o reconhecimento da classe média urbana, o presidente enfraqueceu sua sustentação política, estimulando a revolta do PTB e PSD, partidos de sustentação do governo.

Por outro lado, Vargas também errou ao direcionar apoio à ala nacionalista do Exército. Por considerar que Estillac Leal detinha influência sobre a classe de oficiais inferiores, até então o único foco de oposição nas forças armadas, o presidente errou, o que foi demonstrado com a derrota maciça de Leal nas eleições do Clube Militar. Nesse instante Getúlio se enfraqueceu mais, perdendo apoio entre os civis e os militares.

Exército: Havia entre os membros da oficialidade o medo latente da ameaça comunista chegar forte ao Brasil. A discussão entre nacionalistas e defensores da participação americana elucidou esse fato. A derrota de Estillac Leal nas eleições para o Clube Militar deixou claro que para a maioria dos oficiais a posição correta seria o favorecimento aos interesses dos EUA e o fortalecimento do anticomunismo, uma resposta forte ao crescimento das atividades do getulismo em benefício à classe operária.

UDN: Os udenistas eram antigetulistas antes de qualquer coisa. Ao encararem a possibilidade de fazer parte do governo e obter os benefícios das relações com o presidente negaram. Tinham em mente uma campanha vitoriosa nas eleições de 1955 que valeria mais que uma participação como coadjuvante no governo getulista, claramente desacreditado nos principais meios de comunicação da época.

Modelo Teórico:

Tamanho de S: O tamanho do *selectorate* permaneceu o mesmo, dado que não houve eleições nesse período de 1951 e 1952 ou mesmo qualquer mudança significativa na legislação eleitoral. Em 1950 16% da população, entre homens e mulheres, era alfabetizada e

compunha o grupo que detinha condições institucionais de se manifestar quanto à liderança do País.

Tamanho de W: Getúlio Vargas experimentava pela primeira vez o gosto amargo de se governar diante de uma coalizão inchada e heterogênea. Diante dos fatos, percebemos que a *winning coalition* do governo democrático era formada inicialmente pelos partidos da base aliada, notadamente PTB, PSD, PSP somados ao apoio tácito dos generais do Exército. A partir dessas lideranças provinha a força sindical de Vargas, como uma extensão do PTB e a classe operária, juntamente aos demais eleitores, formou o conjunto que levou Getúlio à vitória política em 1950.

No entanto, ao examinarmos a situação de equilíbrio do momento em que Getúlio é eleito, percebemos uma característica inerente a estruturas institucionais como esta em que o novo presidente se defrontava. Uma coalizão grande, com um *selectorate* que cresceu pouco, tende a resultar em baixa lealdade da *winning coalition*.

Diante do exposto, o que se viu nos primeiros anos do governo Vargas foi a perda de membros da coalizão em consequência das estratégias equivocadas do Presidente. Vejamos, ao tentar trazer os udenistas ao poder, Getúlio despertou a ira de membros do PTB e PSD. Ao escolher apoiar a facção nacionalista do Exército, pensou ter sob controle a maioria das forças armadas, entretanto, esta facção provou não ser a de maior destaque entre os oficiais. Finalmente, Getúlio perdia aos poucos o apoio do PSP, já que Ademar de Barros tinha uma estratégia aberta de intenções presidenciais.

Governar em um mandato de grande coalizão, com perda de membros ao longo do tempo, impediu Vargas de tomar as medidas manipuladoras que fazia parte de seu *portfolio* de ações políticas. Dulles (1967) traz uma passagem que retrata esse fato, com a dificuldade

enfrentada por Vargas para colocar a máquina administrativa trabalhada a seu favor, como já fizera antes:

“havia muitos projetos de lei nos quais Vargas estava interessado, mas poucos foram aprovados pelo Congresso. Um dos que se encontravam pendentes era um ambicioso projeto de reforma administrativa, que extinguiu órgãos inúteis e criava alguns Ministérios novos, para dirigir as atividades de repartições que dependiam diretamente do Presidente”.

Assim, ao iniciar o governo com um arcabouço de grande coalizão e regra de lealdade fraca, Getúlio inaugurou a fase democrática de sua biografia passando por maiores dificuldades de governar do que encontrara em sua fase ditatorial.

Previsões do Modelo: A situação dos dois primeiros anos do governo democrático se caracteriza pela coalizão maior relativamente aos anos de ditadura, no entanto, com sintomas de perda de integrantes para outros grupos políticos. De acordo com a *Selectorate Theory*, ao se deparar com governos de coalizões grandes os líderes terão maiores ganhos se optarem por uma política de provisão de bens públicos, já que, pelo grande número de membros de *W* e uma restrição orçamentária fixa, a provisão de bens privados se torna menos eficaz. Notadamente, ao perceber a perda de membros de sua *winning coalition* o modelo prevê maior provisão de bens públicos por parte de Getúlio para tentar compensar a debandada da elite política com ganhos de apelo popular.

Equilíbrio: Esta fase da história de Vargas não se caracteriza por um equilíbrio. O governo de coalizão grande de Vargas passava agora por um momento de transição. Definido o

tamanho da base necessária a manter o presidente no poder, os fatos e estratégias políticas mostraram que os primeiros anos de Vargas experimentaram uma transição de indivíduos que saíam da coalizão procurando *payoffs* mais proveitosos em outros setores.

4.1.4.8 - Últimos momentos de Vargas

Certo de que eram necessárias medidas enérgicas para conduzir a estabilização de preços, Vargas reorganizou todo seu gabinete ministerial, de junho a julho de 1953. Era uma tentativa de reavivar o prestígio declinante do presidente. Com os novos ministérios veio a nova tática política de Getúlio. Para o Ministério do Trabalho foi indicado João Goulart, protegido do presidente no PTB do Rio Grande do Sul que consubstanciava a tentativa de conseguir apoio total do eleitorado operário.

No entanto, segundo Fausto (2001) o governo não conseguiria controlar inteiramente o mundo do trabalho. A liberalização do movimento sindical e os problemas decorrentes da alta do custo de vida levaram a uma série de greves em 1953. O movimento representou uma derrota para o getulismo em São Paulo. Diante da situação Vargas focou atenções no seu último refúgio político.

Tal atitude se explicava porque Getúlio precisava de cobertura política para a implementação de um novo plano de estabilização. Uma vigorosa posição pró-operária ajudaria a fornecer essa cobertura. Por outro lado, Vargas estava pensando na sucessão presidencial de 1955.

Segundo Skidmore (1982) “o fracasso de suas tentativas de conciliação com o centro, em 1951 e 1952, enfraquecera sua posição política, a na verdade precária desde o início, em razão da coligação necessariamente heterogênea que o elegera”.

Ademar de Barros, o apoio mais importante na campanha de 1950, lançara abertamente sua candidatura e esperava o apoio presidencial como pagamento de dívida de campanha. No entanto, Getúlio não queria abdicar do controle de sua própria sucessão.

A nomeação de um político que tinha a reputação de colaborar com os comunistas e outros líderes operários militantes sinalizava o final da cautela de Vargas em relação à política salarial e questões de interesse público geral. Embora proveniente de família rica, não ligado necessariamente às causas dos operários, João Goulart representava uma figura suspeita para a classe média. Por parecer um novo passo para influenciar o proletariado, sua nomeação alarmou os industriais, os eleitores da classe média e os militares de inclinação conservadora. Para eles, Goulart estava ligado à ameaça de um regime sindicalista do tipo que Perón havia criado na Argentina. Segundo Dulles (1967) os principais jornais brasileiros, no dia da posse de Jango, já o acusavam de antagonizar os dirigentes de sindicatos independentes, promovendo agitações e greves, numa tentativa de organizar as forças sindicais do Brasil em algo semelhante à Confederação Geral do Trabalho da Argentina, principal apoio político de Perón. Alguns jornalistas teriam previsto um golpe por “elementos próximos a Vargas”.

A nova estratégia política de Vargas se baseava no esforço para mobilizar a classe operária sem afastar os industriais. Os trabalhadores pediam aumentos salariais enquanto os industriais pressionavam o governo para manter a política creditícia que havia possibilitado o surto industrial entre 1948 e 1952. Portanto, quando as medidas de estabilização fossem implementadas a estratégia política não perduraria por muito tempo.

A situação econômica brasileira requeria cuidado, a despeito da inflação crescente, o País se via com problemas no Balanço de Pagamentos, resultando em grande atrasos comerciais no fim de 1952. Além disso, já em 1953 presenciou-se um declínio das atividades industriais. Com novo

gabinete ministerial se inicia a nova política de estabilização baseada em medidas restritivas de crédito e controle cambial.

Esse período também marca a mudança de atitude do governo americano em relação à ajuda financeira ao Brasil. O novo presidente americano, Eisenhower, suspendeu as linhas de cooperação entre os dois países, inclusive a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, outro ponto conflitante foram as ações brasileiras em relação ao monopólio sobre o petróleo, a despeito dos interesses financeiros dos americanos.

No ambiente político nacional, a classe média crescia em número e importância. Um fato que demonstrou a insatisfação deste setor com os rumos da política brasileira foi a inusitada eleição para prefeito em São Paulo, onde Jânio Quadros, professor desconhecido, conseguiu esmagadora vitória prometendo restituir a honestidade na administração pública.

Em dezembro de 1953 Getúlio marca mais sua posição nacionalista atribuindo as dificuldades econômicas do Brasil à má-fé dos estrangeiros. Na verdade, o presidente necessitava de apoio político para as amargas medidas antiinflacionárias.

Já no início de 1954 não se viam resultados dos esforços estabilizadores. O aumento do custo de vida provocava protestos públicos de trabalhadores na busca por aumentos salariais. Havia plena convicção entre governo e empresários de que um aumento se fazia necessário, no entanto, a porcentagem desse aumento permanecia em discussão. Para os empresários, principalmente os paulistas, um acréscimo no salário mínimo deveria recuperar exatamente o aumento medido no custo de vida.

Corria a especulação de que João Goulart proporia um aumento de 100% no salário mínimo, além do mais, havia o incômodo com a situação criada por este, que não se opunha a movimentos de greve e protestos por todo os País.

No fim de janeiro de 1954 veio a público um memorial levado por um grupo de coronéis ao Ministro da Guerra protestando contra os baixos salários. Para Skidmore (1982) “era um sinal de que Getúlio não poderia mais desdenhar a opinião da oficialidade”. O memorial afirmava que o Exército estava ameaçado por uma “inegável crise de autoridade”. A possibilidade de um aumento de 100% no salário mínimo traria a remuneração de um operário para perto de um oficial militar, o que definitivamente alteraria o *status* da posição militar. Segundo Dulles (1967) com o aumento, o salário mínimo corresponderia à remuneração de um Segundo-Tenente do Exército.

O descontentamento da oficialidade com Getúlio refletia o descontentamento de toda a classe média, insatisfeita com o favorecimento de apenas “certas classes ou grupos”, de acordo com Skidmore (1982), referenciando-se ao possível ganho do proletariado.

No dia 22 de fevereiro, finalmente João Goulart publicou relatório propondo aumento de 100% no salário mínimo. Segundo Skidmore (1982) em sua justificativa culpou os “exploradores da miséria popular” e seus “lucros exagerados e anti-sociais” pela inflação galopante. No dia em que Jango apresentou sua exposição de motivos foi destituído do cargo. No intuito de recompor a situação política, Getúlio substituiu o Ministro da Guerra e o Ministro do Trabalho.

Skidmore (1982) sumariza a situação da seguinte forma:

“As reformas ministeriais de 22 de fevereiro representaram uma importante concessão feita pelo presidente. Mas ainda, demonstraram um sinal de fraqueza política. Jango tinha sido a chave da nova estratégia política que Getúlio adotara ao nomeá-lo Ministro do Trabalho, em junho de 1953. Destituindo-o agora, face ao crescente número de opositores, tanto civis como militares, Getúlio deixava entrever um sintoma da sua perda de controle sobre a situação”.

Logo após a saída de Jango, Getúlio dá a entender que não daria os 100% de aumento, especulava-se um acréscimo de 42%. Com a substituição do Ministro, a oposição perdera o principal alvo de ataques e, portanto, o novo alvo seria o próprio presidente. Num dos mais fortes ataques veio a denúncia do ex-Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, de que Vargas alimentava esperanças de formar um Estado sindicalista inspirado na Argentina peronista.

A UDN tentou remover Getúlio legalmente, com um pedido de *impeachment* ao Congresso. Vargas ainda detinha o apoio do PTB. Quanto o PSD, embora não apoiasse o presidente, sabia que caso este último caísse seria aberto espaço para a subida da UDN. Não conseguindo por meios legais, o único jeito de retirar Vargas da presidência era a ação dos militares, porém, o Exército ainda não estava convencido de que o presidente constituísse ameaça às instituições democráticas do Brasil.

Getúlio deu sua resposta política desesperada: em primeiro de maio de 1954 aumentou o salário mínimo em 100% e ainda discursou proferindo rasgados elogios a João Goulart. Por um lado, Vargas conquistou o apoio de toda a classe operária, por outro, sacramentou as desavenças com a classe média, industriais e militares, dado o efeito inflacionário do aumento. Para Skidmore (1982) a atitude representou um erro político: “sua estratégia era imprudente, devido à situação política brasileira uma vez que os grupos marginalizados estavam em melhor posição para mobilizar a oposição do que os trabalhadores para mobilizar o apoio ao governo”.

Nesse instante já havia mobilizações para a deposição do presidente, até mesmo entre correligionários das forças militares. Segundo Skidmore (1982) em toda carreira, Getúlio detiveram o talento pessoal de persuasão e poder de manipulação, entretanto, nesses tempos difíceis os amigos e colaboradores notavam que ele parecia envelhecido e cansado. Numa tentativa de calar o principal crítico do governo, Carlos Lacerda, um desses colaboradores de Getúlio tentou executar o opositor sem sucesso. O resultado político da ação não poderia ser pior.

No dia 22 de agosto, um grupo de oficiais da Aeronáutica lançou um manifesto, assinado por vários generais do Exército, exigindo a renúncia do presidente. Getúlio recusou-se a renunciar. No dia seguinte, uma junta de 27 generais exigiu a saída de Getúlio. O próprio Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, convenceu-se de que o afastamento de Vargas seria definitivo.

Getúlio manteve a promessa de que somente sairia morto do cargo. Em 24 de agosto suicidou-se deixando uma inflamada carta de suicídio. Até em sua morte Vargas agiu politicamente, a reação popular surpreendeu seus oponentes, jornais oposicionistas tiveram caminhões de entrega incendiados, Carlos Lacerda teve que fugir do País face à violenta reação popular. O tumulto nas ruas e protestos públicos contra adversários do ex-presidente deram nova vida à popularidade de Getúlio Vargas.

Sumário Analítico 5

Momento 6: Últimos momentos de Vargas

Atores e Estratégias

Getúlio Vargas: Getúlio já sentia a precariedade de sua situação. Acuado pela oposição forte dos udenistas, ataques da maioria da imprensa e do implacável crítico Carlos Lacerda, o presidente tentou refúgio no último grupo que lhe dava apoio, a classe operária e os trabalhadores em geral. Sua tentativa mais desesperada foi o aumento de 100% no salário mínimo que garantiu o apoio total do proletariado mas, como bem salienta Skidmore (1982), levantou a ira de classes mais organizadas, que tinham acesso aos instrumentos oposicionistas, a classe média, os industriais e oficiais militares.

Embora considerado como pessoa pública extremamente honesta e isenta de participação em esquemas de corrupção (Skidmore (1982) e Dulles (1967)), Getúlio se viu rodeado de escândalos, dos quais o maior foi a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda.

Diante da situação de falta de sustentação do governo só lhe restava a deposição pacífica como melhor opção. No entanto, preparou sobriamente seu suicídio e último golpe político.

Exército: Vários foram os fatores que levaram o apoio tácito do Exército no início do governo democrático de Vargas a se tornar oposição ferrenha no final trágico do período. Inicialmente, houve um erro estratégico do presidente em apoiar a facção que depois se mostrou não ser a dominante entre os oficiais. Os nacionalistas tinham conotação antiamericana, que por sua vez traziam a pecha do comunismo, identificado com o populismo proletário de Vargas. A derrota de Estillac Leal no Clube Militar foi a primeira indicação da insatisfação da classe em relação a Getúlio. Outro ponto que minou a relação de Getúlio e os militares foi a perda gradual de *status* à carreira militar que Getúlio impôs em seu governo, culminando com o Manifesto contra o governo assinado por coronéis.

Todos esses fatores talvez não fossem suficientes para impor a deposição do Presidente da República, aos militares davam alto valor a condição de porta-vozes da legalidade e constitucionalidade, entretanto a seqüência de denúncias de corrupção por membros do governo levou a revolta dos militares se concretizar em desejo formal de destituição do Presidente.

UDN: Continuou como oposição ferrenha à Getúlio. Os líderes tentaram alcançar o poder a qualquer custo. Segundo Dulles (1967) foram os udenistas, outrora ligados a concepções

econômicas liberais, que transformaram a lei de criação da Petrobrás em concessão de monopólio estatal sobre o petróleo, quando o nacionalismo econômico estava em moda no País. Em 1954 tentaram pedir o *impeachment* de Getúlio, mas não tiveram sustentação política para tal. Ao final, quando tudo se encaminhava para a conquista de vitória política dos udenistas, Vargas dá sua cartada final ao suicidar e conseguir todo o apoio popular de volta à sua pessoa.

Partidos da base do governo: Os membros dos partidos aliados, inicialmente formados por PTB; PSD e PSP, foram aos poucos se escasseando à medida que Vargas perdia o controle. Ademar de Barros já havia abertamente declarado suas intenções presidenciais, e, desde que não conseguiu o apoio de Getúlio à causa, se distanciou do governo. Quando da tentativa de *impeachment* de Vargas levada a cabo pela UDN pôde-se perceber o quanto escasso era o apoio ao presidente. Para os políticos do PSD uma saída de Vargas em tais condições seria vista como uma vitória dos udenistas, com influências fortes sobre a sucessão, portanto, não apoiaram a causa oposicionista. Quanto ao PTB, apesar dos atritos gerados por estratégias políticas equivocadas, Getúlio ainda dispunha de influência sobre a maioria do partido.

Modelo Teórico:

Tamanho de S: O tamanho de *S* em agosto de 1954 continuava o mesmo de 1950, já que não tivemos eleições nesse período. No entanto, para as eleições para a Câmara dos Deputados no mesmo ano foram contabilizados votos totais para 17% da população brasileira. Um avanço de 1% no tamanho do *selectorate*.

Tamanho de W: A *winning coalition* de Getúlio desfaleceu em seus últimos momentos. Com o fortalecimento das denúncias de corrupção dentro do governo federal, e enfraquecimento de Getúlio perante a opinião pública, os setores de apoio ao presidente se omitiram ou mesmo pediram sua deposição. Os militares deixaram de contribuir com o apoio tácito para se declararem opositores, dos partidos que formavam a base de sustentação, apenas o PTB permaneceu junto a Vargas em seus últimos dias. Em tentativa desesperada de fortalecimento direcionou todos os seus esforços para ganhar apoio das classes populares o que, de fato, conseguiu. Entretanto, os populares não tinham condições de mobilização que pudesse sustentar o presidente no poder frente à desaprovação dos militares, classe média e industriais.

Previsões do Modelo: O cenário para a *selectorate theory* assim se constituiu. Com o crescimento da *winning coalition* devido à mudança constitucional democrática foi alterada a regra de lealdade em relação ao líder, assim como mudou a ênfase do líder na provisão de bens. Nos tempos de ditadura a ênfase se dava em prover bens privados, nos tempo democráticos seria em bens públicos.

Analisando os fatos narrados pelos historiadores políticos, percebeu-se o desfalecimento da *winning coalition* de Vargas ao mesmo tempo que o presidente se refugiava nos benefícios aos populares, na tentativa de obter força política do povo.

Assim, Vargas encontrou seu destino enunciado pela regra de deposição preconizada pela teoria. Quando o líder não consegue manter sua coalizão é abatido pelo desafiante fortalecido pelo apoio de membros da antiga *winning coalition*, que vislumbram ganhos maiores no futuro com o desafiante no poder. A *Selectorate Theory* sumarizou corretamente a trajetória política de Getúlio no Brasil.

Equilíbrio: Diante dos fatos narrados e a perda dos membros da coalizão, que se tornaram opositoristas, o equilíbrio desse modelo se deu com a deposição do presidente de seu cargo. No entanto, o suicídio estrategicamente elaborado de Getúlio garantiu a curta duração desse momento.

Considerações Finais

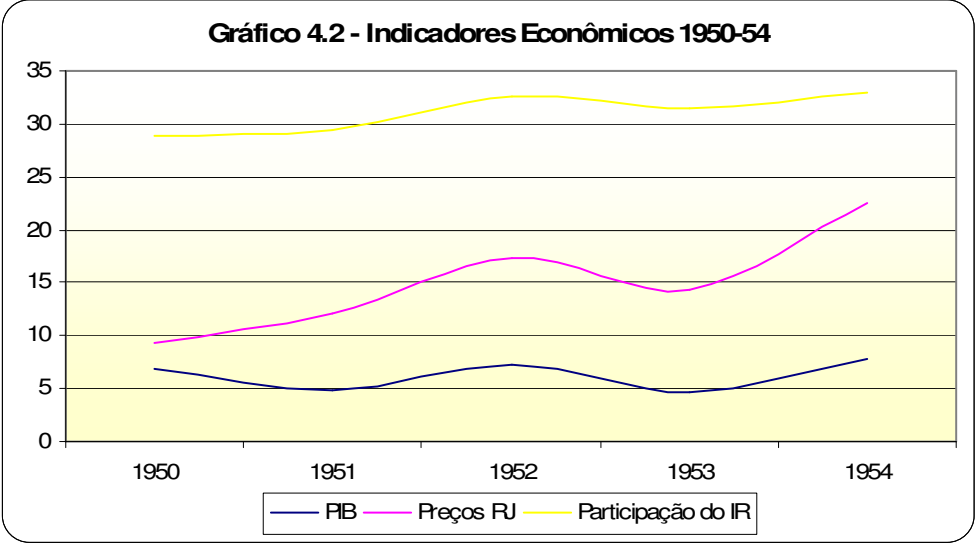
Ao observar a trajetória política de Getúlio Vargas em seu governo democrático levantou-se que o presidente chega ao poder em um governo heterogêneo, trazido por uma coalizão muito maior do que a experimentada nos tempos de Estado Novo. Os efeitos teóricos dessa estrutura institucional, de acordo com a *Selectorate Theory*, seriam a ênfase na provisão de bens públicos por um lado, acompanhada de uma regra de lealdade fraca por outro lado. O quadro abaixo sintetiza a trajetória democrática de Vargas assim como o seu fim trágico.

Quadro-Resumo 2: Vargas Democrata

Período	S	W	Equilíbrio
Volta de Vargas	Representava aproximadamente 16% da população brasileira.	Coalizão gigantesca se comparada aos tempos de ditadura. Se compunha dos partidos aliados, do apoio tácito do Exército e da base sindical.	O equilíbrio se caracterizou por um período de transição. Diante do aumento de W o modelo previu a queda na lealdade, as atitudes equivocadas do presidente precipitaram a perda de alianças.
Governo Democrático: 1937 a 1943	Após o golpe a sociedade brasileira perdeu seu direito na	Manteve-se praticamente o mesmo grupo do período pré-	Percebeu-se uma queda no tamanho de S e pequeno avanço

	escolha do líder. O selectorate se confunde com o grupo de pessoas que forma W .	golpe. No entanto, com o desenvolvimento da burocracia brasileira considerou-se um pequeno avanço no número de beneficiados políticos.	no tamanho de W . A dominação de Getúlio foi incólume no período, no entanto, dadas as variações institucionais pode-se considerar um decréscimo marginal na lealdade dos membros da coalizão.
Últimos momentos: 1943 a 1945	Manteve-se o mesmo do período anterior. Novamente pôde-se considerar que S se resumia aos membros de W .	Houve perdas significativas na coalizão de Vargas. A mais relevante, o Exército, foi determinante para sua queda.	Com a perda na coalizão o destino de Getúlio foi a regra de deposição.

Na ordem econômica, conforme o Gráfico 4.2 abaixo, com dados reportados de Abreu (1990), percebe-se um crescimento econômico satisfatório no período, com média de crescimento de 6,3%. Em termos de carga tributária, também se percebe que não houve aumento significativo, dado que o segmento crescente da curva é acompanhado pelo crescimento do PIB brasileiro. O fato econômico determinante à época foi o crescimento da inflação, alcançando o patamar dos 20% em 1954. O crescimento dos preços orientou as diretrizes de política econômica do governo democrático de Vargas, de modo que as substituições políticas nos ministérios foram feitas visando à estabilização. Assim, pode-se dizer que Getúlio empenhou-se fortemente na provisão desse bem público.



Considerando as previsões do modelo pode-se afirmar que no ambiente institucional de W grande a provisão de bens públicos foi significativa. Por outro lado, de acordo com a literatura utilizada nesse trabalho sobre a história política do período, a provisão de bens privados a membros próximos da coalizão governista foi abundante. Os casos de corrupção que se multiplicaram no governo dos últimos anos de Vargas foram o principal instrumento para a insubordinação das Forças Armadas contra o governo democrático.

Do ponto-de-vista político, o modelo de *Selectorate Theory* explicou bem os fatos históricos brasileiros. Inicialmente, Getúlio inicia seu governo com W grande graças à heterogeneidade de forças políticas propiciada pelas eleições democráticas. A lógica teórica previa a queda da lealdade dos membros da coalizão, já que com W elevado e S praticamente estável o coeficiente W/S mudou de patamar.

O que se viu, então, foi a deserção da base de sustentação do governo, inicialmente com a insatisfação de políticos do PTB e PSD e rompimento de Ademar de Barros e o PSP devido à ausência de apoio de Vargas para as eleições presidenciais. Por último, foi determinante a perda do suporte do Exército. As estratégias do presidente para com os membros das armas brasileiras foi equivocada desde o início do mandato e os escândalos de corrupção no fim do governo “legitimaram” o ultimato dos generais para a deposição de Getúlio.

Assim, pode-se concluir que ao observarmos os dois períodos distintos de governo de Getúlio Vargas, a *Selectorate Theory* tem grande capacidade de generalização quando são considerados aspectos políticos de chegada ao poder, manutenção e deposição. Quando a teoria avança às previsões econômicas, relacionadas a carga tributária, crescimento econômico e gastos públicos, não houve grande diferenciação entre os mandatos do ditador e do líder democrático.

4.2 – Estimativas das variáveis: S e W

No capítulo 3 foi visto que as estimativas produzidas na base de dados de De Mesquita *et al.* (2003) nem sempre condiziam com a realidade consubstanciada nas obras sobre a história do Brasil. Assim, como contribuição do presente trabalho, tentou-se estimar os tamanhos das variáveis S e W de forma mais acurada para dados brasileiros.

O objetivo desta seção é contrapor a visão “micro” do estudo pormenorizado dos períodos de governo de Getúlio Vargas com uma visão “macro” da evolução das variáveis relevantes da *Selectorate Theory* para os períodos em que tal contribuição fosse possível, devido à escassez de dados para o Brasil. Vale ressaltar que, no entanto, a tarefa de estimar essas variáveis ano a ano, principalmente W , é árdua e foram necessárias adaptações que acabaram por enfraquecer o rigor da análise. Por outro lado, considerou-se melhor tecer considerações passíveis de crítica do que simplesmente não tecê-las. Segue, assim, a análise das variações de W e S para o País.

Os dados para presidente do Brasil, inicialmente, foram pensados como ideais para esse tipo de trabalho devido ao fato de se referirem diretamente aos líderes do País, nos moldes estabelecidos pela *Selectorate Theory*. A base de dados utilizada provém do IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, ligado à Universidade Cândido Mendes. Pelo endereço eletrônico http://www.iuperj.br/pesquisa_bancodedados.php podem ser encontrados dados eleitorais para Presidente, Câmara dos Deputados, Senado, Governos Estaduais, Assembleias Legislativas e Municípios desde o ano de 1945 até a última eleição, compilados a partir de fontes de tribunais eleitorais tanto federal quanto estaduais.

Tomando então os dados para presidente pensou-se na seguinte forma de estimar S e W :

Sejam:

V_T : Votos totais para presidente no ano i

P : população do ano i

V_L : Votos para o primeiro colocado em primeiro turno

$$S = \frac{V_T}{P} \quad (4.1)$$

Onde o numerador representa o número total de cidadãos com direito a voz em determinada eleição. No intuito de retirar o viés causado pelo crescimento populacional, divide-se o número de votos totais pela população do país no ano considerado. Assim, temos uma variável que estima a proporção de indivíduos capazes de opinar sobre as lideranças do país em relação à população total.

Para estimar a *winning coalition* pensou-se no seguinte quociente:

$$W = \frac{V_L}{V_T} \times S = \frac{V_L}{P} \quad (4.2)$$

A primeira parte da fórmula nos dá a porcentagem dos votos obtidos pelo candidato vencedor em relação a todos os votos. Ao multiplicarmos essa fração pelo valor obtido para S na fórmula (3.1) teremos o tamanho da votação do novo líder em relação ao *selectorate*, o que, matematicamente, significa os votos totais do líder sobre a população do País.

Ao analisarmos as estimativas utilizadas surgem alguns problemas e inconvenientes. O primeiro deles é que não é possível estimar o tamanho das variáveis para todos os anos desde 45 já que eleições presidenciais ocorrem, na maioria das vezes, de quatro em quatro anos. Por outro lado, no período 1945-2006 tivemos apenas nove eleições presidenciais com voto direto da população, ou seja, o *selectorate* se manifestou apenas nove vezes. E por final o parâmetro escolhido para W é fortemente influenciado pelo número de candidatos que concorrem à eleição e crescimento populacional.

Diante dos empecilhos em utilizar a abordagem citada, uma alternativa de estimativa mais adequada foi utilizada, no entanto, sua lógica não é tão direta como as anteriores necessitando, então, de algumas considerações.

No intuito de estimar S e contar com um banco de dados de, no mínimo, observações a cada quatro anos foi utilizada a mesma fórmula utilizada para estimar S com dados presidenciais mas nesse caso foram utilizados dados para a Câmara dos Deputados. A relação entre os votos totais no Brasil para deputado e a população brasileira substitui à altura os dados obtidos para votações presidenciais mas sem o inconveniente de ter a série quebrada nos anos de ditadura.

Por outro lado, ao observar a variação dos dados percebe-se que os valores para S se diferenciam muito pouco quando se utilizam dados para eleições presidenciais ou eleições para a Câmara dos Deputados.

A estimativa para W é, *per se*, mais complicada. Atendo-se a fatos históricos pode-se dimensionar em linhas gerais o tamanho do grupo que tem efetivas condições de levar um líder ao poder e mantê-lo nessa posição. No entanto, estimar o valor correto do tamanho desse grupo não representa uma tarefa fácil e certa quantidade de ousadia e justificação teórica se fazem necessárias.

No Brasil, tem-se a certeza de que a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo sempre foi preponderante para as ações do Executivo. Mesmo nos períodos de ditadura e golpe militar o Poder Legislativo foi importante como um grupo de sustentação política.

Ora, quanto maior a competição por cargos no Congresso Nacional maior será a quantidade de membros importantes de uma eventual *winning coalition* adentrando e deixando o círculo do poder e, portanto, maiores serão os esforços dos líderes em cooptar o apoio dos que chegam e manter o apoio dos que saem. A variabilidade de entradas representa aumento no número de poderosos a serem atraídos pelo líder.

Por outro lado, quanto menor for a competitividade entre os parlamentares menor será a variação de membros em uma situação de equilíbrio em que o líder permanece no poder, menores serão os gastos em cooptação de parlamentares e, desde que os mesmos poderosos ocupem o poder por mais tempo, menor será o tamanho da *winning coalition*.

Diante do exposto, foi escolhida como variável para a representação da *winning coalition* o Índice de Competitividade nas Eleições para a Câmara dos Deputados, assim definido por Santos (2002):

Índice de Competitividade (IC) = $\frac{N}{2T} - 1$, onde N = número real de candidatos e T = número total de vagas para a Câmara dos Deputados. Se o número de candidatos fosse igual ao número de vagas não haveria competição pelos lugares disponíveis. Minimamente, é necessário que haja dois candidatos para cada vaga, donde $2T$ do denominador, exprimindo a fórmula $\frac{N}{2T}$ o número de vezes em que o número real de candidatos é superior ou inferior ao que, normativamente, deveria ser para se alcançar o grau mínimo de competitividade. Retirar uma unidade desse resultado permite exigir maior competição entre os candidatos para que se classifique uma eleição como altamente competitiva.

Assim, definiu-se os valores para as variáveis S e W , baseados nas votações para a Câmara dos Deputados. A série das duas medidas se inicia em 1945 e termina em 2006, as observações correspondem aos anos em que houve eleição parlamentar no Brasil com o ganho de, mesmo nos anos de ditadura, ser possível ter a noção do tamanho do *selectorate* e da *winning coalition*.

Ressalta-se, no entanto, que nesta seção o objetivo é levantar estimativas gerais sobre o tamanho das variáveis institucionais relevantes no modelo de *Selectorate Theory*. Se por um lado, estimar o valor do *selectorate* em um democracia parece fácil, a estimativa para a *winning coalition* tem grandes limitações, como se pôde perceber na caracterização do parâmetro utilizado

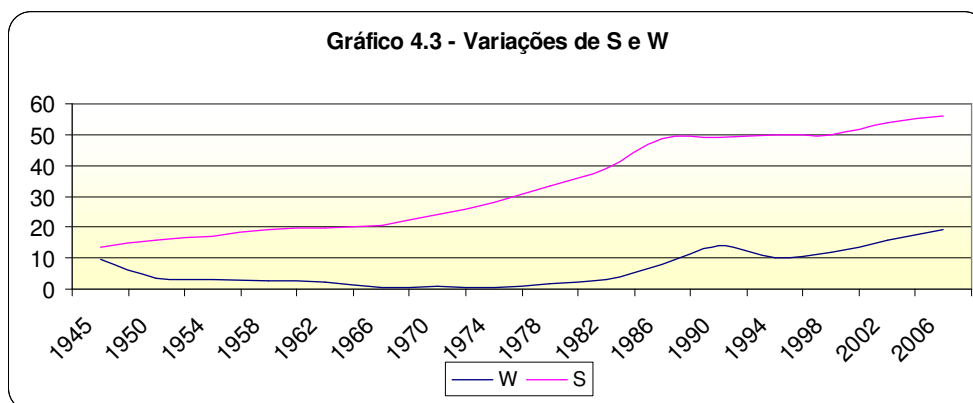
para representar a coalizão do líder. A competitividade de eleições para a Câmara dos Deputados capta o grau de acessibilidade ao Poder Legislativo, o que, de fato, representa grande parte de qualquer *winning coalition* democrática. No entanto, este índice falha ao não levar em consideração grupos sociais de grande relevância que se encontram fora da Legislatura. O maior desses grupos, Exército Brasileiro, presente no círculo do poder na maior parte do século 20, não tem sua participação captada pelo índice, o que traz perdas a acurácia da estimativa de W .

Como, pelas fórmulas o valor de S pertence ao intervalo de 0 a 1 e, por outro lado, o valor de W pode ser aproximado de zero e também a valores maiores que 1, optou-se por parametrizar essas variáveis a fim de se ter comparabilidade entre elas, e, afinal, a meta do trabalho não é definir o valor exato das variáveis e sim notar sua variação ao longo dos anos e fatos políticos no Brasil. Como, de acordo com a teoria, W é um conjunto contido em S , obviamente o valor de W deve ser menor ou igual a S . Assim, nos dados utilizados nesse trabalho os valores de S foram multiplicados por 100 e os valores de W multiplicados por 5.

A multiplicação de S por 100 se deve ao fato de os resultados dessa variável serem valores entre 0 e 1, representando a quantidade de votos válidos em toda a população, assim, optou-se por expressá-la em valores percentuais. A multiplicação de W por 5 representa decisão arbitrária, com o simples propósito de se ter um nível de comparação adequado. Ressalta-se, no entanto, que os valores de S e W não se relacionam e não devem ser comparados em termos quantitativos, o que se deseja na seção é observar a variação e a tendência das duas séries. No intuito de assegurar que a multiplicação de W por 5 não implica em viés de interpretação, foi feita análise de sensibilidade dos valores, multiplicando W por 2, 3, 7 e 10 e a estimativa se mostrou robusta.

Acompanhando esse trabalho, existe um *CD* contendo os dados para Presidente, Câmara dos Deputados e os dados levantados por De Mesquita *et al.* (2003).

Para se ter uma melhor noção da variação do tamanho das variáveis institucionais relevantes neste trabalho, o gráfico abaixo traz os valores de S e W para os anos de 1947 a 2006:



Percebe-se pelo Gráfico 4.1 a relação de votos totais para a Câmara dos Deputados sobre a população, a variável S , tem trajetória crescente até a década de 60, quando, devido aos anos de governo militar decresce e se estabiliza. Este número volta a crescer em 1974 até as eleições de 1990 cujo total de votos correspondeu a 29% da população. Após a queda o índice aumentou fortemente, nas últimas eleições para deputados o *selectorate* brasileiro correspondeu à mais da metade da população residente.

Já o índice utilizado para estimar W se refere à competição para o cargo de deputado federal nas eleições brasileiras. As eleições de 1945, por serem as primeiras após a redemocratização, apresentam competição acima do normal para a época. Esse fenômeno ocorre na década de 80 novamente, a volta à democracia traz à tona uma demanda reprimida por representatividade, os grupos políticos ainda não estão devidamente consolidados, tal fato enuncia um acréscimo na competição por cargos legislativos, o que, para a *selectorate theory* pode representar um número maior de membros necessários para a formação de uma *winning coalition*.

As eleições da metade da década 90 até 2006 representam, o que se convencionou dizer, a consolidação da democracia no Brasil. A competitividade eleitoral se agigantou e, dessa forma, considera-se o período atual como o de maiores coalizões para a chegada e manutenção no poder.

4.3 – Aplicação das variáveis

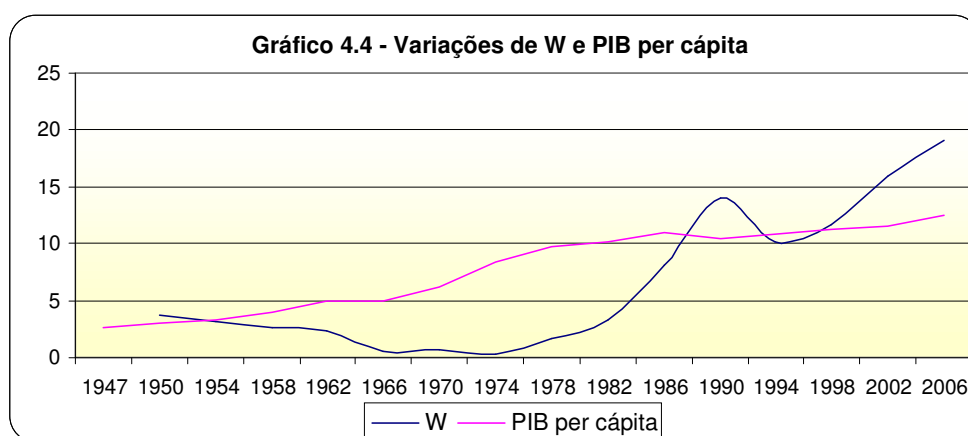
Nesta seção, por meio de análise gráfica, serão avaliadas as variáveis S e W estimadas pela metodologia descrita acima, para os anos de 1945 a 2006. Do arcabouço teórico desenvolvido por De Mesquita *et al.* (2003) temos que países com *winning coalitions* maiores relativamente a S tendem a prover mais bens públicos á sociedade, se relacionar com maiores níveis de crescimento econômico, menor corrupção e menor carga tributária.

Portanto, tomando como base de comparação as estimativas da variável W para os anos considerados será verificado se as séries de crescimento econômico, gastos em bens públicos e carga tributária condizem com o previsto pelos criadores da teoria. É necessário afirmar nessa seção que por meio de análise gráfica não se pode dizer se as variáveis institucionais determinaram a variação das variáveis econômicas brasileiras. Tal afirmação deveria ter como instrumento as técnicas econométricas para manipulação de dados. Infelizmente, devido à escassez de observações para as variáveis não foi possível proceder tal tipo de teste.

Para avaliar o crescimento econômico da época foi tomada a série de PIB per cápita para o Brasil² nos anos em que há a estimativa dos valores de W . Para fins de parametrização, dividiu-se o valor do PIB per cápita por 1000. Comparando a tendência das duas variáveis por meio gráfico, pode-se constatar se as previsões da *Selectorate Theory* são adaptáveis ao Brasil.

² Estimativas obtidas pelo autor dividindo-se a série proveniente do Quadro PIB R\$ 2006, seção de contas nacionais, www.ipeadata.gov.br, data: 17.12.2007. Elaboração: IPEA. Pela população no ano correspondente, proveniente do Quadro População Residente – 1º julho – pessoa, seção de População, www.ipeadata.gov.br (28.11.2007). Elaboração: IBGE.

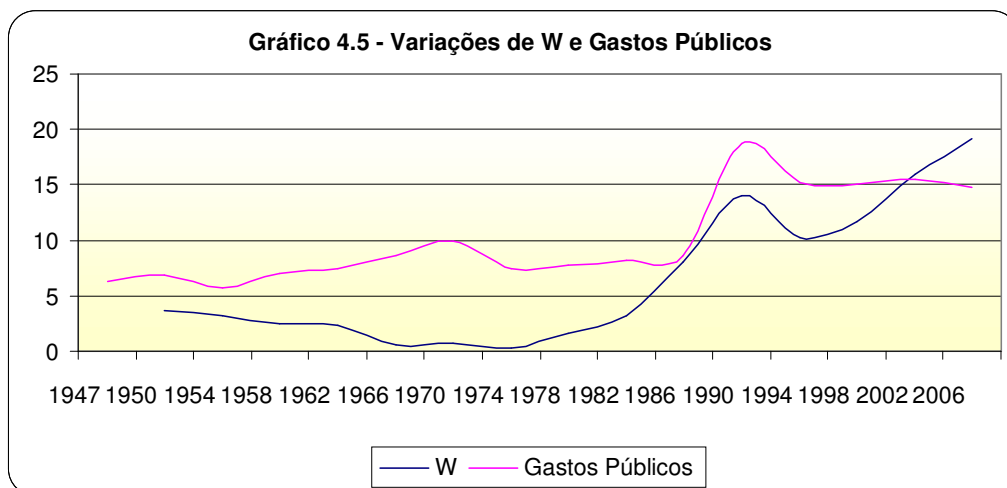
Embora tenha sido de grande valia para representar as variações nas instituições políticas, particularmente quanto à regra de lealdade, a *Selectorate Theory* não se mostrou eficaz em suas previsões econômicas. Se considerarmos a variação de W estimado pela competitividade parlamentar conjuntamente à variação do PIB per capita percebemos que os períodos de crescimento econômico relevante são os mesmos períodos em que se governou no Brasil com menor coalizão. Basta analisarmos no gráfico acima os anos de 1954 a 1974, durante esses 20 anos o produto per capita teve sua alta mais significativa, enquanto W atingiu valores pertos de zero. Por outro lado, os períodos de crescimento súbito da *winning coalition*, final da década de 80 e a segunda metade da década de 90 até o dias atuais, registrou crescimento econômico pequeno.



Para tentar medir a relação do tamanho da *winning coalition* com a quantidade gastos públicos foi utilizada a variável Produto interno bruto (PIB) - serviços - administração, saúde e educação públicas: valor adicionado a preços básicos³, que representa o valor adicionado dos gastos públicos em administração, saúde e educação como percentagem do PIB brasileiro.

³ Quadro Produto interno bruto (PIB) - serviços - administração, saúde e educação públicas: valor adicionado a preços básicos, Unidade (% PIB) seção Produto, www.ipeadata.gov.br, data: 25.06.08. Elaboração: IBGE.

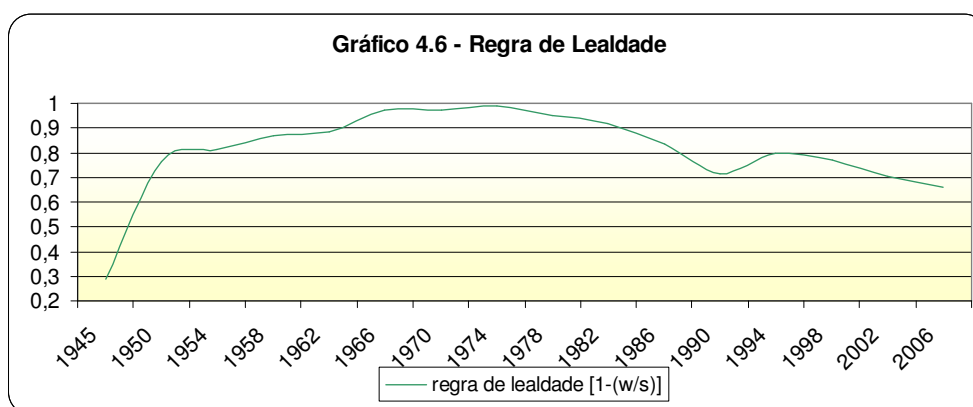
A variação dos valores de 1947 a 2006 é mostrada pelo gráfico abaixo:



Enquanto as variações de W e crescimento econômico não foram semelhantes, os gastos públicos como porcentagem do PIB acompanharam a variação do tamanho da *winning coalition*. Há de se ressaltar dois pontos acerca dessa medida. O primeiro, positivo, se refere ao fato do índice utilizado para os gastos públicos estar relacionado à variação do PIB, o que elimina tendências. Por outro lado, seria de maior relevância para fins de evidenciação teórica que fosse testada a variação do tamanho da *winning coalition* vis-a-vís aos gastos em bens públicos e “privados” em cada ano.

Entretanto, do Capítulo 1 prevê-se que quanto maior W maiores serão os gastos totais que o líder despenderá, tanto em bens públicos quanto privados. A razão para tal constatação se baseia em dois efeitos congruentes. Primeiro, quanto maior W menor é a lealdade dos membros da coalizão ao líder, assim, para se manter no cargo esse último deverá gastar mais. Segundo, quanto maior W maior será a importância relativa dos bens públicos oferecidos à sociedade. Portanto, De Mesquita *et al.* (2003) prevêem que W está positivamente relacionado ao montante de gastos totais de um governo.

Outro resultado concernente à *Selectorate Theory* relaciona a Regra de Lealdade com a longevidade dos líderes. Do Capítulo 1 do presente trabalho tem-se que num contexto de W pequeno e S grande a lealdade dos membros da coalizão é maximizada, já que como eles não têm a certeza de fazerem parte da coalizão do desafiante quando este tomar o poder, o número grande de S faz aumentar a probabilidade de estar fora. Esta probabilidade nos diz o tamanho da Regra de Lealdade e pode ser dimensionada por $(1 - W/S)$. Desse valor tem-se a constatação de quanto maior a regra de lealdade maior será a longevidade de líderes no poder. Para testar esse resultado no Brasil a Regra de Lealdade foi estimada para o Brasil nos anos de 1945 a 2006 e o resultado é mostrado no gráfico abaixo:



Assim como na análise em nível “micro” apresentada com o estudo de caso dos períodos de governo de Getúlio Vargas, a *Selectorate Theory* explicou melhor questões políticas do que econômicas quando utilizados dados brasileiros. O gráfico 4.6 mostra exatamente os períodos históricos em que a lealdade aos líderes foi enfraquecida. O primeiro desses períodos, 1950 a 1954, se refere à perda de poder e conseqüente queda de Getúlio Vargas, enquanto o período que marca a renúncia de Jânio Quadros, o interregno parlamentarista e a fracassada passagem de João Goulart pela presidência brasileira. A abertura política do Brasil na década de 80 também marca

um período de lealdade decrescente, atingindo seu nível mais baixo desde 1950 durante o governo Collor. É interessante notar, também, que a época de maior lealdade, segundo os dados estimados para as variáveis *S* e *W*, foram os governos militares iniciados com o golpe de 1964. Pôde-se perceber pelo gráfico porque a ditadura se manteve no poder por tantos anos. O uso da força e a ameaça crível aos membros da coalizão dos militares geraram os incentivos corretos para a perpetuação do poder naqueles anos.

Conclusão

Os objetivos do presente trabalho foram a apresentação da *Selectorate Theory* e enquadramento de suas previsões à história do Brasil e, assim, testar sua capacidade de generalização.

Para tal foram desenvolvidos quatro capítulos dos quais o primeiro teve como mote a conceituação da teoria, definindo seus aspectos e variáveis relevantes, introduzindo o modelo baseado na teoria dos jogos para a definição de um equilíbrio.

Já o segundo capítulo surgiu como uma ilustração teórica em que se preocupou em valorizar a construção empírica da teoria. Inicialmente foi retratada a metodologia para levantamento da base de dados e os principais modelos econométricos para teste. Foi dada ênfase na maneira como a *Selectorate Theory* considerou as influências das variáveis S e W no crescimento econômico, como um acréscimo à vasta teoria que discorre sobre o tema instituições e crescimento.

No Capítulo 3 foram tomados os dados levantados por De Mesquita *et al.* (2003) e analisadas as variações nas instituições políticas à luz dos fatos históricos nacionais. Para isso, selecionaram-se os períodos em que houve variações nos valores de S e W e com base nos relatos históricos, principalmente no trabalho de Fausto (2001), delineou-se a averiguação sobre a qualidade das informações brasileiras.

Como um todo, pôde-se afirmar que a base de dados estimou de maneira correta os valores das variáveis em questão. No entanto, por questões de parametrização percebeu-se, principalmente nas estimativas para os primeiros anos republicanos, uma superestimação dos valores da *winning coalition* o que, de fato, pode conduzir a um enquadramento equivocado da teoria naquele período.

O quarto capítulo traz a aplicação da *Selectorate Theory* sob duas óticas. No primeiro momento, é desenvolvida uma análise “micro” por meio do estudo de dois períodos distintos, mas com fatos determinantes em comum. Como critério de escolha desses períodos, tomou-se as mudanças constitucionais por representarem variações institucionais severas. Assim, por ter sido presidente governando sob dois arcabouços constitucionais opostos, ditadura e democracia, os períodos de Getúlio Vargas no poder foram os escolhidos.

Utilizando as noções metodológicas providas pela teoria das Narrativas Analíticas foram produzidos sumários analíticos dos períodos, evidenciando os principais atores e suas estratégias, a avaliação sobre o tamanho das variáveis S e W e as previsões teóricas propiciadas pela *Selectorate Theory*.

No primeiro período, o Estado Novo, Vargas começa seu governo com o arcabouço institucional de W muito pequeno em um *selectorate* que representava aproximadamente 3% da população nacional. Tal situação se equilibrou com uma regra de lealdade alta. Ao longo do governo, quando Getúlio praticamente acabou com S , fazendo este grupo se confundir com a *winning coalition*, a teoria previu a queda de lealdade dos membros da coalizão. Portanto, as táticas equivocadas de Getúlio, combinadas ao arrefecimento da lealdade culminaram na deposição do líder.

Embora a teoria tenha explicado bem os fatos políticos acerca do Estado Novo, as previsões econômicas não se cumpriram. O governo Vargas se mostrou satisfatório em termos de crescimento econômico, controle da inflação e cobrança tributária embora se tratasse de um período em que tivemos W pequeno.

O segundo período estudado correspondeu ao primeiro governo em que Getúlio Vargas foi eleito pelo voto popular. Quanto às questões institucionais, a variável S correspondeu a 15% da população e 7% dos brasileiros elegeram o novo presidente. Pôde-se constatar pelos números e

pela heterogeneidade da formação do governo que *W* representava um grupo maior do que o vivenciado por Vargas nos anos de Estado Novo.

Devido ao crescimento substantivo da coalizão, Getúlio enfrentava um governo democrático com muito menos lealdade por parte dos seus apoiadores iniciais. Assim, as estratégias políticas do presidente o levaram à perda gradual de membros importantes da *winning coalition*. Novamente, as previsões teóricas do modelo se cumpriram e o líder foi deposto antes de se suicidar. Constatou-se o adequamento das previsões teóricas do modelo para a explicação das questões políticas, enquanto economicamente o mesmo não pôde ser dito.

Assim como no Capítulo 2 há uma análise sobre os dois governos de Leopoldo II na Bélgica e no Congo, em que no primeiro país o rei foi um líder vanguardista e no segundo um tirano, pode-se fazer o mesmo com Getúlio Vargas. No estudo de caso retirado de De Mesquita *et al.* (2003) a intenção era descobrir quem representava o verdadeiro Leopoldo II, pois Getúlio foi presidente sob um arcabouço de coalizão mínima nos tempos de Estado Novo e, no governo democrático governou, como levantado no Capítulo 4, sob uma *winning coalition* maior.

Nas duas situações, embora não se pudesse dizer o mesmo das pessoas que o rodeavam, Getúlio foi considerado homem honesto com a coisa pública. Não há, nas várias referências sobre sua biografia utilizadas nesse trabalho, qualquer registro sobre lesão ao erário por parte do presidente. Ademais, Vargas, ao contrário do que prevê a teoria, utilizou seus poderes ditatoriais para a provisão de bens públicos de grande valor, tais como a criação da estrutura burocrática da administração pública brasileira, a intervenção do Estado na economia, quando esta se fazia necessária, por meio da criação de empresas públicas, tais como a CSN.

Em seu governo democrático, embora restrito pela estrutura institucional, Vargas manteve a mesma linha de governo, criando empresas públicas importantes para o desenvolvimento nacional, tais como a Eletrobrás, a Petrobrás e o BNDES. Assim, não foi possível enxergar na

biografia do líder uma mudança drástica de postura entre os governos de pequena e grande coalizão, de modo que este trabalho se arrisca em dizer que Getúlio foi um grande líder para o Brasil, a despeito da opinião contrária de muitos.

A última seção do Capítulo 4 traz a abordagem “macro” da teoria para as questões brasileiras. Foi sugerida uma nova metodologia de levantamento dos dados institucionais sobre o tamanho de S e W e elaborada uma série quadrienal desde 1945 até 2006. A variação dessas variáveis foi plotada graficamente conjuntamente a séries de crescimento do PIB per cápita, gastos públicos e também foram estimados valores para a regra de lealdade.

Observou-se que a *Selectorate Theory* não cumpriu suas expectativas em relação ao crescimento econômico brasileiro, já que os períodos em que houve maior crescimento do PIB corresponderam aos períodos de menor nível de W .

Já em relação aos gastos públicos, observou-se certa congruência com as variações de W . Quando o tamanho da coalizão crescia o montante gasto pelos governantes variou no mesmo sentido, confirmando, assim, o que se previa na *Selectorate Theory*.

Outro ponto a favor da teoria foi a plotagem da regra de lealdade, confirmando a melhor explicação de fatos políticos por parte da teoria. Os períodos de perda de lealdade foram identificados com destituições e alternância de lideranças, enquanto os períodos de alta lealdade foram os mesmo em que líderes se mantiveram por mais tempo no poder, notadamente, os governos militares das décadas de 60 até 1985.

Assim, pode-se dizer que o trabalho atingiu satisfatoriamente seus propósitos. Foi estudada a aplicação da *Selectorate Theory* ao Brasil, embora considerações possam ser feitas, especificamente em relação à metodologia de estimativas das variáveis institucionais importantes para o modelo. Futuros trabalhos para o tema podem ser desenvolvidos, a *Selectorate Theory* é simples e abrangente, certamente, uma adaptação teórica em nível nacional, que explicasse o

desenvolvimento desigual dentro de países sob esta lógica institucional seria de grande relevo acadêmico. Pela sua simplicidade de argumentação a *Selectorate Theory* gera polêmicas, o que traz o potencial para futuros refinamentos. Em termos brasileiros, neste trabalho foi dado o primeiro passo desse caminho.

Referências Bibliográficas

Abreu, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus. 1990.

Acemoglu, Daron. Root Causes: A Historical Approach to Assessing the Role of Institutions in Economic Development. *Finance & Development*, Junho. 2003.

Acemoglu, D., Simon Johnson e James Robinson. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. *NBER Working Papers 7771*. Junho. 2000.

Alvares, Michael *et al.* Classifying Political Regimes. *Studies in Comparative International Development* 31: 3-36. 1997.

Axelrod, Robert. *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books. 1984.

_____. An Evolutionary Approach to Norms. *American Political Science Review*. Vol 80(4). 1986.

Bardhan, Pranab. Corruption and Development: A Review of the Issues. *Journal of Economic Literature*. Vol. 35: 1320-1346. 1997.

Barro, Robert. *Determinants of Economic Growth: A Cross-Country Empirical Study*. Cambridge: MIT Press. 1997.

Bates, Robert *et al.* *Analytic Narratives*. Princeton: Princeton University Press. 1998.

Bates, Robert *et al.* The Analytic Narrative Project. *American Political Science Review*, Vol. 94, N. 3, Setembro. 2000.

Besley, T. Property Rights and Investment Incentives: Theory and Evidence from Ghana. *Journal of Political Economy*, N. 103, Vol. 5: 903-937. 1995.

Carter M. e P. Olinto. Getting Institutions 'Right' for Whom: Credit Constraints and the Impact of Property Rights on the Quantity and Composition of Investment. *Staff Paper No.33*, Agricultural and Applied Economics, University of Wisconsin-Madison. 2000.

Carvalho, José Murilo de. *Pontos e Bordados: Mitos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998.

Clarke, Kevin e Randall Stone. Democracy and the Logic of Political Survival. *University of Rochester*, Outubro. 2006.

De Mesquita, Bruce e Randolph Siverson. Nasty or Nice: Political Systems, Endogenous Norms and the Treatment of Adversaries. *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 41, No. 1. 1997.

De Mesquita *et al.* Policy Failure and Political Survival: The Contribution of Political Institutions. *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 43, No. 2. 1999a

_____. An Institutional Explanation of the Democratic Peace. *American Political Science Review*. Vol. 93:791–807. 1999b.

_____. *The Logic of Political Survival*. Cambridge: MIT Press. 2003.

Dulles, John. *Getúlio Vargas: Biografia Política*. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda. 1967.

Emerson, Barbara. *Leopold II of the Belgians: King of Colonialism*. Londres: Weidenfeld e Nicolson. 1979.

Fausto, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP. 2001.

Finer, Samuel. *The History of Government from the Earliest Times*. New York: Oxford University Press. 1999.

Glaeser, E. *et al.* Do Institutions Cause Growth? *Journal of Economic Growth*, 9: 271-303. 2004.

Hall, R. e C. Jones. Why do some countries produce so much more output than others? *The Quarterly Journal of Economics*. Vol. 114, No. 1: 83-116. 1999.

Henriques, Affonso. *Vargas, o Maquiavélico*. Rio de Janeiro: Record. 1961.

Lake, David e Matthew Baum. The Invisible Hand of Democracy: Political Control and the Provision of Public Service. *Comparative Political Studies*. 34(6): 587-621. 2001.

Levi, Margaret. Modeling Complex Historical Processes with Analytic Narratives. *Problems and Methods in the Study of Politics*. Yale University, Dezembro. 2002.

Lyon, Margot. *Belgium*. Londres: Thames e Hudson. 1971.

Moraes, Alexandre. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas. 2008.

North, Douglas e Barry Weingast. Constitutions and Commitment: The Institutions Governing Public Choice in the Seventeenth Century England. *Journal of Economic History*. 44: 803-832. 1989.

Porto, Walter. *O Voto no Brasil: Da Colônia à Quinta República*. Brasília: Gráfica do Senado Federal. 1989.

Resende, Maria. O Processo Político na 1ª República e o Liberalismo Oligárquico. Em: *O Brasil Republicano – O Tempo do Liberalismo Excludente* – vol. 1. Organizadores: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

Rodrik, Dani e Arvind Subramanian. The Primacy of Institutions (and what this does and does not mean). *Finance & Development*, Junho. 2003.

Santos, Wanderley. *Votos e Partidos: Almanaque de Dados Eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.

Silva, Hélio. *Os Presidentes: Getúlio Vargas 15º Presidente do Brasil*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três. 1983.

Silva, Francisco Carlos. Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política no Brasil, Em: *O Brasil Republicano – O Tempo da Ditadura – Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX* – vol. 4. Organizadores: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

Skidmore, Thomas. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

Viscardi, Cláudia Maria. *O Teatro das Oligarquias: uma Revisão da Política do Café com Leite*. Belo Horizonte: Com Arte. 2001.